

ATLANTIDA

MENSARIO ARTISTICO,
LITERARIO E SOCIAL
PARA
PORTUGAL E BRAZIL



ANO III.

Nº 26

ATLANTIDA

DIRECTORES :

NO BRASIL — João do Rio

EM PORTUGAL — João de Barros

SECRETÁRIO: Elísio de Campos — EDITOR: Pedro Bordalo Pinheiro

N.º 26

15 de Dezembro de 1917

SUMÁRIO

<i>Sete pobres num palheiro</i>	Teixeira de Queiroz
<i>Versos</i>	António Patrício
<i>A Confederação luso-brasileira, Três opiniões.</i>	{ Jaime de Magalhães Lima Nunes Ribeiro Pinto da Rocha
<i>O Natal</i>	Leonardo Coimbra
<i>O homem que matou</i>	Aquilino Ribeiro
<i>O Programa de govêrno do Dr. Rodrigues Alves, futuro Presidente da República Brasileira.</i>	
<i>Impressões dos Bailados Russos</i>	Manuel de Sousa Pinto
<i>Paisagens da Guerra (uma visita à Exposição Fotográfica das Tulherias)</i>	Augusto de Castro
<i>A rotina e o trabalho scientificamente organizado—O Taylorismo</i>	Fernando de Vasconcelos
<i>Comentários ao estudo do Sr. José Viana da Mota sobre «O Ensino da Música em Portugal»</i>	Ruy Coelho
REVISTA DO MÊS	
<i>Crónica literária</i>	N. S.
<i>Crónica artística</i>	Aquilino Ribeiro
<i>Teatros</i>	Avelino de Almeida
<i>Reprodução de:</i> Auguste Rodin.	
<i>Desenhos de:</i> António Carneiro, Leal de Camara, Almada Negreiros, Raul Lino, Santos Silva e Manuel Gustavo.	

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

PORTUGAL, ILHAS E COLÓNIAS

Um ano (12 números)	3\$50
Seis meses	1\$80

PAÍSES DA UNIÃO POSTAL

Um ano (12 números)	Frs. 15
-------------------------------	---------

Número avulso em Portugal \$30

REDACÇÃO: Rua António Maria Cardoso, 26 } LISBOA
ADMINISTRAÇÃO: Largo do Conde Barão, 49 }

ATLANTIDA

MENSARIO ARTISTICO,
LITERARIO E SOCIAL
PARA
PORTUGAL E BRASIL



VOLUME VII

COMPANHIA DE SEGUROS IRIS

SÊDE
Rua Arco do Bandeira, 231, 1.º
(AO RÓCIO)

Telefone { Direcção 235 Central
Expediente 386 Central
Telegramas IRIS

Códigos RIBEIRO e A. B. C.
LISBOA



AGENCIA
Rua Trindade Coelho, 1-C, 2.º

Telefone N.º 1516
Telegramas: SEGURIRIS

Código RIBEIRO
PORTO

Capital: 1:000.000\$00 Escudos (Mil contos de réis)

Seguros contra riscos de Fogo, Marítimo e Guerra

CORRESPONDENTES EM TODAS AS TERRAS DO PAIZ

UROL

CURA: Arthritismo, Rheumatismo, Calculos, Gota, Obesidade, Nevralgias, Dispepsias, Sciatica, Eczema, Arterio-sclerose, Areias. * * * *

PHARMACIA FORMOSINHO

Praça dos Restauradores, 18-LISBOA

REPRESENTANTE GERAL NO RIO DE JANEIRO

JACINTHO RIBEIRO DOS SANTOS—R. de S. José, 82 e 84

ATLANTIDA

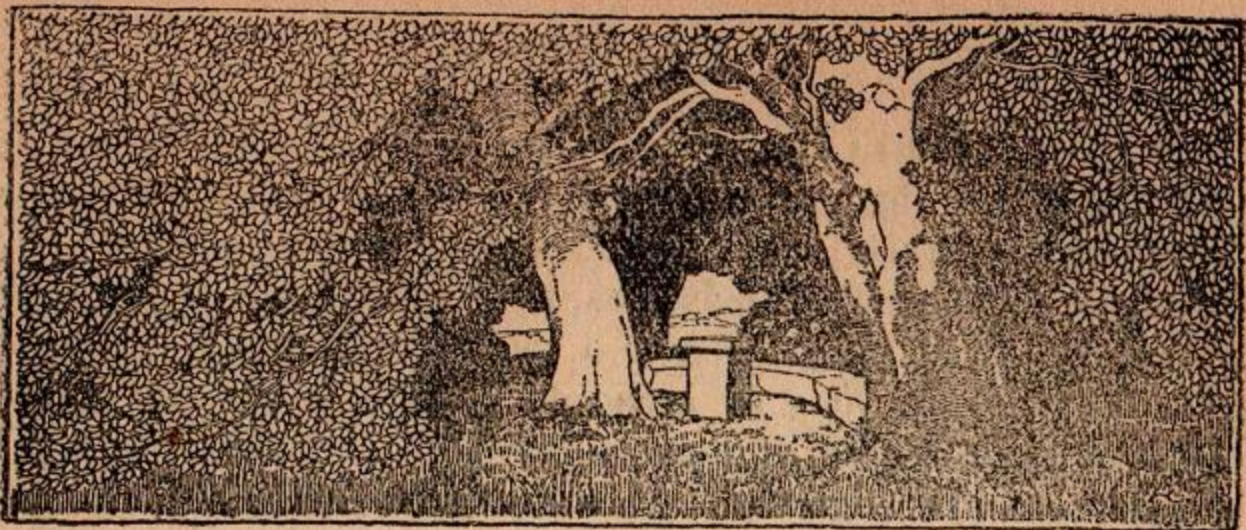
DIRECTORES:

João do Rio e João de Barros

EDITOR: Pedro Bordalo Pinheiro

REDACÇÃO: Rua António Maria Cardoso, 27

IMPRENSA LIBANIO DA SILVA, Travessa do Fala-Só, 24—LISBOA



Sete pobres num palheiro

O morgado da Tranca, D. Sebastião Nicolau, era homem franco, natural e hospitaleiro. Quantos mendigos, vagabundos ou sedentários, por ali apareciam, tinham gasalhado, no amplo palheiro das dependências do seu solar. Por causa da decência e da moral, eram duas as casas de albergue, (uma para os homens, outra para as mulheres) comunicantes por uma antiga porta de castanho, que ficava trancada de noite. Esta última prevenção fôra-lhe exigida pela escrupulosa senhora D. Maria Angelina de Refuinho; mas êle recebera-lha à gargalhada:

— Ora, minha prima, para que são tantas cautelas! Até hoje, que me conste, ainda não apareceu, uma só criança, nascida entre a palha.

— Não diga coisas impróprias dum fidalgo, Sebastião Nicolau! Ponha-lhe uma tranca, e uma boa tranca na porta. O Joaquim que se não esqueça, à noite, de a fechar. Já me chegaram aos ouvidos uns *zuns-zuns*...

— Quem? Aqueles?! Nem gente é, são rodilhas de gente. Não a acredito; mas conte lá.

— Não tenho ainda a certeza... Quando a tiver...

A quem se podia referir, a fidalga, com tais suspeitas? Eram sete os freqüentadores assíduos do palheiro, afora algum desses simpáticos vagabundos que, não tendo pouso certo, ficavam apenas uma noite, desaparecendo com a manhã seguinte.

Dos sete, o Mostrão era o principal, pela sua corpulência,

pela sua voz grossa de autoridade, e pelo barulho que fazia com a perna de pau, instrumento com que se fazia notado, em toda a parte onde aparecia. O Puchapouco, êsse, era o contrário: homem rijo e reforçado de músculos, só gostava de sossêgo e que o deixassem fumar tranquillamente o seu bréjeiro. Não mendigava, não tinha officio, vivia ao acaso do que lhe davam, por alguns serviços que prestava, com a condição de o não obrigarem a andar depressa. O Cagandando, era gordíssimo, tinha a locomoção duma mulher grávida, no fim do tempo: caíra na miséria; porque o roubaram num negócio de cereais, que tivera. Pouco empreendedor, pouco inventivo, lançara-se à esmola, como a um destino, dizendo:

— Nasci para isto. O dinheiro nunca quis nada comigo. Quando o tinha na mão, caía-me por entre os dedos.

O Pãoleve (coitadito!), não era alegre, nem triste. Só a fome o obrigava a pedir. Quando ela o não aguilhoava, deixava-se estar onde estivesse, sonhando sempre, suspirando com suspiros que lhe vinham do imo peito e que atirava para o ar, num desafogo de dor indefinida. Pobre do Pãoleve, um postiço da misericórdia, que a rodeira afirmava ser de origem fidalga, pelos panos de bom linho, em que o seu corpo miudinho apparecera envolvido. Já nessa primeira entrada na vida não chorara, apenas gemia; e assim continuou sempre, com o seu organismo escangalhado, como de frango sem alimento. Por êste seu feitio de resignado no sofrer, é que se entendia bem e se afeiçoara à Miócas, sua parceira de desventura e de palheiro, criatura educada num convento, com mimos na infância e jeito de corpo senhoril, agora sob os farrapos que a cobriam. O hipotético nobre elegera na sua afeição esta companheira, que se lembrava freqüentemente do que fôra e êle do que podia ter sido. Para que outra se havia de inclinar o Pãoleve, com a sua alma delicada!? Para a Clavina, mulher de maus modos, grosseira no seu esbracejar de homem, que de noite tossia tão forte, que até acordava os pardais, que se recolhiam do frio, no travejamento do telhado?! Ou então para a Carriça, criatura azeda e maldizente, que nem poupava os que lhe davam esmola, difamando todo o mundo, com as suas invenções de amores defesos e de riqueza mal adquirida?!...

Não: o enjeitado só encontrara semelhança do seu sentir resignado e altivo em Miócas, delgadita, como êle reduzida de carnes, impondo-se com ademanos que aprendera das freiras. A

fraqueza nativa de ambos, a sua modéstia nas palavras e nos gestos, a voz quási suspirada de queixa simples dos dois... tudo os emparelhava na vida, e por ela seguiam a modo de cansados. Andavam muitas vezes juntos, pedindo às mesmas portas, numa associação de miséria. Durante a sua vagabundagem sofriam das mesmas repulsas e gozavam dos mesmos afagos. Olhavam-se compadecidos um do outro, com êsse vago modo de compreender as dores alheias, que não é mais do que sentir as próprias. Pois era a estes dois castos desgraçados, que a mexeriqueira e maldosa Carriça atribuíra vida de pecado em comum, indo-os denunciar à fidalga de Refuinho; que exclamou transida de pasmo:

— Quem o havia de dizer! Uma mulher criada num convento!

— Ora!... O inimigo até faz mais gala de perder essas. Sabe que assim faz maior pirraça ao Senhor! — filosofou a mendiga, gozando a boa tigela de caldo dos patrões.

— Talvez tenhas razão, talvez. Vigia-mos bem, que vou falar a sério, a êsse respeito, com o primo Sebastião Nicolau.

* * *

Quando se deu o maior acontecimento daquela aldeia, a morte de Rosária, filha do Tomás do Monte, que ora andava maluco e desprezado pelos caminhos (*Amor divino*), a maioria da gente sentira um forte abalo na sua alma, pela assinalada lenda de santa, em que a rapariga expirara. D. Maria empenhou-se num entêrro, que desse brado! Com êsse fito mandou emissários pelas freguesias, em roda, chamar padres para virem aos officios. Foi cerimónia faustosa, como uma semana santa, pela riqueza da armação da igreja, pelo número de clérigos, pela gente grada, que compareceu, e se hospedou em Refuinho e na Tranca. Por isso a Carriça dizia aos seus companheiros, reúnidos à noite, no palheiro:

— Estou-vos varadinha de todo! A Rosália, que nós todos conhecemos, ainda a cantar nas esfolhadas, agora depois de morta, só lhe faltou fazer ali um milagre, para confundir incrédulos. Ela lá está, a estas horas, na bemaventurança, muito regaladinha na presença de Nosso Senhor, a conversar com êle e com os anjos:

O Mostrão, que era incrédulo, porque fôra soldado, e tinha-as aprendido boas na tarimba, chasqueou:

— Vem-me tu com essas! Quem sabe lá se ela é santa ou o que é?!...

— Sei-o eu! — exclamou a Carriça indignada por aquela dúvida — sabe-o toda a gente, a quem ela fez milagres em vida! Só tu, que recebes esmola dêsse pedreiro-livre do brasileiro, é que o não acreditarás.

— Olhem, a cabra! Quantas vezes te tenho visto lá, ao pé de mim, nos *sábados*?!...

— Há mais d'ano, que lhe não como uma bucha! — protestou a mendiga. O último pão, que me deram lá, paricia feito com rosalgar. *Gomitei-o* todo.

A Clavina, que tinha emulação da Carriça, observou:

— Não que tu, em Refuinho, tens sempre a tua boa tigela do gordo, e então não precisas. Eu cá é isto!... — mostrou uma côdea, que rilhava.

— Tens enveja?... Pois faz pelo merecer. Entro na cozinha; porque os amos dão licença. Na do pedreiro-livre, nunca vós me vistes!

O Mostrão avançou o seu corpo de mastodonte, e batendo fortemente com a ponteira da perna de pau no soalho, bramou:

— Esta (era a perna) foi o senhor *Cirqueira* que ma deu, e até a mandou fazer no Pôrto. É home de muita caridade.

— Lá isso é — certificou o Cagandando, meneando-se com o seu andar pesado de pata gorda. — Quis-me valer, quando me roubaram; mas não pôde.

— E se alguém aqui diz que não, vai tudo a pontapés — arremeteu de novo o Mostrão, que estava borrachô, com o seu madeiro no ar, encostando-se à moca, com que ameaçava os rapazes, que lhe faziam surriada.

— Cala-te; conheço-te o vinho, home! — disse a Carriça receosa das brutalidades do amputado.

O Puchapouco, a um canto a chupar o seu cigarro, sacudia com sossêgo e mestria a cinza, sobre um caco de telha. Toda a basófia de valentia e toda a perturbação o incomodava. E disse de longe, em voz lenta:

— Recolhe a perna de pau, ó Mostrão, que ninguém te tem mêdo. E tu, ó Carriça, não estejas com lanzanas, que êle, com um sôpro atira-te pela porta fora. Não tarda por aí o Joaquim que vos mete na orde.

O Pãoleve e a Miócas temiam trovões, e detestavam toda a

espécie de barulho, que repugnava as suas organizações doentes e delicadas. Tinham-se retirado para a casa ao lado, o dormitório das mulheres, aconchegando-se um ao outro, no receio de questões, em que não queriam entrar. A Clavina voltara ao assunto da Rosária do Monte:

— A senhora de Refuinho, com isto da santa não tem agradado a toda a gente. Então não vê ela o pobre Tomás, perdido por êsses caminhos, sem ter quem lhe chegue uma sêde d'água em casa?!...

— Aí — bradou o Mostrão, dando fortes pancadas no soalho com a ponteira da perna de pau. Fazerem a filha santa e o pai maluco, não me cheira a boa religião.

A Carriça indignou-se contra a Clavina, por ter reforçado o parecer do manco.

— Aí tens, ajuda-o. Então cada uma é santa ou mulher de casa, quando quere? Os santos nascem santos, já Nosso Senhor os fadou p'ra isso. Tu a dizeres c'o êle, é que estás no mesmo estado!

— Que te importa a ti, se me emborracho ou não! É do teu?
— cresceu a Clavina para a outra.

— Cessa saraiva, que te não tenho mêdo! — afastou com a mão a Carriça.

— Ora vós — filosofou o Puchapouco — com o serdes mulheres, não haveis de ter mais sossêgo do que os homes?!... O Joaquim logo vo-lo dirá.

— Não que uma mexeriqueira destas, não se pode aturar — continuou a Clavina. Como anda pelas casas ricas, a levar contos p'ra comer do melhor, cuida que é mais que a gente. Eu que não *probo binho*, há mais de mês!

Houve gargalhada geral, todos mofavam da temperança da Clavina, que terminou por acompanhar o riso dos companheiros, confessando:

— Só honte é que o Paulíneo me deu meio *cartilho*, que me regalou. Ajudei-o lá numas coisas da venda.

O Cagandando que, saracoteava as suas ancas, mexendo-as como uma porca cevada, antes da matança, observou-lhe:

— Não, que tu não o bebes, cóme-lo. Se eu te conheço! Quanto te dei noutros tempos!... — pronunciou com saúdade.

Joaquim, o criado dos bois, encarregado de fechar e vigiar o palheiro, entrou pelo lado das mulheres e como encontrasse ali, foragidos do barulho, a Miócas e o seu amigo, ordenou:

—Safa d'aqui, seu Pãoleve, que não é o seu lugar.

Ele levantou-se humilde, explicando:

—É que estão lá numa desorde, que até parece que se matam!...

—Qual matam ou qual carapuça. Mexe-te...

Ao entrar no lado dos homens, vendo o Puchapouco a chupar, com delícia, o seu brejeiro, Joaquim gritou-lhe:

—Então grande malandro, não to tenho dito? Não podes pegar um fôgo?... Ora dá cá tudo, cigarros, lumes-prontos... tudo.

O outro, sem se desculpar, sem resistir, meteu, com a sua habitual pachorra, a mão ao bôlso do colete e entregou dois cigarros e a caixa de lumes de pau enxofrado, que tinha. Recolhida a matéria do crime, que seria restituída no dia seguinte, Joaquim ordenou às mulheres.

—Ide-vos daqui coelhas, às vossas camas.

O Cagandando, malicioso, observou:

—Olha, moço, que elas matam-se, como os dois grilos da mesma gaiola. Deixa ficar aí uma delas.

—Isso é o que você *queria*, tio Zé, mas não pega. O senhor morgado já me disse, que aqui se passam poucas-vergonhas.

—Então eu *queria*?—sorriu desdenhoso o Cagandando. Não tenho agora mais que fazer.

As duas inimigas, a Clavina e a Carriça, entraram no seu palheiro, já reconciliadas, e a primeira disse:

—Ah! êle não *queria*! Ali (apontou um sítio entre o feno) fingiu uma manhã que escorregava, para cair em cima de mim. Dei-lhe tal empurrão, que rebolou no chão, como uma *balancia*.

A Carriça, olhou de través a companheira, mofando dela com o seu riso de dúvida. A outra protestou:

—Por êste resto de luz, que nos alumia, juro-te que é mentira, isso que dizem linguas danadas. Quando êle me dava vinho era por lhe alimpar a loje, onde tinha o milho. Ainda o meu home era vivo... e então...

A Carriça continuou a olhá-la com desconfiança:

—Tu eras uma rapariga chibante...

—Mas juro-to mulher—insistiu a Clavina, cruzando os dois indicadores, e cuspiendo em guisa de confirmação e protesto.

* * *

A Zefa Carriça continuava, na casa de Refuinho, a aguçar a aversão que a devota fidalga tinha pelo pecado da carne. As suas vítimas principais (contava-lhe casos de mais pessoas) eram a Miócas e o Pãoleve, que ela afirmava ter visto, muitas vezes, no palheiro, em intimidade, que não era apenas conversa de desgraçados, que sofressem da mesma fome. Por isso, D. Maria mandou chamar o Joaquim dos bois, para lhe dizer pessoalmente as suas suspeitas, não se fiando nas promessas do primo Sebastião Nicolau:

— Olha que lá entre o feno e a palha triga, o pecado rabeia á sua vontade.

— Mas como, senhora fidalga, se eu todas as noites fecho a porta com a tranca!

— Então a tranca não se pode tirar? É necessária uma fechadura. Vou escrever a teu amo.

— A tranca é do lado das mulheres, senhora...

— Olha: quando há más inclinações, as mulheres são o mesmo que os homens, se não piores. Se o primo Sebastião não estiver para isso, sou eu que mando pôr a fechadura. E tu não te hás-de esquecer de a fechar todas as noites, e de ficares com a chave. Terás umas calças para a Páscoa, se assim o fizeres.

Esta virtuosa senhora, depois que afogara, em rezas e penitências, a paixão sentida pelo desembargador João Xavier, nunca mais acreditou na pudicícia do género humano, que era um monturo de abominações. Adivinhava, por intuição recôndita, todos os possíveis abrasamentos de que fala S. Paulo, que também era feio e casto, como ela. As almas mais belas viviam contaminadas pelos desejos impudicos da carne. Inocentes e cândidas virgens, dum momento para o outro, possuídas do demónio, principiavam a dizer palavras imundas, denunciando torpezas inconcebíveis. Tinha-se visto, diziam-no os missionários. Por isso D. Maria se sentia desassossegada e vigilante, consigo e com os outros, para contrariar as ciladas do inimigo. O matrimónio era o seu grande remédio, nas histórias de amores ilícitos, entre solteiros. Por isso recomendava vigilância à Carriça, no caso do palheiro da Tranca:

— Traz-me isso bem cuidado. Não durmas se fôr preciso. Á primeira em que os encontres, vem logo dizer-mo que porei tudo

no são. Hás-de merecer a roupa que te darei pelo Natal, em honra do nascimento do *Menino*.

— O tal Pãoleve, que tem o corpo dum pisco, uma noite *aquelou* em ficar do nosso lado, e foi preciso que o Joaquim o mandasse sair — acirrava a mendiga.

— No meio de vocês todas! Olhem o grande pecador, que nunca mais lhe dou esmola!

— Conosco todas não, lá c'o a *sua* d'êle que os vi cochichar antes. Um melenga, que nem sítio tem p'ra levar um pontapé, mostra o cio dum pardejo. Diz que é por causa das borracheiras do Mostrão que foge p'ra pé da fingida da Miócas; mas eu não lho acredito. São os tais cochichos, que eu vi com estes que a terra há-de comer.

— Mas se as coisas estão nesse pé, o melhor é já procurar o remédio. Vou mandar dizer ao abade, que venha cá para fazer correr os banhos.

E mandou. O padre Celestino veio, ouviu e não acreditou:

— É lá possível, minha senhora! O Pãoleve casar com a Miócas! Seria unir a fome à miséria. Há-de ser patranha. Vou mandá-los chamar e confesso-os.

Depois de tomar chá, de que era mui guloso, abalou, rindo pela escada abaixo, achincalhando a informação. A fidalga, ofendida, disse para uma das sobrinhas:

— É bom homem; mas não é bom padre. Um escândalo dêstes e risse. Vou mandar que se apure melhor, e há-de casá-los, sendo certo.

Certo era que a pobre Miócas, de cada vez mais repelida da gente, pela sua falta de préstimo, mirrava-se a olhos-vistos. Humilhada; porque a faziam recadeira entre amantes, o que repugnava à sua virgindade; e também pelas palavras grosseiras dos que a socorriam com a esmola, sentia vontade de morrer. Chorava ela, numa tarde chuvisquenta, a sua crescente desventura, sumida a um canto do palheiro, quando apareceu o Pãoleve, sob o mesmo desalento e com a sacola mal fornida. Sentiu gemer e afirmou-se... Conhecendo as amarguras da sua amiga, chorou também, sem inquirir o motivo daquela nova dor, que seria igual à sua. A simpatia da miséria comum de muito os ligava. Assim se recolhiam um no outro, para se fortalecerem, sem palavras de coragem; mas com o propósito de resignação no infortúnio. Igual abismo os atraía — era um poço lúgubre e imenso, cheio de

sombras de mistério, onde todos os sofrimentos se diluíam em pranto de vozes, que ambos ouviam silenciosos. Neste dia triste, no qual uma neblina húmida e untuosa como cebo, se apegava à pele, encontrando-se sòzinhos no palheiro, olharam-se com infinita piedade. Aproximou-se cauteloso o Pãoleve, temendo que a sua presença pudesse aumentar aquela dor. Meteu a mão à sacola, tirou um pedaço de broa, que ainda possuía e ofereceu-o à Miócas. Ela recusou, afastando com brandura a mão dadivosa, e nesse gesto pôs o agradecimento dos seus olhos maguados.

— Então não é fome? . . . — pronunciou êle inquiridor, e olhando-a desolado.

A mendiga teve um erguer de ombros de desamparo, designou a garganta para localizar o seu mal estérico, um nó que a não deixava respirar. Pãoleve, com essa consoladora simpatia, que existe entre os muitos desgraçados, pareceu-lhe sofrer o mesmo que Miócas, e aspirou com ânsia . . .

A riqueza é egoísta e a pobreza generosa; o mendigo dando o que tinha desejava gozar a magnificência do seu acto. Ser-lhe-ia grande consolação ficar sem nada, para socorrer a sua amiga; porêem a negativa dela obrigou-o a reflectir, e então partiu a broa em duas metades, oferecendo-lhe uma. Assim ficavam mais irmãos perante a miséria. Possuía ainda uma racha de bacalhau, que o Maranhão lhe dera por um recado, e quis-lha entregar toda. A Miócas de novo recusou, agora sorrindo. Ele também sorriu.

— Tu és muito meu amigo Pãoleve. Já o sabia doutras vezes. Come o teu bacalhau, isto não é fome.

— Não me dá gana, se tu não comes — suplicou com tanta mágoa na voz, que a Miócas se compadeceu.

Já tinham cada um o seu bocado de broa na mão e agora repartiram o presigo irmãomente. Ela, com graça de mulher, corrigia a ardilosa franqueza do seu amigo, que lhe dera a parte maior, tirando da sua, o quanto suficiente para igualar, em tamanho, as duas febras de bacalhau. E principiaram a comer silenciosos, ao lado um do outro, numa atracção de desgraça fraterna. Depois beberam cada um a sua tigela de água. O crepúsculo entrava por um postigo e filtrava-se pela telha vã, unindo-os em abraço triste. Aqueles olhos cansados de chorar o mal da vida, fecharam-se num sono pacífico e quiçá venturoso, como de irmãos pequeninos.

.

*
* *

A Carriça empurrou a porta do palheiro, enchendo-o de suas pragas contra a chuva que a molhara até os ossos; contra os ricos que àquela hora estavam diante de fartas lareiras; contra o próprio céu, que não atendia as suas queixas.

— Diabo de chuva, diabo de fidalgos que só dão côdeas de cães, diabo de santos que só dão riqueza aos fidalgos, diabo de *tudo* que estou fria e molhada como uma pita!

Ao sacudir da água a parte traseira da saia de cima, que trazia pela cabeça, deu uma volta, à procura do lugar onde se deitaria. E que viram os seus olhos pecadores, à luz dos últimos raios do crepúsculo, que desfalecia? O Pãoleve dormindo ao lado da Miócas, ambos com os dedos de suas mãos entrelaçados numa intimidade cândida e affectuosa.

— Que grande pouca vergonha! — exclamou em surdina. Assim às escâncaras, nas barbas da gente! Pois a senhora D. Maria vai-o saber já e terei a tijela do rico caldo da panela dos patrões e algum copo de vinho.

A quási noite era triste nos caminhos. A chuva miudinha pou-sava no chão levemente, como uma névoa. O sino da tórre gemia nesse momento as trindades, cujas badaladas iam arquejando pelas encostas vizinhas. A Carriça batia, com o som de matraca dos seus socos, as pedras da calçada. Com a saia de novo pela cabeça, arregaçava até as curvas o saiote, mostrando à luz do fogo, que saía das lareiras pobres, as pernas lamacentas. Praguejava contra o mau tempo; porêm a sua alma impura ia contente, com o veneno da delação.

Àquela hora desacostumada, a fidalga foi receber, com interêsse, a denunciante. A consciência andava-lhe sobressaltada com os amores dos dois mendigos, e logo presumiu que a Carriça lhe traria novas e mais certas informações. A pedinte entrou na sala, com ímpeto de ventania:

— Pilhei-os c'o a bôca na botija! Estão ambinhos deitados, em cima do feno, ao lado um do outro, com as mãos agarradas. Dormem. E não se lembrarem, aqueles desgraçados, que aos olhos de Deus ninguém se furta; porque êle vê tudo que nós fazemos! Assim como eu entrei, podia entrar outro...; mas aqueles já estão empedrenidos no pecado.

Parecia rebentar de ira e virtude! Enchia a sala de gestos

e de vozes, com o fogo da sua indignação. Minuciou o acontecimento com palavras e tintas, que o tornavam verdadeiramente escandaloso. Nas particularidades escabrosas, a fidalga tapava os olhos com as mãos, para não ver; e deixava os ouvidos libertos, para seguir a narrativa. A Carriça, de cansada e agoniada, pediu licença para se sentar numa cadeira. Não podia mais.

— Não há outro remédio — resolveu D. Maria. Vou mandá-los chamar à manhã. Foi Deus que te guiou, para se acabar com esta vergonha. Estás molhada, vai pr'o lume e que te dêem alguma coisa quente e o copo de vinho, que eu lá vou.

* * *

No dia seguinte, os dois réus apareceram na casa do Refuinho, para julgamento severo. Humildes, encolhidos no seu infortúnio, entraram no terreiro, cada um por sua vez. Não sabiam para que estavam ali, e consultaram-se.

— Se fôsse, ao menos, para me dar uma sainha de baêta era bem bom, que ando mesmo tolhida de frio — desejou a Miócas.

— Dum casaco velho, preciso eu, como de pão; mas ela não tem senhor em casa.

— Que te dê dinheiro p'ra comprar uma vêstia. Olha que é p'ra isso Pãoleve! . . . — disse risonha e esperançada a Miócas. Como a gente se confessou ontem, o senhor abade havia de lho dizer.

Foi a própria fidalga, que lhes apareceu a uma janela. Com voz sêca e gesto imperativo, mandou-os subir:

— Venham cá os dois. . .

Encolheram-se, amedrontados pelo tom aspero do mando. Entreolharam-se, palpitando-se antes de principiarem a subir a larga escadada exterior, que terminava no patim da entrada formado de lajes. Iam receosos e curvados, pelo hábito da sua vida de mendicantes. Pararam à porta, e logo veio uma criada, a Genoveva que eles conheciam, para os guiar à presença de D. Maria. Transpuseram o limiar da porta, descalços, deixando fora os tamancos gastos, como penitentes que fôsem, em patíbulo, receber pena de qualquer crime. A Genoveva, antes de entrar na sala, onde a fidalga esperava, anunciou-os em voz débil de pessoa jejuada.

— Que entrem — disse D. Maria imperiosa.

Entraram, transidos de susto, perante o aspecto julgador da fidalga, magra, macilenta, os beiços franzidos numa repreensão

muda. Vestida de escuro, o olhar cheio de castigos, sentada no sofá de palhinha, amedrontou-os. Que teriam feito? — interrogavam-se, com aspecto inquieto. Pararam a distância, as mãos enclavinhadas sobre o ventre, sem ousarem erguer a vista do chão.

— Cheguem-se — mandou D. Maria, com voz trémula de sanha.

Andaram três passos, muito unidos para se fortalecerem. O seus braços tocavam-se.

Tremiam, ignorando o motivo de tamanha cólera. As suas mãos esboçavam um pedido de perdão, antes de saberem de que os acusavam. A fidalga, duma palidez cruel, mal podia falar; tamanha era a sua indignação, por ter diante de si dois réus, dum pecado tão abominável, que nem as béstas praticam livremente. A sua fé ardente, o seu horror contra os desmandos da carne, paralisavam-lhe a expressão do rosto penitenciado. A Miócas e o Pãoleve já não podiam suportar aquele comprido minuto de silêncio acusador, e iam a romper num grande choro, quando ouviram em voz de punição:

— Vós ides casar um com o outro, para acabar com essa vida de vergonha, que levais!

Os dois mendigos ergueram os semblantes e mais uma vez se entreolharam, agora assombrados pelo que ouviam! Encararam depois a julgadora, com um resto de serenidade e nobreza orgânica. Estavam inocentes; reclamavam justiça e não perdão. D. Maria insistiu, agora com frase mais compreensível, num humilhante paralelo, para aquelas almas submissas e castas:

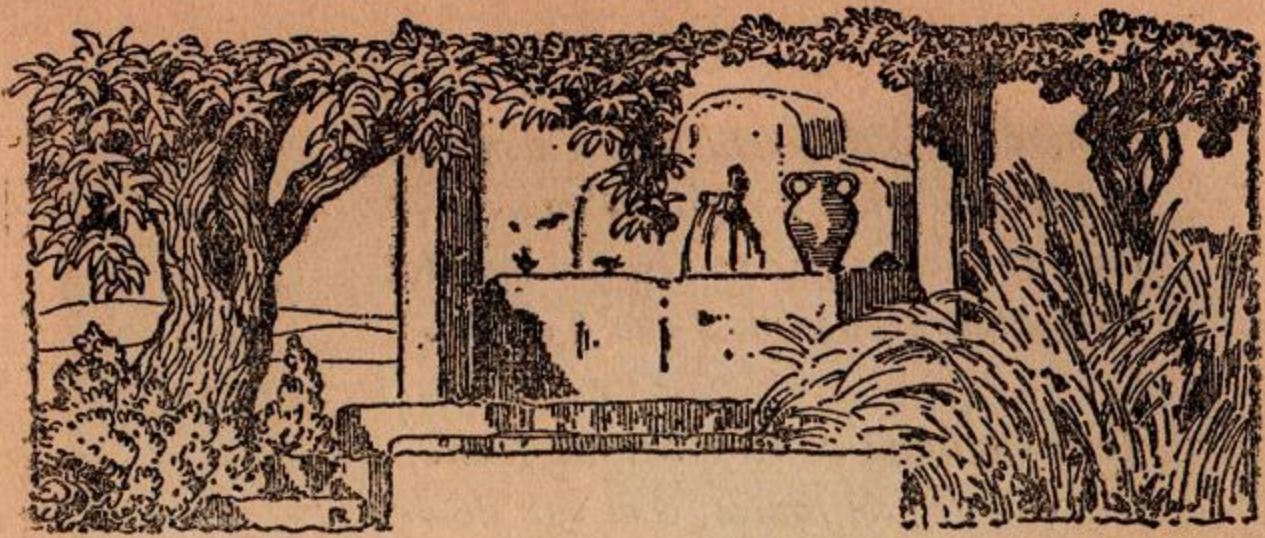
— Sois como os cães e as cadelas, por êsses caminhos! Casando-vos, acaba o escândalo, que ofende a Deus e aos homens.

A Miócas caiu redonda, estrebuchando no soalho; da garganta saíam-lhe gritos dolorosos. O Pãoleve atirou-se sobre uma cadeira, em convulsão de gemidos, que lhe saíam do magro peito. Acudiram criadas atraídas pelo alvoroço; mas antes delas entrou na sala o abade Celestino, que a fidalga mandara chamar, para que, logo ali, se concertasse o casamento dos mendigos. O sacerdote adivinhando o motivo desta scena de turvação e lágrimas disse:

— Ó minha senhora! Estão inocentes! Confessei-os ontem e afirmo-lhe que ambos vivem no estado de pureza, em que nasceram. Nem compreendiam bem o que eu lhes perguntava. Deixem-se andar, como andam.

Cortinhas, Setembro de 1917.

TEIXEIRA DE QUEIROZ.



Passeio na névoa

*A névoa põe-nos máscaras, amiga . . .
É um carnaval de lágrimas em tudo.
Parece que esta noite é muito antiga,
há séculos nos rola em seu veludo.*

*Levanta o véu. Não sei: quando te beijo,
quando te beijo a bôca, beijo bruma;
e em ruas de cidade, o meu desejo
vai por entre ondas a bicar espuma . . .*

*Não entra em ti a névoa? . . . Pois em mim
rememora cenários de viagem.
Há muito tempo vou seguindo assim
pisando a cada instante uma paisagem.*

*É uma longínqua música, em surdina,
que dentro em mim ecoa sem cessar;
a noite é fluida, fluida, e argentina,
e um pouco fria . . . Sinto perto o mar.*

*Vamos como dois náufragos num fundo,
num fundo lento e vago, submarino;
tudo se escoá: fez-se névoa o mundo,
e impalpável, assim, é que é divino.*

*Temos a alma de Granada ou Roma,
das cidades de fontes, com voz de água;
mal existimos: só passado assoma
aos nossos olhos em vitrais de mágoa,*

*Não temos nomes: anestesiados,
vamos na névoa como névoa apenas;
com máscaras de lágrimas, colados,
ouvindo um choro lúgubre de avenas . . .*

*Tudo que amamos vem a nós, se acerca
(a lua agora flui na névoa em jorro),
e já não tenho medo que te perca:
é bom sentir que morres e que morro . . .*

*O que eu pedi aos livros e a Deus,
o que eu pedi às árvores e ao mar,
sinto-o na névoa como os olhos teus,
— o heroísmo humilde de aceitar . . .*

*Não é resignação: — beatitude,
um segredar de nuvens na minha alma;
tudo se esvai e estou em plenitude:
é maré — cheia de doçura e calma.*

*É o conselho da névoa, a confiança
de todo o esperecer do Universo,
que eu sinto a deslizar com indolência,
que eu oiço ao pé de ti, mas verso a verso . . .*



AUGUSTE RODIN — «L'éternelle idole»

*Como um perfume em lágrimas, subtil,
a névoa entrou em mim e reverdece . . .
Não tenho esperança e quasi sinto abril:
vai longe o orgulho e toda a vã kermesse.*

*Não penso, vogo: a nossa dor flutua,
não reza nem soluça: é só neblina;
é o resvalar em lágrimas da lua,
um êxodo de formas que declina . . .*

*Não interrogo, não procuro: lembro
tudo que fui, como num cosmorama;
e sois de julho, e neves de dezembro
nafragam nesta névoa que nos chama.*

*Tanto entra em mim a névoa, amiga minha,
que em névoa mesmo o nosso amor converte;
toco-te e digo: — é ela que caminha,
é ela, é ela . . . e a névoa te subverte.*

*Vou como a bordo, ou não: sou o navio,
sou um navio sem ninguém que passa,
que desliza sonâmbulo num rio
como nos charcos uma asa esvoaça.*

*E' tudo nuvem, tudo, tudo: sinto
que se desencarnou a terra toda;
e escorre lua pelo céu extinto,
e sobre nós e sobre a nossa boda . . .*

*Ouve baixinho o que te digo: pensa,
neste veludo húmido levada,
que a vida toda é uma névoa imensa
em música de sonho evaporada . . .*

*Beija-me ainda, minha nuvem, vamos :
 é já o parque, e para além, os cais . . .
 Vamos gozar ainda sob os ramos
 a volúpia de sermos espectrais.*

*Nem pobres, — vês? . . . Ninguém. Lacrimae rerum.
 Perdidas nesta hora nebulosa,
 as nossas almas nada mais esperam
 que êste rolar em névoa veludosa.*

*E ao romper d'alva, quando êste disfarce
 já fôr a estremecer, desapareça,
 como uma rosa branca a desfolhar-se,
 que o teu sorriso volte e me adormeça . . .*

Em Hornebæk, na Dinamarca

*Em Hornebæk, na Dinamarca,
 as fôlhas caem por sôbre o mar.
 Vão em lufadas cair nas ondas,
 caem nas barcas que vão pescar.*

*Ha fôlhas sêcas por sôbre as rêdes,
 caem nas velas, todas doiradas . . .
 São côr das barbas dos pescadores,
 lá vão levadas, lá vão levadas . . .*

*Minha alma doida de mar e outono,
 em Hornebæk se foi deitar,
 entre gaivotas e fôlhas sêcas,
 a sonhar alto, para sonhar . . .*

*Tem nos cabelos algas e algas
que o vento brusco vem levantar . . .
Em Hornebæk, a Dinamarca,
onde vão fôlhas por sôbre o mar.*

In Memoriam

A Manoel Gustavo.

*Porque é que não existe em Portugal,
em jóia funerária, em miniatura,
como um brinquedo quási ritual,
uma saùdade em mimos de escultura,*

*o modêlo das naus, a «S. Gabriel»,
uma das naus-arcanjos, pequenina,
que nos lembrasse, mística, fiel,
a grandeza no mar da nossa sina? . . .*

*E queria eu, meu Deus, que êsse modêlo,
a pequenina nau que não verei,
esculpida com graça, com desvelo,
votivamente, como aqui sonhei,*

*fôsse dada às crianças, às mais pobres,
como os armoriais da nossa Raça,
para que vissem bem como são nobres
e de que Sonho vem para a desgraça.*

Fosforescência

*Há uma chama azul, azul e opala,
que cada onda arroladora exala.*

*E' uma via-láctea que se irisa
e vem no mar em clâmide de brisa.*

*Almas de jóias pelo mar errando,
naufrágios de poente afluando...*

*E' o génio do mar que se fez chama
e num acorde de onda se derrama.*

*E' o olhar das plantas que éle embala
e que na noite, em êxtase, nos fala.*

*E' a fluidez, o choro dos vitrais
de místicas, submersas catedrais.*

*São os olhares das mortas, os olhares
das que dormem há séculos nos mares.*

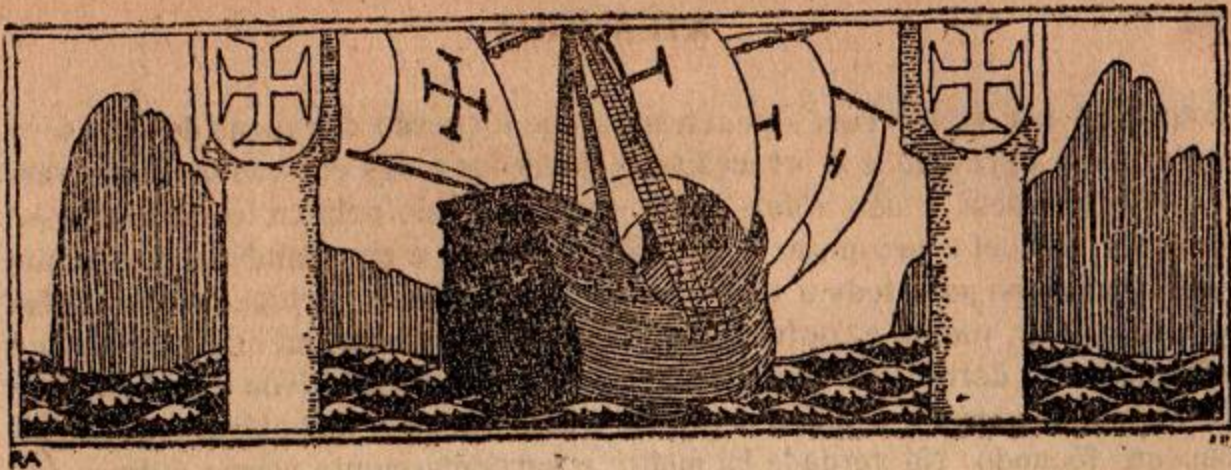
*Nem sei o que é, nem sei... Fosforescência,
luz que se fez sereia por demência.*

*Saúdade dos marujos em viagem,
vinda de longe: lúcida romagem.*

*Puro sonho do mar que quer ser luz
e em lágrimas de íris se traduz.*

*Adeuses irisados, vagabundos,
de não sei quem, a quem, para que mundos...*

ANTÓNIO PATRÍCIO.



A CONFEDERAÇÃO LUSO-BRASILEIRA

Três opiniões

JAIME DE MAGALHÃES LIMA, ALVES RIBEIRO, PINTO DA ROCHA

EX.^{mo} SENHOR DR. BETTENCOURT RODRIGUES:

Não é fácil acrescentar o quer que seja ao que sôbre a confederação luso-brasileira V. Ex.^a disse na *Atlântida* de Junho último. Foi mais do que a enunciação dum problema da vida nacional da nossa pátria, vagamente embrenhado em anseios, hipóteses e vias de solução; em breves páginas, breves no espaço que ocupam e extensíssimas nas sugestões que provocam, aquelas afirmações tiveram a fortuna de significar desde a primeira hora uma conclusão inabalavelmente fundada. Foram simultaneamente a confissão clara do estado de consciência duma raça e uma revelação, súbita mas perfeita pela lucidez, das consequências a que a fatalidade lógica e orgânica desse estado de consciência há-de inevitavelmente conduzir. Assim se compreende e explica como de pronto e completamente removeram os estorvos e dissiparam as objecções que a inteligente análise e a sagacidade do seu interlocutor aduziram. É que um pensamento político, quando significa o remate e a expressão da psicologia dum povo constituída na sucessão e tenacidade de gerações inumeráveis, quando traduz um facto natural e não apenas qualquer acidente caprichoso da fantasia, caminha por seu próprio pêso e pelo seu pêso vence, embora imponderável seja e nem por muito se repetir na história o milagre dos imponderáveis algum dia se tivesse penetrado o seu mistério.

Ora, neste caso da confederação luso-brasileira, suas possibilidades e trâmites prováveis de desenvolvimento e realização, o certo e visível é que nos encontramos em presença dum facto natural, tão obscuramente gerado como agora esplêndidamente manifesto, e apenas mais vigorosamente acentuado, porventura acelerado, com uma desusada energia nos seus efeitos, pela conflagração que pôs o mundo em guerra. Êste nos assegurou, com uma

eloquência por igual cruel e penetrante, que a coesão das raças de todo leva preterida a opressão e a invenção dos governos e das cobiças governativas, e é sobre aquela e não sobre estas que a unidade política há-de fundar-se para ser estável e prosperar e prevalecer na paz e em grandeza. Assim nos sentimos unidos para toda a contingência do destino, os portugueses de àquém e de além-mar, juntos e confundidos em uma nova pátria, na qual o lugar que habitamos é o derradeiro dos elementos políticos constitutivos e a identidade da aspiração moral e estética o primeiro dos vínculos, inabalável e prodigiosamente fecundo. Na verdade há muito, e particularmente nestes últimos dez anos, começaram a mostrar-se insistentemente êsse estado da consciência étnica e todas as suas seduções; muitos sinais nos deram do seu advento. O que agora acontece, sob a violência duma situação excepcional do mundo político, desvaneceu, porém, as últimas dúvidas e determinou uma insinuação profunda da realidade, até no espírito dos rebeldes e menos ágeis.

Em tal altura, cessam todos os obstáculos de forma e tradução prática. Não só estas tendências, sendo um facto natural, hão-de exprimir-se e ser respeitadas praticamente, sob pena de caducidade imediata de quanto as contrariar e constranger, porque isso será contra a natureza e tanto basta para lhe determinar a instabilidade e apressada ruína; mas também, sendo a alma que faz o corpo, no conceito de Leonardo Vinci que os corpos conheceu tão bem como as almas, sendo o impulso interior que modela o corpo em sua substância tangível, o corpo político não vive sob lei diferente da que rege o corpo humano e êste renascimento da consciência dos povos saberá encontrar, através de mil hesitações e muitos erros, a forma que lhe convêm e é condição e exigência da sua vida no mundo. A forma virá por acessão, lentamente, por um processo de crescimento, e nunca por fundações instântaneas da mera abstracção.

Para esclarecimento dos débeis na crença e menos solícitos no exame, não será todavia ocioso lembrar como pensaram os que em idêntica renovação da ordem política nos precederam e por seus talentos foram bons profetas. E, uma vez que V. Ex.^a se referiu ao célebre jornalista W. Stead, acaso não será inoportuno reler as passagens da sua *Americanização do Mundo* que a êste assunto se referem.

Êsse panfleto, ainda hoje digno de ser lido e reflectido, ao qual os acontecimentos presentes remoçaram a actualidade, preconizava a fusão do Império Britânico com a União Americana e com todos os demais estados do mundo de língua inglesa. Reputando essa arrojada solução o único modo de obstar a que o centro político da raça e o seu poder se delocassem da Europa para a América, deixando a Gran-Bretanha «definitivamente reduzida a uma Bélgica falando inglês», dizia:

— «É natural que o orgulho inglês se revolte . . . mas o orgulho e os prejuízos são maus conselheiros. A questão não é saber o que preferiríamos fazer, mas qual é o partido a tomar em tais circunstâncias. Se se admitiu que todo o esforço do nosso tempo instiga à unificação das raças de origem e linguagem comuns; se, além disso, se admitiu que uma tal unificação arrastaria consigo vantagens incalculáveis, assegurando contra todo o perigo as nações falando inglês, ou o perigo viesse dum conflito fratricida ou dum ataque estranho . . . é difficil resistir à conclusão de que o objecto destas

preocupações é digno de se tornar o fim último dos homens de estado, quer dos Estados Unidos, quer da Gran-Bretanha».

Depois, vem o autor a fortalecer a sua causa com o depoimento dos homens públicos que de perto a poderam julgar.

São muitos e de singular autoridade.

Lord Roseberry, discursando na Universidade de Glasgow, disse: — «Quando os americanos se tornaram a maioria, a sede do Império poderia talvez ter sido transportada solenemente para além do Atlântico. A Gran-Bretanha tornar-se-ia o relicário histórico, a guarda avançada da Europa no Império do Mundo . . . Que extraordinária revolução se teria realizado! A maior conhecida, sem derramar uma gota de sangue, a mais sublime transferência de forças na história da humanidade. A nossa fantasia não pode imaginar êste êxodo através do mar. O maior soberano, na maior armada do universo, ministros, govêrno, parlamentares, partindo solenemente para o outro hemisfério, não como aconteceu com o soberano português emigrando para o Brasil por necessidade, mas forçado pela pressão vigorosa dum mundo mais moço». Há muitos anos, sendo o falecido Conde de Derby ministro das colônias em um ministério presidido por Gladstone, discutiu a confederação anglo-americana com o Dr. E. J. Dillon, publicista de superior reputação na imprensa periódica do seu país, e então lhe confessou que «o ideal mais elevado que no futuro podia prever para os seus concidadãos era a época em que a Gran-Bretanha fôsse admitida na União americana para formar com ela uma única e grande federação». Hiram Maxim tinha como certo que essa federação seria, talvez para a próxima geração, uma realidade. Era «questão de tempo e de civilização». O famoso multimilionário Carnegie, que por poeta não peca e na sua vida tem dado exemplo assombroso de habilidade de lidar com as cousas da terra, escreveu: — «Digam os homens o que quiserem, mas afirmo que, tão certo como o sol haver brilhado sôbre a Inglaterra e a América unidas, há-de erguer-se uma manhã e brilhará ainda alegremente sôbre os Estados, unidos de novo, da União americana e britânica». «Porque ruptura alguma entre as partes separadas, qualquer que fôsse, teve lugar em consequência da língua, da literatura, da religião ou da lei. Nisso manteve-se sempre o acôrdo. Pôsto que separadas politicamente, as partes jamais quebraram a aderência, a fôrça, a união dos seus elos». E, entre os meios práticos de renovar a unidade política anglo-americana, Dicey propunha a adopção duma convenção mútua entre os governos da Gran-Bretanha e da União americana, proclamando um direito de cidade comum, de forma que todo o vassalo do rei se tornasse um cidadão dos Estados Unidos e tivesse direito a todos os privilégios de que um inglês goza em qualquer parte do mundo que êle possa habitar.

Não teremos nós a colhêr alguma cousa desta lição dos homens e os povos que na experiência e na história são autoridades políticas? Não nos será comum esta necessidade de unidade da raça e rejuvenescimento do sangue velho pela transfusão do sangue moço? Paralelos de fôrça política não os podemos aduzir, evidentemente. Mas as condições de saúde e vitalidade são iguais no pigmeu e no gigante, no cedro e no zimbro. Todos vivem e crescem, ou definham e morrem, sob a mesma lei e sob a influência dos mesmos astros.

Por isso me atrevo a lembrar a V. Ex.^a estas linhas estranhas, na esperança de que não serão de todo descabidas na fundação da formidável renovação política em que as aspirações da pátria portuguesa ansiosa e justamente se exaltam.

Se por minha infelicidade para nada mais puderem servir, fiquem ao menos como demonstração da minha fé política e testemunho da elevada consideração e superior estima com que sinceramente me confesso

De V. Ex.^a
venerador obrigado
Jaime de Magalhães Lima.

ASPECTO ECONÓMICO E MILITAR

Visando a estabelecer um equilíbrio de forças que seja de futuro uma garantia de paz, e, implicitamente a firmar em mais sólidas bases as condições de segurança e defesa dos diferentes povos, o problema do supernacionalismo (agrupamento de nações, como seriam a União latina, ou *Latina*, de Desdeveses du Désert, a *Great Oceana*, dos ingleses, e a *Mittel Europa*, dos alemães) é um problema na ordem do dia, que de todos exige, pela sua extrema complexidade, o mais aturado estudo. Colocando-me no ponto de vista luso-brasileiro eu só pretendo, neste momento, encarar o problema pelo seu aspecto económico e militar.

As colónias inglesas, todas elas com *self administration*, estão hoje ligadas à mãe pátria por fórmulas concretas e práticas, existindo já, com representantes de todas elas, um grande conselho que dirige a sua acção comum, económica e militar.

Alguns, como Lord Roseberry, o Conde de Derby, ministro num dos governos presidido por Gladstone, e o publicista William Stead, director da *Review of Reviews*, verdadeiros pioneiros do supernacionalismo, chegaram mesmo a advogar a idea não duma simples aliança, mas duma verdadeira confederação da Inglaterra e dos Estados Unidos, idea essa que não tardou a encontrar, do outro lado do Atlântico, os mais autorizados adeptos. E, ainda a propósito desta tendência à formação de grandes agrupamentos de nações, eu poderei citar os nomes do filósofo Buldwin, do sábio C. W. Eliot, antigo presidente da Universidade de Harvard, e do célebre romancista Robert Herrick, todos partidários, nos Estados Unidos, duma íntima aliança *pan-Atlântica*, que aglutinasse num imenso bloco, mas como um só organismo de civilização e defesa, a França, a Gran-Bretanha e a Norte-América.

Mas comecemos por considerar, como escalão prático do avanço desta teoria supernacionalista a fórmula de confederação, já adoptada que liga estados fronteiriços, que têm entre si os mesmos interesses de ordem militar e económica.

O exemplo colossal duma confederação nestas circunstâncias é, sem dúvida, a Alemanha, que conseguiu económica e militarmente atingir o máximo até hoje realizado.

Para a bater formou-se uma outra confederação, de carácter transitório, mas em que os aliados foram forçados a ajustar os seus interesses económicos e militares de uma forma homogénea, ainda que passageira.

A necessidade das supernacionalidades é uma lógica imposição de toda uma série de factos, e não apenas de simples concepções teóricas, que se defendem, mas cujo alcance prático se desconhece.

Não quere isto todavia dizer que a escolha dos estados, que, confederados, entre si organizem a supernacionalidade, possa afinal alhear-se dos elementos teóricos, largamente demonstrados pela prática de séculos, e que constituem os elementos do poder militar dos povos, como base da sua vida, e por consequência da defesa dos seus interesses, pela força.

Do estudo das obras de Mahan, Callwell e de Bonamico, que nos elucidam sobre a influência que tem exercido, na história, êsses elementos do poder militar, vamos nós concluir que uma confederação constituída (já não falando nas nossas outras colónias) pelo Brasil, Portugal e Angola, com *self administration*, está absolutamente indicada, e conduz a condições estratégicas de primeiríssima ordem.

As funções principais, que exteriorizam a expansão, são, sem dúvida, a emigração, a exportação e o tráfico.

A emigração, que é o fenómeno mais antigo da expansão, originou, quasi por si só, as condições necessárias para a sólida realização duma confederação luso-brasileira. A emigração permitiu nivelar as funções transcendentes do génio, da invenção, e da fortuna nos cometimentos dos povos dos dois países e poder de realização. Permitiu igualar funções incomensuráveis, como são a etnologia da população, a organização do Estado, e o grau de civilização, canalizando todos os característicos da raça portuguesa para o povo brasileiro.

Se bem que Mahan não considera a climatologia como função comensurável do poder marítimo, em nosso entender como tal a devemos considerar, como no-lo indica a razão.

A climatologia tem, sem dúvida, uma influência directa e preponderante sobre a génese e o desenvolvimento da energia marítima.

A influência da longa costa brasileira, como regulador climatológico, exerce um esforço de continuidade e desenvolvimento das qualidades marinheiras que a emigração portuguesa infiltrou na raça brasileira.

A similitude de raças e suas qualidades relativamente ao poder militar e militar-marítimo é completa, e as condições geográficas dos dois países são absolutamente análogas.

A eficiência ofensiva, que deriva da posição geográfica, é uma função dos elementos que permitem a expansão e o domínio no mar.

Dada a similitude de todos estes elementos, analisados duma forma rápida, por isso que a forma de criação e desenvolvimento da população brasileira dispensa uma longa justificação, vamos analisar a função económica, mais importante, e que é necessário criar e desenvolver, para garantir aos dois países a verdadeira expansão, que pelos interesses recíprocos e pelas vantagens económicas resultantes, constitui por si só a verdadeira razão de ordem, para a constituição duma confederação luso-brasileira, garantindo-lhe o melhor elemento do poder marítimo.

Diz Bonamico que o tráfico representa o sistema nervoso do organismo expansivo, cujos gânglios são constituídos pelos mercados; e que a sua perfeição depende do seu equilíbrio do organismo interno.

Os mercados luso-brasileiros, centros da enorme permuta, susceptível de se efectuar entre os dois países, estão no momento actual quasi que desligados uns dos outros, mercê da ausência completa do tráfico.

As condições de guerra ainda mais alteraram a situação do tráfico entre os dois países, que em tempos idos de paz já era deficiente.

Ora sendo o objectivo do tráfico manter as vantagens da expansão no circuito da utilidade nacional, lutando com vantagem contra a concorrência externa, nós vemos este grave problema bastante descuidado pelos governos das duas nações.

As vantagens da exportação estão cerceadas para o Brasil e Portugal, porque um e outro têm o seu tráfico sob a dependência de navegação estrangeira.

Os factores naturais de expansão são a emigração e a exportação, e o tráfico nacional deve garantir-lhes a continuidade e o desenvolvimento, sem o que a expansão é imperfeita.

Mas o facto é que, antes da actual guerra, a situação política internacional pretendia excluir o proteccionismo dos mercados, provocando o proteccionismo do tráfico.

Em nosso entender, esta circunstância é a razão de ordem em torno da qual se originou o actual conflito europeu.

A Alemanha, procurando o caminho do golfo Pérsico para as suas mercadorias, protegia o seu tráfico para o Oriente, cujos mercados não podia proteger.

A Alemanha, procurando anexar a Bélgica, pretendia criar um centro marítimo que, pela sua posição, protegia o seu tráfico para a América, dispensando-o de tocar em portos ingleses.

A Alemanha, procurando conquistar o golfo de Riga, fechando o caminho para o ocidente ao comércio russo, pretendia proteger o seu tráfico, afastando um concorrente importante e obtendo o exclusivo, para o seu tráfico, da exportação russa para o ocidente.

A Alemanha expandiu-se, desenvolveu-se e enriqueceu, criando e desenvolvendo o seu tráfico marítimo, que, garantindo o funcionamento regular das suas funções expansivas, emigração e exportação, atacou directamente o dos outros países, como, por exemplo, da Inglaterra.

É portanto ao tráfico, como elemento expansivo, que as duas nações, Brasil e Portugal, devem ligar a maior importância, porque, depois da guerra, o vencedor tomará para si o melhor quinhão, impondo o proteccionismo ao seu tráfico, como elemento preponderante de expansão e riqueza.

Para que os dois países, de comuns interesses expansivos, possam lutar, precisam unir-se para monopolizarem o seu tráfico, garantindo-lhe a imunidade e o desenvolvimento, sem o que, fácil é prever um estado de dependência, que atrofiará as duas nacionalidades.

Só a criação da confederação luso-brasileira pode, com utilidade, realizar a disciplina na emigração, exportação e tráfico, para atenuar e quasi anular os riscos da concorrência livre, que resultem de imposição internacional.

E é princípio assente, deduzido da história e da razão, que os mercados mundiais tendem fatalmente a ser monopolizados pela nação cuja marinha mercante consiga monopolizar o tráfico.

O actual conflito europeu gira, como acima dissemos, em torno deste princípio, e o ataque geral que sofreu a marinha mercante alemã é a prova directa de que o golpe vibrado tinha precisamente essa direcção.

Torna-se portanto necessário criar um organismo, como potência mundial, que consiga garantir para os seus mercados um tráfico regular e profícuo, e que garanta aos países componentes a exportação para os mercados externos, dada a circunstância de que cada um dos países de per si não é suficientemente forte para o fazer.

Muito propositadamente introduzimos no nosso tema a nossa colónia de Angola, com *self administration*.

Esta colónia deve merecer uma especial atenção dos nossos governos, pois está naturalmente indicada para ser um novo Brasil, pela sua analogia com este país, relativamente à posição geográfica e ao desenvolvimento económico, a provocar por uma colonização regrada e eficiente.

Brasil e Angola seriam então duas vastíssimas áreas de produção, de interesses similares, pela produção e riqueza, reunidas nas suas vias de comunicação para a Europa, por Portugal, escolhido centro para a irrigação dos mercados europeus, por meio dum tráfico regularizador e que garantisse a expansividade desta nova e grande confederação.

E então o mar seria—permita-se nos o termo—o agente de ligação, não só entre as duas nações interessadas, mas ainda entre elas e os mercados mundiais.

O mar nunca é um impedimento de expansão, é a via natural da expansividade dos povos.

Seja-nos permitido este desabafo—será impossível estreitar as relações entre estes dois países irmãos enquanto se não organizar o tráfico entre eles, de forma que lhes garanta e assegure os seus mútuos interesses.

Mas o tráfico é sem dúvida um elemento do poder marítimo, e por consequência a constituição duma supernacionalidade, ou confederação, que o tenha como razão de ordem e como necessidade para a sua expansão implica, nem mais nem menos, do que um poder marítimo forte e profícuo, que qualquer das nacionalidades componentes não criaria talvez por si só.

Mas o poder marítimo necessita da garantia do domínio do mar, e esta é a condição essencial para que a nação, que o criou, o possa manter e proteger.

É a questão militar.

Diz Angustin Hamou, professor da «Université Nouvelle de Bruxelles», nas suas *Leçons de la guerre mondiale*, que «*le désarmement général et complet est le seul remède qui donne satisfaction aux économies nécessaires et qui supprime toute cause et toute possibilité de guerre*».

Supondo que esta aspiração geral se realize, ela só poderá resultar dum acôrdo entre as diversas nacionalidades, e acôrdo em que cada uma entrará com o seu pêso e o seu valor.

Por muito grandes que sejam os sacrifícios feitos nesta guerra pelas duas nações, que seriam as componentes da confederação que defendemos, o facto é que outros há que têm suportado maiores sacrifícios, e cujos prejuízos

sofridos são incomensuravelmente maiores. Esses se farão ouvir na Conferência da paz.

Daqui resulta que enormes seriam as vantagens para o Brasil e Portugal se fôsem unidos a essa Conferencia, com os seus interesses perfeitamente ajustados e definidos.

Mas se a afirmação do ilustre professor se não realizar, isto é, se o desarmamento fôr só parcial, já teremos de encarar o problema militar, que deriva da necessidade expansiva do Brasil e de Portugal.

Militarmente, e dum modo geral, a confederação luso-brasileira será um regulador seguro da estabilidade de política internacional, quer na Península quer da América do Sul, e ainda no oeste africano, porque permite a organização dum potencial militar de valor muito apreciável, dada a percentagem de mobilização que permitem as novas regras, sobre a população das três regiões.

Este potencial militar teria como complemento o potencial militar marítimo imposto pela organização e desenvolvimento de todas as funções expansivas, e este último impõe, por sua vez, a garantia do domínio do mar.

O desenvolvimento do submersível não permite deduzir, desde já, quais os ensinamentos práticos para a justificação de qual seja o sistema mais profícuo para garantir o domínio do mar.

Mas permite, duma forma precisa, que se afirme, seja qual fôr o meio de combater o curso exercido por submersíveis, que o sistema de bases e de pontos de apoio, no Oceano, é absolutamente imprescindível.

Apliquemos o caso a Portugal e Brasil.

A linha de navegação de Portugal para o Brasil e para Angola tem três escalões no mar: o primeiro, até a Madeira; o segundo, de Madeira até Cabo Verde; e o terceiro, deste arquipélago até qualquer dos pontos das costas das regiões indicadas — Brasil e Angola.

Qualquer dos dois países citados, vivendo isoladamente, teria, pelo sistema militar que a prática ensina, a garantir as suas linhas de comunicação: o Brasil para a Europa, e Portugal para as colónias, e, portanto, para Angola e Europa.

Quer dizer—a garantia do domínio do mar, no Atlântico sul, é e será sempre um objectivo comum aos dois países.

Com a diferença de que, isolados, difícil senão impossível lhes será garantirem eficazmente esse domínio do mesmo mar, ao passo que conjuntamente é tarefa bem mais fácil e—podemos dizê-lo—quási que assegurada.

Verificado, como fica, que até neste ponto os interesses das duas nações se justapõem, demonstrado fica que a confederação luso-brasileira teria, a realizar-se, para elas a mais alta importância estratégica.

Examinemos agora, sumariamente, as duas hipóteses a considerar:

Se depois da guerra se obtiver o desarmamento geral, tudo aconselha que os dois países vão juntos para a Conferência da paz, para aí assegurarem os seus recíprocos interesses, garantindo o seu próprio tráfico entre os seus mercados, como única forma de, independentemente, assegurarem a sua economia e expansão;

Se depois da guerra subsistem os armamentos, parciais ou totais, as razões de ordem de expansividade dos dois países continuam justapondo-se; e

reforça a necessidade da criação desta supernacionalidade a questão militar, não só pelos enormes efectivos de que podem dispor as duas nações e Angola, como ainda pela maior facilidade com que as respectivas marinhas, elevadas aos efectivos necessários, poderão garantir o domínio do mar, *para salvaguarda das linhas de navegação que interessam aos dois países e que são absolutamente as mesmas.*

E agora, antes de terminar, não podemos deixar de afirmar a nossa grande admiração pelo nosso dilecto amigo, e ilustre homem de sciência, Dr. Bettencourt Rodrigues, que, como bom patriota e grande amigo do Brasil, lançou o primeiro alerta, entre nós, nesta questão de enorme magnitude. Ao cooperarmos, com tão ilustre Mestre, nesta grande questão, tivemos como sempre a preocupação da verdade, e no nosso modesto trabalho atendemos à circunstância importante e capital de que vultos de destaque, na camada intelectual dos dois países, estudam e defendem tão justa causa.

E se muitas razões de outra ordem existem, que justificam a idea duma confederação luso-brasileira, justo é que a essas acrescentemos agora as que, sendo de carácter militar, reforçam insofismavelmente as primeiras.

Se a Portugal convêm o domínio do Atlântico, de Lisboa, pela Madeira e Cabo Verde, para atingir Angola, seguindo por SE., igualmente o convêm ao Brasil que, vindo os seus navios por SW. de Cabo Verde, ganham a Europa pela Madeira a Lisboa.

Lançada assim a idea, que ela possa ao menos servir de pretexto e oportunidade para que outros de maior mérito e saber nos venham, por sua vez, dizer o que pensam sobre este tão importante assunto.

NUNES RIBEIRO

1.º tenente

O DR. PINTO DA ROCHA FALA À «RUA» DO RIO DE JANEIRO DA CONFEDERAÇÃO LUSO-BRASILEIRA

A lembrança simpática duma Confederação Luso-Brasileira, que já encontra extremados adeptos em Portugal e Brasil, teve entre nós um dos seus primeiros e ardentes defensores no professor Pinto da Rocha, que já em Junho apregoava nesta capital os benefícios resultantes da execução de idea tão generosa e elevada para ambas as partes. Realmente, quando no nosso Teatro Lírico a colónia portuguesa realizou aquelas grandes festividades comemorativas do centenário de Camões, depois dum memorável discurso do Sr. consul Alberto de Oliveira, onde havia alusões elogiosas para o nosso país, e depois duma ode ao Brasil recitada pelo Sr. Jaime Vítor, o Sr. Pinto da Rocha, que se achava presente, rompendo o protocolo, pediu a palavra para manifestar o entusiasmo que o dominava naquela solenidade em que tão alto se elevava o nome de seu país. Disse então, entre outras cousas, o Sr. Pinto da Rocha, que se não é mais possível entre o Brasil e Portugal a unidade política, seria possível pelo menos a federação definitiva das almas brasileira e portuguesa, que a mesma história de três séculos trouxe irmanada de 1500 a 1822, de Monte Pascoal a Ypiranga, e que irmanadas têm vi-

vido pelo mesmo idioma em que Camões e Gençalves Dias cantaram as epopeias das duas raças, e em que Eça de Queiroz e Machado de Assis transfundiram contemporaneamente as dores de suas almas e as maravilhas de seus génios.

Essa circunstância nos levou naturalmente hoje a procurar aquele professor, que bem nos poderia dizer algo da projectada Confederação Luso-Brasileira.

S. S., em sua palestra, mostrou-se o mesmo ardoroso partidário das ideas do trecho do citado discurso. Acha que o movimento é de grande oportunidade e recorda que obra análoga está sendo levada a efeito, e com muito êxito, por dois professores europeus, um italiano e outro francês, que promovem actualmente a Confederação Italo-Francesa. O professor italiano, que é Bondante, chegou mesmo, em relação às questões económicas, a apresentar uma organização especial, onde são consultados os interesses de ambas as partes. Êste facto, mais que qualquer argumento teórico, prova o quanto é possível se obter a harmonia sob o ponto de vista da vida material, entre países cujos interesses aparecem em franca opposição.

É por isso que o Sr. Pinto da Rocha não encontra dificuldades para a realização daquela aspiração luso-brasileira. Obstáculo, se existe, na opinião de S. S., é apenas o obstáculo natural da extensão dos mares que nos separam. Mas mesmo êste obstáculo encontra solução na vida moderna, graças à facilidade e à rapidez dos actuais meios de comunicação.

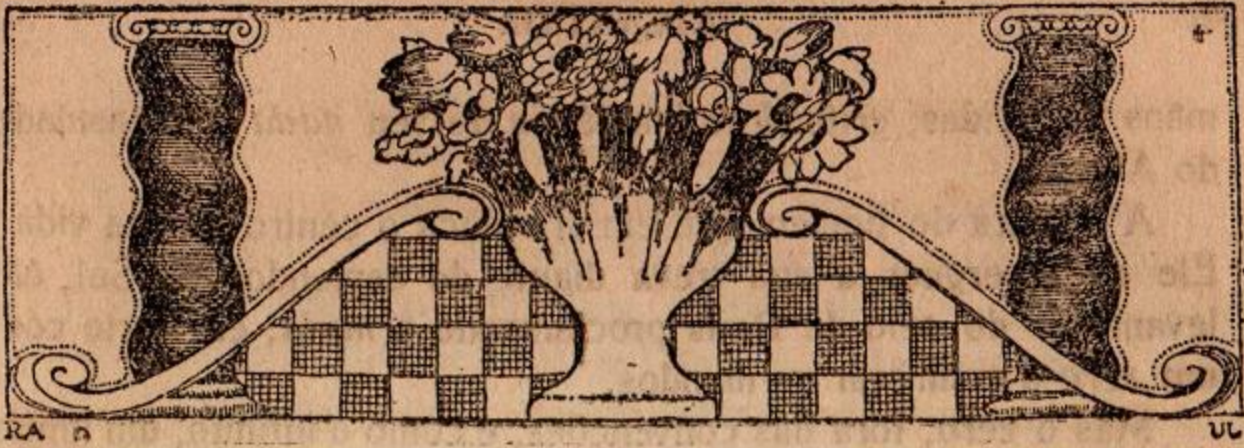
— Então, não vê nisto nenhuma utopia? perguntámos, aludindo ao plano da confederação. E o Sr. Pinto da Rocha nos respondeu:

— Podem muitos considerar uma utopia semelhante idea. Não importa. Há um condão que sempre acompanha as utopias e que as transforma em realidades no século seguinte. É o que pode bem succeder com a confederação de que tratamos.

Interpelámos então o professor de Direito sôbre a diversidade das legislações como mais um obstáculo ao projecto.

O Sr. Pinto da Rocha, porém, depois de lembrar que maior diversidade corre entre as legislações da França e Itália, países que no entanto promovem uma federação no mesmo sentido, disse que aquella propagada diversidade é muito menor de que se pode supor à primeira vista. Basta considerar, expunha S. S., que o nosso direito civil foi, por muito tempo, as Ordenações, e que o nosso Código Commercial vigente é inspirado no Código Português de 1833. A actual Constituição Portuguesa, em mais duma disposição, nada mais é que uma cópia, que a reprodução exacta de nossa carta de 24 de Fevereiro, e assim por diante. O obstáculo, se existe, é apenas o dos mares . . .

Não quisemos por mais tempo interromper o Sr. Pinto da Rocha, que ia iniciar uma conferência que deve realizar na próxima semana, a convite da Camara Portuguesa de Comércio, e que pertencerá à série que vem efectuando aquele instituto em propaganda económica de Portugal.



O Natal

VOZES DO MEU SILÊNCIO

Há, no vocabulário humano, dois substantivos formidáveis: o *ser* e o *nada*.

O movimento progressivo da criação, imagem humana do *fiat* divino; o movimento regressivo do aniquilamento, acrescento humano da suficiência de Satan. A imaginação abrangendo, sempre e sem fim, os mundos; a imaginação condensando, sempre e sem fim, num ponto estuante de ser, os espaços e os tempos.

O primeiro movimento tem o ritmo do homem que adora, das mãos que se alongam, das pedras que se ogivam; o segundo tem o ritmo da bôca que blasfema, da mão que furta, do gatilho que é premido.

Dir-se-iam duas substâncias da velha escolástica.

O *ser* tem como modo essencial a humildade, o *nada* apresenta-se em orgulho.

A humildade é um sentimento de universalismo, é a passagem luminosa de Deus através das almas: *inclinam-se* e, por elas, se estabelece e fecha o circuito da divindade.

É, em almas, o cósmico giro das nebulosas.

O orgulho é a desproporção, o centripetismo absoluto, o satânico retôrno da criação sôbre si mesma.

É o iniciado beijo de amor arrepanhado em gargalhada sinistra.

A Solidão é povoada de Deus, as montanhas erguem os mais nevados cumes como mãos planetárias excedendo o planeta.

A cidade é povoada de homens, os homens enclavinham as

mãos fraticidas, gritando a blasfêmia do seu *nada* à imensidade do Abismo.

A loucura do homem que em si coloca o centro da sua vida! Ele quer erguer a sua treva diante do esplendor do Sol, êle levanta-se do seio de Deus proclamando o *nada*, êle parte com um *zero* a enumerar os mundos.

Mas o zero, fora das convenções, é como o infinito, um limite inacessível.

Dilatai o Universo, e para além da nossa imaginação êle pode estender-se sem que a si mesmo se perca, porque a Presença o cinge e unifica.

Condensai-o, e para cá das mínimas grandezas concebíveis êle pode ainda apertar-se, porque o seu centro ideal de amor é presente, sem diminuição, nesse ponto metafísico de *ser*, fremente de amplidão e infinito.

Podeis fechar a vossa janela para que o incontável fulgor das estrêlas não vos oprima de mistério, os seus abraços siderais continuam a envolver-vos e no fundo do vosso pensamento assombrado uma inquietante claridade hesita e bruxoleia.

O Deus, que desdobrou, como as tendas do Deserto, o grande dossel dos céus, não se perde em nenhum sorvedouro de treva e no fundo da alma dum criminoso êle brilha sereno e eterno. Se a luz do nosso abismo treme e desfalece é que o vento da desgraça, o rodopio do pecado, passou ao de cima. São nuvens que empanam, e o grande pavilhão celeste, desdobrado pelo seu poder, esconde, por vezes, a sua face.

Deus é o Mundo.

E a preguiça, e o mêdo e a vaidade ficam na claridade do Mundo e não se atrevem a levantar as cortinas do Mistério.

E o Mundo fica só, de solidão petrificada, erguido numa architectura de *zeros*.

O Mundo move-se por inércia, dum sôpro de *ser* originário!

Deus é o motor imóvel, indiferente ao espectáculo do Mundo, tombado dum sôpro da sua respiração.

O filho pródigo, fugido da casa paterna, que fôra apagando todos os vestígios do caminho para impossibilitar o regresso, a que sinal encontraria o rumo?

Irmão gémeos partidos, antes da memória reflectida, para polos opostos da terra, voltam a encontrar-se, fixam-se e, da ante-memória, ergue-se uma névoa que os aproxima.

O homem vai a caminho do *zero*, mas, do ponto metafísico a que se reduz, um nódulo de *ser*, o anima.

E o homem é a saúde do Mundo, subindo para Deus.

A mais alta da flor de mistério, de carne macerada, trágico e grotesco, assimétrico e disforme, ressequido em Satanaz, extasiado na claridade dum invisível sol para lá do firmamento!

O mundo percorre-se pelo pensamento do homem, e, nos confins do espaço, a imaginação interroga.

Curiosidade obstinada de encontro ao limite, a voz humana pergunta, clama e geme.

Todos os sonhos de amor, os desejos de bem, as deliquescências da piedade correm os espaços e acumulam-se nos limites, como as ovelhas perdidas, acossadas de lóbos, se juntam à porta do abrigo.

Lá dentro é a segurança, a protecção, a visão de pastagens edênicas e sem feras.

Quem recolherá o homem?

Se o mundo é tão frio e sem companhia!

O sôpro *originário* alteia o coração do homem, entumescendo-lhe os lábios numa oração de amor e de saúde.

Deus, que é Pai, vê que o mundo a êle se dirige, saudável e humilde, num íntimo alvoroço de unidade.

São duas saúdes que se tocam, e, do choque, nasce o *verbo* luminoso, a palavra perfeita de comunicação.

Cristo é o ponto de encontro da alma que sobe em oração com o amor divino, que desce em relâmpago enchendo de luz o Abismo.

A mão que se ergue em súplica encontra a mão que ampara e protege, os olhos que sondam a treva saturam-se duma luz inefável, à flor da qual, e sem atritos, boiam todas as almas.

Cristo é o desenlace eterno do drama das criaturas, porque é o eterno enlace das criaturas em Deus.

Imaginaí um corpo elástico, que, caindo das alturas, foi deixando, a seu pesar, a azul transparência dos céus.

À medida que esgota a distância, aumenta o pesar das clari- dades perdidas; mas êle vai tocar o solo e de novo, irá reaver a vitoriosa alegria da ascensão.

O homem lançado de Deus toma a graça do impulso por vir- tude e propriedade sua, vai a caminho do *nada*.

Como mola, que se apertasse de encontro a um apoio inatin-

gível e, ao reduzir-se, fôra aumentando o esforço que a há-de distender, o homem, a caminho do *nada*, atingirá um nódulo anímico que o arremesse em ânsia de infinito e eternidade.

É uma maré solar levando o coração humano para o sol invisível e sem corpo, que, da Altura e da Profundidade, orienta as almas.

A criação em regresso sôbre si mesma ia-se *morrendo*, uma névoa de saúde a envolve, e, do meio dessa névoa e na Noite imensa, um grito de súplica corta o negrume.

É a voz do homem, a saúde de Deus; e o espírito do amor, vogando sôbre as trevas, amanhece a pálida figura de Cristo.

A criação *ressuscitada* em Cristo volta ao seio divino, pacificada e amante.

Assim é a vida da alma, a caminho do *zero*, quási a conceber a Morte, a substancializar o *nada*, ela *renasce* em Cristo, abre em luz quieta, que nenhum vendaval fará estremecer, o seu pacificado olhar de eternidade.

Natal! Natal!

Em Cristo é o *renascimento*, o *reencontro* com Deus, origem do *ser*, fonte de Vida, donde, perpétua e indefinidamente, brota o amor e a certeza!

Dezembro de 1917.

LEONARDO COIMBRA.

O homem que matou

O trecho de Aquilino Ribeiro que hoje publicamos é um capítulo do seu novo livro, a sair breve, «*A Via Sinuosa*», romance admirável em que o talento do nosso ilustre colaborador se afirma com aquele poder de observação e de estilo que de há muito lhe deu um lugar de destaque na vida literária portuguesa.

O sr. Padre Ambrósio, meu bom mestre, mandou chamar os Violas à Livraria do Convento. Estava uma manhã louca de regas, com um dêstes sóis que no pino do dia azoam as rôlas, e sombras muito frescas e negras, que até pareciam pintadas a baga de sabugueiro. Meu bom mestre tinha vindo dizer missa a S. Francisco no altar da Senhora da Saúde, servin-



do eu de acólito naquele officio indumentado a roxo, muito suave e sonoro na nave adormecida. Minha mãe, depois, forçara-o a petiscar do nosso almôço, a que davam mimo umas trutas, por meu pai pescadas ao pardelho numa rincolheira do rio. E, entre duas gar-

fadas, aprouve-se sua galantaria de ânimo a reviver Fabricius, aquele bom alemão, que compôs uma *Teologia da água*, para celebrar a generosidade, a sabedoria e a potência de Deus, criando tal elemento.

— Honra seja feita ao douto professor de Hamburgo — disse meu mestre — que o Senhor é digno de todos os incensos por tão subida mercê. Sem a água não teríamos nós, agora, o paladar regalado por estes saborosos salmonídeos, de hábitos elegantes e casaca pintalgada como os marqueses do Sr. D. João V.

E seu gesto, ao mesmo tempo que rendia graças ao Criador, epicurísticamente baixava uma bênção sôbre os delicados peixinhos.

Meu mestre, findo o comer, dirigiu-se para a Biblioteca e do balcão eu via sua garnacha, desbotada a servir a Deus, ir roçando o buxo, como a sombra ténue e lenta dum frei defunto, saúdoso do seu claustro. Lá no patiozinho, que subia para o mosteiro, voltando-se para mim, que tivera por delicadeza não assistir ao que ia passar-se, pronunciou:

— Libório, bom seria que me ajudasses a passar a esponja do fel a esta pobre gente. Se te não custa, vem fazer-me companhia.

A mãe Violas, chegou primeiro, aturdindo com as chancas ferradas o recolhimento do eremitério a que a fonte estava contando melancólica lenda. Só dali a pedaço o velho, muito ronceiro, de cabeça ao léu, encolhido numa camisa de mondongos, numa casa da qual passava o nó vermelho do lenço de assoar. Vinha de pés descalços, e sôbre êles, à flor das calças arremangadas, as ceroulas de nastro pingavam, ainda, a baba lodosa do regadio.

Meu mestre atirara-se sôbre a poltrona de coiro, de membros lassos, solenizando, num enorme assôpro, a ardentia daquela manhã sem nuvens. E, minuciosamente, com o vagar dum monge dispondo as partículas no hostiário, pôs-se a limpar os óculos.

— Isso vai melhor, Manuel? — proferiu meu mestre, logo que reparou no Violas.

O velho torceu a cabeça num trejeito pessimista e foi ela que respondeu:

— Bem haja, sr. reitor, melhoras poucas. Depois que deu o trambolhão da árvore para baixo, ficou ofendido lá por dentro. Disseram que era a espinhela caída, mas qual! Fomos ao boticário, fomos à benta das Dornas, nenhum adregou com a molés-

tia. Não há emplastro que lhe não tenha botado. Só a terra é que o cura... Depois é o que ali se vê, um molancão que nem já tino tem para abotoar a braguilha das calças...

E, com a mão desencabada do avental, apontava o seu homeni, mudo e amachucado no meio da sala como um *zorato*.

— Mau é isso!

— Ai, sr. reitor, se Deus o não tira dêste mundo, derrança-me a passarinha! Está o cabo dos trabalhos, sempre rabugento, sempre a fedelhar. Disse o Sr. Ferreira da botica que padecia também da figadeira; é mas é o porco sujo que anda metido nele...

Meu mestre atalhou àquele libelo conjugal com o dizer, sorrindo:

— A gente faz-se velha sem querer. E os anos, minha santa, são como o vinho, filho da cepa, deixam bôrra; à mais ligeira sacudida temos a vasilha torvada... Mastudo na terra é pena e estrago. Já rezavam os antigos, triste é que seja só trabalho ao que se chama vida!... Mas vamos ao que importa. Chegaram-me aos ouvidos uns rumores de que vos quero prevenir, ainda que arrenegueis do alviçareiro...

— Seja o que Deus quiser — respondeu a mãe Violas — quem nasceu em má estrêla não esteja à espera do dia bô.

— Sentai-vos; sentai-vos!

E meu bom mestre indicou-lhes a preguiceira, onde os frades prégadores, depois de se empoeirarem nos *Zodíacos Celestes*, sesteavam com beneplácito de Deus e aprazimento do corpo, porque sendo de rija tábua, em faia, era ao mesmo tempo longa, vasta e talhada à feição de leito. Eu quedei no poial da janela, a atenção distraída, no semblante de quem se alheia donde não é chamado.

— Vieram-me dizer que a Celidônia não se conforma com a idea de casar com o Rolim. Se assim é, mesmo que não haja outro impedimento, eu não os posso receber. Mas olhai, talvez que a rapariga não ande falha de tino. O instinto da mulher é sagaz, ou, como o outro que diz, as mulheres têm um dedo que adivinha. Vocês conhecem bem o Rolim? Que sabem da vida dêle?

O velho passeou os olhos, lentamente, pelo teto, amortiçando-os daí na mulher, que o esbulhara da voz de casal, porque estava morfanho e se lhe entaramelava a fala. A mãe Violas ficou um momento a malucar, de vista parada em meu mestre, e respondeu no seu jeito estavanado:

— Pergunta bem, mas dos passos que o Rolim deu, antes de prantar os pés na freguesia, não lhe sei eu dizer. Quem pode dar razão é o meu Zé que lidou com êle na estrada de ferro. Mas eu perca o nome de Rita, se ali há cousa que se lhe possa trancar por diante. Verdade seja que uma nódoa no bom pano cai . . . mas ná, por aquele fico eu. Lá que a Celidónia está com fidúcias, está; mas, coitadinha, as fidúcias tiram-se-lhe. Aquilo ainda não é árvore que se não vergue ó puxar. Era o que faltava se a lambisgóia nos havia de borrar a cara . . .

— Então o José é que pode dar razão, — repetiu vagarosamente meu mestre, em ar de scisma — chamem-no cá.

— Anda pr'a quinta na rega. Mal parecerá deixar a água . . .

— De certo . . . de certo; em primeiro lugar a obrigação . . . Dizeis vós que desconheceis de todo os antecedentes do Rolim . . . pois espanta-me! . . . espanta-me! . . . O José nunca vos boquejou nada?

— Nada!

— Pois eu vos digo, êste homem foi muito falado em terras do Douro, há obra duns meses. Andava êle na tal linha que corta para Trás-os-Montes na empreitada da ponte. Foi um passo que deu brado!

E meu mestre, que com os simples era modesto, usando seu falar sem artifício, disse aos Violas:

— Sim senhores, foi um passo que deu brado . . . Era empreiteiro da ponte um tal Diogo Ramalho, dêstes Ramalhos de Folgosa, que têm fama de gente rica e empreendedora. Pelos jeitos, homem de bons negócios mas áspero no serviço . . . dêstes homens com quem os operários hão-de dar quanta alma têm. Ora um sábado à noite, dia de jorna, contra os cálculos, Diogo faltou na obra. Armou-se grande borborinho e, porque torna, porque deixa, uns que tinham pressa de cobrar a fêria, abalaram em cata dêle. Não tinham andado grandes léguas, quando foram tropeçar com êle, estendido de bôrco num chafurdo de sangue, com o crânio metido dentro, que parecia mesmo um chapéu amolgado. Aqui del-rei! homem morto! acudiu enorme gentiaga e verificou-se que o empreiteiro fôra assassinado à marreta e roubado. Logo ali se deitaram inculcas e, a uma voz, foram acoimados daquela morte dois trabalhadores, que na ante-véspera haviam sido despedidos por arruaceiros e mariolões. A justiça pôs-se em campo e nesse mesmo dia deitou a unha a um dos suspeitos. Sumetido a pergun-

tas deu respostas acertadas do que fizera e do que não fizera e, rebuscado de cima ao fundo, pouco mais lhe encontraram com que mandar cantar um cego. Tiveram de o soltar e correr sobre o outro. De pista em pista, aqui te apanho além te agarro, foram-no caçar a um povo da raia quando se dispunha a pular para Espanha. Chamava-se Luís Reinol. Tinha os bolsos atestados de notas, mas abrir-lhe a bôca não houve tramanhos. Quando lhe perguntaram donde lhe viera tanto dinheiro, invariavelmente respondia: ganhei-o com o rico suor do meu corpo. Contaram-se as notas e avaliou-se que a soma orçava por metade daquela que o patrão devia trazer na carteira, em dia de sôldo. Mau sinal para o Reinol. De busca em busca, apareceram provas seguras de sua culpabilidade. Mas não era o bastante; ficava por resolver a outra parte do problema: Quem arrecadara a outra metade do dinheiro? Quem ajudara o Reinol a derrubar o patrão que, sendo forçante e resoluto, era homem para homem? Encarceraram novamente o primeiro trabalhador. Mas, ou porque a justiça fôsse pouco atilada, ou porque o Reinol, tido e havido como homicida, confiasse a salvação ao sistema de negar, negar a pés juntos, se bem o prenderam melhor o largaram. O Reinol foi sózinho a juízo e sentenciado à pena maior, embora protestasse até a última estar inocente. À espera de saída para o degrêdo e no palpito, também, de que, dissipadas as esperanças, viria a fazer confissão inteira do crime, atiraram com êle para o castelo de Lamego. E não se iludiram; se da confissão que fez ainda não foi lavrado auto, dela já são sabedores todos os presos que lá se encontram. A quem o quis ouvir contou Reinol o crime por miúdos, só lamentando não ter obrado como o parceiro, que escondera o roubo debaixo duma pedra. Já adivinhastes quem é o desgraçado que está na bôca da justiça? É o João Rolim.

— Jesus! Santo nome de Jesus! — despediu a mãe Violas num engulho de vozes, de pescoço dobrado e tapando as faces às mãos ambas.

— Estranho — acrescentou o sr. padre-mestre — que o José tenha sido tão reservado convosco em matéria que vos podia acarretar grande dano. A sua obrigação era inteirar-vos de tudo. Não o fez, lá sabe as linhas com que se cose. Não digo que para êle o Rolim esteja assente no rol dos matadores, não. Mas sabia muito bem dos dares e tomares que o Rolim teve com a justiça e da suspeita que lhe pesava sobre os ombros... As-

sim eu soubera da hora em que hei-de ir prestar contas ao Justo Juiz!

A mãe Violas rompeu, afinal, numa gritaria que alarmou a paz centenar do mosteiro.

— Que sina a minha! Quando eu nasci, valia mais que Nosso Senhor tivesse dado vida a uma cadela! Tenho muito amor à minh'alma, mas vou-me deitar a afogar... vou-me deitar a afogar!... Pois vale lá a pena andar no mundo?! Anda a gente negregada a trabalhar de sol a sol para ter um cibinho de pão que comer é vai o porco tihoso arma-nos destas ciladas?! Benza-me Deus, benza-me Deus, ver a filha de minh'alma nas mãos dum assassino?!

— Cala-te, que te podem ouvir na estrada... —debalde meu mestre lhe dizia.

— Por isso êle era um mãos-rôtas — rosnou o Violas — não lhe custou a ganhar...

— E guardar eu debaixo de telha um bandido assim? Oxalá que tudo quanto comeu, de minha mão, de rosalgar lhe sirva. Aquele meu Zé é o ultimo dos malvados; foi êle quem mo meteu em casa; também há-de ir morrer a uma cadeia?! oh! se há-de!!

E esbaguejava-se em lágrimas e imprecações que meu mestre não sabia aplacar.

— Sossega, Rita, que ninguém te culpa — exorava êle — foste vítima da tua boa fé; assim como deste pousada a um mau homem, podias tê-la dado a um santo. O remédio é simples — E em tom receoso, meu mestre acrescentou: — Terá êle abusado da rapariga?

— Abusado?! — vociferou ela — abusado mas é da grandecíssima e compridíssima curta que o enjeitou ao mundo. Olha lá? Nem tocar-lhe com o dedo molhado. A Celidónia fugia dêle como da sarna! Ah! agora vai ela gloriar-se, mas nós, que há-de ser de nós?

E, passando ao inferno de sua negra vida, as lástimas eram patéticas.

— Inda se não fôsse o pegamaço dêste homem? porque isto é mesmo um foleiro. Só pensa em ter a morca farta. A pobre é que há-de ustir, que há-de pôr a trincadeira! Triste de mim!! Olhe, senhor reitor, êle o Rolim será um perdido da alma e do corpo, mas connosco era bom. Era êle que estava a sustentar a casa, quantes o Zé está um tunantão, que derrete tudo o que pode arrebanhar com as pandorgas. Que vai ser de nós sem êste arrimo! Ih!!!

— Antes, não te ias governando sem êle? Tem coragem, minha santa. Com lamentações não endireitas vida; trata, trata mas é de pô-lo a andar o mais breve possível.

— Pois que o despeça — retorquiu a Rita Violas, alijando o encargo sôbre o marido — Para alguma cousa se tem um homem de portas a dentro. Eu sou fraca, sou mulher, não o faço. Nem que me dessem a salvação! E quem me diz a mim que não anda por hi traça do mafarrico para perder um desinfeliz?

Meu mestre meneou a cabeça dubitativamente; ela porêem tinha-se aperrado àquela idea, com todo o desespero duma última esperança, e dava-lhe corpo.

— Ele, o Manuel Lascarinho, de Penso, não pagou sem dever?! Os exemplos, como estes, cobrem a rosa do sol. Que o despeça êle, eu não, nem a terra me comia se a minha voz se alevantava a condenar um inocente!

— Não, não há possibilidade de equívoco — disse meu mestre pesaroso. — Mas se quereis, chama-se o Rolim e desenganamos. Tens mêdo?

A mãe Viólas acabou por anuir e disse:

— Olha, ó Manuel, chega tu ali à janela do refeitório que o sr. reitor dá licença e berra por êle. Não deve andar longe. Mas despacha-te, meigengro, que nem todos estão para os teus vagares.

O velho assim fez e nós ouvimo-lo, ao cabo de instantes, bradar das janelas que deitavam sôbre a quinta até o castelo godo de Penedono, numa voz roufenha de fole roto:

— João Rolim!... ó João Rolim!... dá aqui um salto que te quere o sr. reitor uma palavra.

Feito o que, o Manuel Violas voltou a ter connosco, lento pelo corredor fora, mal acordando as pranchas ternas aos pés descalços, como sombra mortiça dum frade que vagasse por entre aquelas sombras. Meu mestre no cadeirão abacial pusera-se a rezar matinas. E no longo silêncio que se seguiu, percebeu-se toda a vida misteriosa do velho mosteiro, a traça que lima, uma lagartixa que corre, os ratos que moinam, uma tábua cujas fibras a fazem domar ao curso da seiva. E sôbre ela, os suspiros da mãe Violas trémulos e entrecortados. A fonte suspirosa dos monges continuava a correr; e sua toada melancólica tão bem se casava com o silêncio, que dêle parecia alma e não agravo.

As árvores ramalhudas, que defronte da janela cresciam, coavam o sol, e o peitoril a que eu me encostava, e um losango do

soalho eram um sendal fino a negro e ouro. Uma silva macha trepava na parede, trazendo até a vidraça suas contas de coralina; eram elas muitas e, por natureza, de ordenação rítmica e maravilhosa; e, vendo-as, assim singularmente dispostas e brilhantes, minha fantasia concebeu que eram elas, com as amoras e os botões dos cardos, os rosários em que das ruínas se rezava aos céus um infinita e empolgante religiosidade. Nas estantes, os velhos autores, de lombadas graves, guardavam o ar solene de juízes num pretório.

Quando se sentiram no quintal os sapatos de Rolim, a mãe Violas pôs-se a chorar mansinho. Véstia pelos ombros, lenço de merino em gargalheira, boina à farçola, barbela de prata com um *centenário* ao pendurão, sólido, mal assombrado, assim o vi entrar. Meu mestre tornou-lhe a salvação sem erguer os olhos das *Horas*. E êle ali ficou de pé, a cara lavrada de receio do que via, os olhos claros e bogalhudos, de animal sadio, muito móveis de desconfiança.

— João Rolim — disse meu mestre, depois de se benzer e fechar o ripanso — tenha uma ruim nova a dar-lhe! — E, deixando-lhe tempo a fortalecer-se contra a surpresa, declarou: — O homem que está preso no Castelo, por ter assassinado o empreiteiro de Folgosa, confessou tudo.

— Valha-me Nossa Senhora! — murmurou êle, batendo com a mão na testa; e a arquejar, despediu em volta um olhar alucinado. E foi tão cheio de angústia que se me figurou a salinha arejada entenebrececer no momento. Só por êle o miserável se remia, em meu fôro, da nefanda acção que cometera. Nele não implorava graça, mas exprimia um amor à vida tão afincado que havia de suplantar em seu transe a agonia do empreiteiro. E ao mesmo tempo que os olhos do pobre lobo traduziam: por onde vou eu saltar? — confessavam: sim, matei! Ao preso do Castelo ouvira eu afirmar que Rolim era um alma danada, bem falante, seguro, *capaz de negar a mãe que o pariu*. E porque isso esperava, causou-me grande dó vê-lo entregar-se, como um borrego, naquele soluçar em que palpitava toda a sua torpeza de homem.

Meu mestre ficara imóvel e, depois dum momento muito doloroso, o Rolim lançou-se-lhe aos joelhos a chorar alto:

— O sr. reitor perdoe-me! perdoe-me por alma de quem lá tem! Não me prenda.

— Deus perdoa aos que se arrependem — proferiu meu mestre, a voz embargada de pena e a tremer, levantando-o — os homens raramente. Por mim lhe perdão.

O Rolim chorava em fonte e meu mestre, muito comovido também, depois de algumas cristãs lembranças, repetiu:

— A justiça pode não tardar; ganhe ânimo e fuja!

— Para onde hei-de eu fugir? se me andam no rasto...

— Fuja, fuja, enquanto é tempo! Passe-se para o Brasil e refaça lá a vida honradamente.

O Rolim correu para a saída, desatinado; reparando, porém, na mãe Violas, esbagoada em pranto, e no velho de ar carrancudo, disse-lhes:

— Tios Violas, perdõem!... Vomecês foram muito bons para um malvado... perdõem...

— Desapareça e que Nossa Senhora da Guia o leve em boa hora.

— Tinha as mãos rôtas... — murmurou o Manuel Violas naquela scisma que o trabalhava... — Não lhe custou a ganhar!

Depois que êles abalaram, meu mestre ficou triste e meditabundo. E, repentinamente, naquele tom, que ao dar-se na missa a transição solene das Orações Secretas para o Prefácio enche o templo amodorrado de sublimidade sacerdotal, pronunciou:

— É maior impossível seguir a marcha aos desígnios de Deus, do que buscar no ar a linha que vai riscando o vôo duma andorinha. Deus levou-te ao cativeiro, Libório, a fim de exercer, estou certo, um acto da sua infinita misericórdia. Tu foste o anjo Gabriel que êle expediu ao Rolim, a anunciar que a justiça humana lhe vai dar batida como à rês dos montados. Ninguém me fará crer que o Senhor apoie êste braço que fere sem corrigir. Ao mesmo tempo, por via tua, afastou dos lábios dos Violas o cálice de triaga. Talvez Celidónia venha a encontrar varão limpo e honrado. E êste Rolim, que aqui viste em sua compleição simples de bruto, pode muito bem regenerar-se. Já não há santos, que se houvesse, podia mesmo ser um luminar da cristandade. Santiago eremitão, Santo Ladrão, S. Guilherme, duque de Aquitania mataram, roubaram e a Igreja beatificou-os...

E, após um grande silêncio, em que cheguei a ouvir a fonte que calinou a sede a S. Francisco, disse:

— Se te não pesa, vem jantar comigo. Não teremos lá pescado de água doce, mas certamente Gertrudes saberá regalar-nos

com uns piteuzinhos que nos façam esquecer das misérias humanas. Ela, quando quere, tem dedo inspirado.

E, cobrindo o chapelinho, russo de tantos sóis ver, e sobraçando o ripanso, tocou-me brandamente.

— E vamos emquanto dura o frescor da manhã e há uma fita de sombra à beira das paredes. Logo, vem uma récega que dá aos grilos asas com que chamar suas fêmeas de charneca para charneca.

Fomos trilhando a sombra da cêrca, que vedava aos olhos dos monges as gargantas frescas das ceifeiras que iam pelo caminho velho, cantando. E, a alturas da morada do Violas, ouvimos grande altercação de vozes. Meu mestre deteve-se, não porque a curiosidade da vida alheia o fizesse, alguma vez, arripiar caminho, mas porque era do seu espírito caritativo aparelhar-se para o acaso de medianeiro.

Como a parede fôsse singela, as vozes soavam como sôltas diante de nós.

— Restitua-me a bôlsa que lhe dei a guardar — suplicava Rolim em voz dolente. — Eu não posso ir por êsses mundos além sem dinheiro, como cão vadio.

— Já disse, não tenho cá nada seu! — replicou a mãe Violas em tom enfadado.

— Oh! raios do céu partissem, vomecê será capaz de jurar aos Santos Evangelhos que não tem lá a bôlsa? Lembre-se bem, olhe que lha dei no dia de S. Torcato, à noite, quando voltámos da romage.

— Andava você bêbedo como uma cabra, seu diabo. Se não somos nós, os do Granjal, não lhe deixavam osso direito. Dá o pago a quem o serve!

— E vomecê não me pegou no dinheiro?

Peguei, mas pediu-mo e tornei-lho a entregar.

— O que lhe pedi, tia Rita, foi cinco mil réis. Fora daí nem um puto rial. Os cinco mil réis, veja se se lembra, até foram para comprar, para sua filha, a saia de castorinha aos contrabandistas.

— Tem-na ali, limpe o rabo a ela. A Celidônia tam bem lhe quere que aldemenos a estreou.

.....
Plangentemente, após um momento de silêncio, tornou a voz de Rolim:

— Dê-me a minha bolsa; vomecê não é má mulher para querer a minha perdição. Bem vê que sem dinheiro estou na boca do lobo.

— Muitos sobejos êles andem.

— Mas o que vomecê me quiere fazer é um roubo, tam grande que nem cabe na terra...

— Não tenho as suas manhas, seu safado! Você é que foi ladrão, mas tão grande ladrão que nem Deus o quer no céu nem o diabo no inferno.

.....

Chorava a voz, decorrido novo silêncio:

— Por alma de seus pais, dê-me aldemenos metade do dinheiro. Eram trinta e cinco mil réis, volte-me...

— Homem, vá com Deus, não me consuma, senão grito aqui del-rei contra um assassino.

— Então hei-de morrer a monte?

.....

Sucedeu-se outra pausa e a voz era tão submissa que, dir-se-ia, rastejava.

— Dez mil réis que seja, por alma das suas obrigações...

—!

— Para acabar, dê-me cinco... dê-me cinco, de joelhos lhe peço... é só para não morrer num cabeça... para comprar numa taverna uma côdea de pão... Ande lá, que Deus há-de ajudá-la!

.....

Mais alta a voz, afoitou-se:

Zé, tu que foste tão meu amigo, diz a tua mãe que me dê cinco, só cinco mil réis de tanto dinheiro que lá me tem. O resto dou-lho, que se governe. Mas aldemenos cinco. Pois que há-de ser de mim por essas terras fora?! Ninguêem me dá a esmola, porque tenho bom corpo para o trabalho, e parar não posso que me prendem. Por quem és, Zé, diz-lhe tu que me dê cinco mil réisinhos. Eu também te fiz quanto pude... Não tenho comigo um vintêm para cigarros... quanto ganhei nesta terra tudo deitei no regaço de tua mãe para gastos de casa...

— Senhora mãe — exclamou a garganta chôca de Zé Violas — sabe que mais, dê-lhe lá os cinco mil réis e que vá para o inferno.

— Cinco vintêns houvesse êle em casa, que não eras tu que

descansavas enquanto os não roubasses. Olha com que menino, que é olho vê, pé vai e mão pilha. Se sabes onde estão, vai buscá-los e dá-lhos! Mas sempre te digo, se quisesse comprar dez réis de *sénica* para me matar, tinha que pedi-los emprestados.

— Traste assim mais refalsado nunca deitaram ao mundo entranhas de mulher — gritou Rolim num arranco desesperado.

— Eu sei lá quem mente, s'és tu s'é ela.

— Tu és da mesma laia, tem-lo de raça. Bem sabes que mente, que eu contei-te a minha vida toda. Mas o que tu queres é palmar-lhe o dinheiro. Tu inda és mais ladrão que eu. Mas já que assim é, perdido por dez perdido por cem. Ou escarram pr'aí o dinheiro, ou vai ser uma açougada!...

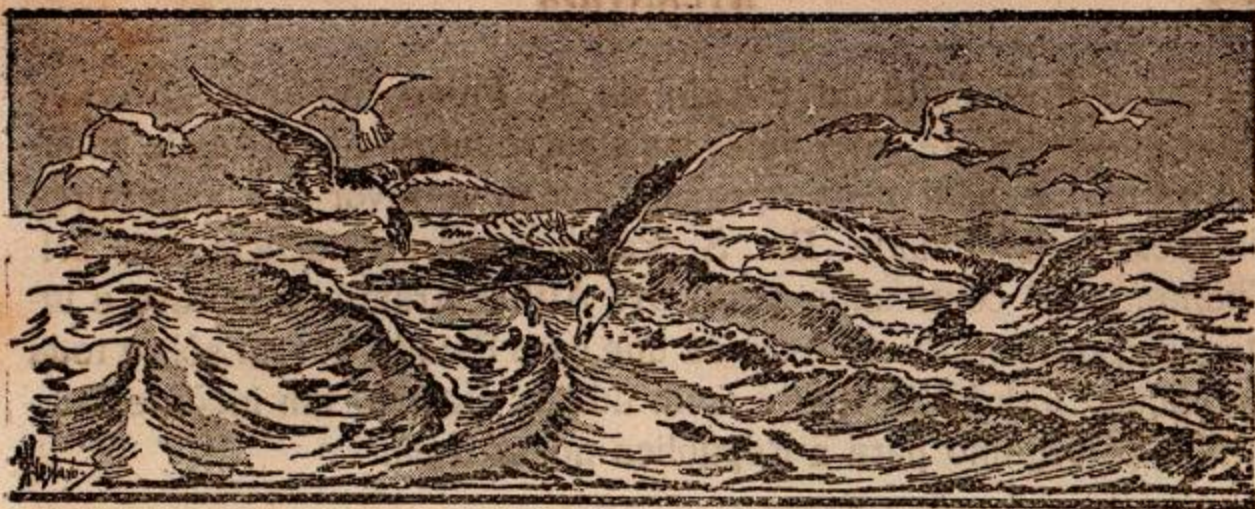
Palavras ditas, ouvia-se uma grande bulha de peleja; corre-mos; ao acabar de passar o portão velho da cêrca, já o Rolim rebolava no terrado, com a camisa em frangalhos, as ventas a escorrer sangue. Do humbral, o Zé bramiu, jogando-lhe a trouxa feita dum lenço:

— Larga, malandro!

O Rolim ergueu-se com presteza, apanhou a mochila e espiando à direita e à esquerda, meteu para o teso do monte, através do campo de relvão. Quási no seu caminho estava o Manuel Violas, as mãos sôbre o cabo do sacho a amparar o queixo, de olhos lentos a ver o larápio que se ia; mais longe, a Celidónia mondava no batatal. O Rolim passou, sem fazer reparo, dobrado, a grandes pernadas. E, arrancando uma estaca de feijoeiro, enfiou o bernal, pô-lo às costas e subiu o cerro. Nós vimo-lo marchar, marchar cada vez mais curvo e rápido.

— Lá vai trepando o calvário, o miserável! — proferiu meu mestre em voz muito triste. — Águia que passa veloz, chamou Job à vida; a do criminoso deve ser mais que milenária e danada como água sem corrente. Vê-lo no meio daquela encosta? Mais de um século terá passado sôbre êle! Que Deus o leve, que Deus o leve depressa a pôrto de salvamento!

AQUILINO RIBEIRO.



O programa de govêrno do Dr. Rodrigues Alves

FUTURO PRESIDENTE DA REPÚBLICA BRASILEIRA

A «*Atlântida*» publica hoje o notabilíssimo discurso do Dr. Rodrigues Alves, realizado num banquete que, no Rio de Janeiro, ofereceram os seus amigos políticos logo depois da escolha do seu nome para futuro Presidente da República Brasileira. Esse documento admirável tinha de ficar arquivado nas páginas duma revista, que acima de tudo pretende estreitar e tornar mais conscientes os tradicionais laços que prendem o Brasil a Portugal. As afirmações nele contidas constituem uma eloquente demonstração, não só do talento, da probidade, do supremo tacto governativo do Dr. Rodrigues Alves, mas também da vitalidade progressiva e da força civilizadora da sociedade brasileira. Quem teve o prazer de alguma vez falar com o Dr. Rodrigues Alves, e de poder ouvir da sua bôca veneranda as nobres palavras, de amor ao seu país e da compreensão exacta dos grandes destinos que o esperam, que êle sabe sempre dizer, — não pode admirar-se do alto valor dêste discurso.

Para muita gente, em Portugal, êle deve ser uma verdadeira revelação da alma e da intelligência que orientam e guiam a vida do Brasil, que no Dr. Rodrigues Alves tem tido, há algumas dezenas de anos, um dos seus mais respeitados mentores. Personalidade de excepcional destaque, já como Presidente da República,

já como Presidente do Estado de S. Paulo, os seus governos fizeram-se sempre valer pelas mais escrupulosa honestidade administrativa, e pela mais arrojada acção a favor dos superiores interesses do Estado. Em S. Paulo a sua presidência, tão brilhantemente continuada pelo Dr. Altino Arantes, manteve e intensificou a influência fecunda que êsse Estado possui sobre toda a nação, influência que é, sem dúvida alguma, um incontestado título de orgulho para a República nossa irmã.

MEUS SENHORES :

Há 16 anos, em uma assemblea como esta, respeitável e conspícua, eu tive a honra de afirmar aos directores da política nacional qual teria de ser a norma da minha conduta no govêrno, se fôsse chamado a exercer a magistratura suprema da Republica.

Era um período de esperanças. Havíamos atravessado o círculo opressivo do 'primeiro *funding* sob a administração honesta dum govêrno reflectido e prudente. Renascia a confiança, [dominando os espíritos uma certa ânsia de caminhar, e pudemos entrar desassombrados naquela fase de actividade intensa e progresso real, denominada de renascimento ou renovação.

Na vida das nações novas e de finanças fracas não se repetem, com facilidade, êsses períodos fortes de expansão ou de construções económicas radicais.

Naquela época, a fortuna nos foi propícia e progredimos, vencendo resistências que pareciam insuperáveis.

Hoje, a situação é mais delicada e impressiona vivamente o espírito público, reclamando dos que forem chamados a assumir as funções de govêrno o conhecimento real das responsabilidades que o momento impõe, e segura confiança nos processos de bem desempenhá-las.

Chegámos, felizmente, ao termo dum segundo *funding*, ouvindo 'o rumor saúdavel de que estão melhorando as condições do país ; mas, no longo espaço de tempo percorrido, os encargos cresceram irregularmente, e as exigências de ordem financeira, apesar dos recursos que possuímos, podem agravar-se em consequência do estado de guerra que conflagra o mundo, aumentando as dificuldades da vida, tornando mais rude o trabalho e penosa a missão do govêrno.

Honra, sem dúvida, Senhores, e dignifica o homem público tão grande manifestação de confiança dos directores da política republicana, e nós vo-la agradecemos de alma aberta. De minha parte, confesso que hesitei longamente se não deveria afastar de mim o pesado encargo, coberto embora por vossa generosidade.

Desculpai-me se, ouvindo os ditames da minha consciência de brasileiro, eu ousou acudir ao vosso apêlo em grave momento da vida de nossa Pátria. Deus nos há-de ajudar, abençoando os nossos esforços. É a fôrça omnipotente que impulsiona o progresso das nações e acende em nossas almas a coragem para o cumprimento do dever.

Se eu tivesse de formular, de modo preciso, de acôrdo com as práticas adoptadas nas grandes assembleas políticas, um programa de govêrno, ficaria, nesta hora, extremamente embaraçado. A confusão criada pela guerra tem turvado de tal modo os horizontes que os homens públicos mais cautelosos são dominados pelo receio de não poderem aconselhar seguras indicações. Longe está o dia designado pela Constituição da República para a eleição dos seus altos governantes. Mais distanciado ainda aquele em que deverão os cidadãos eleitos assumir a investidura suprema. Ninguém pode prever os factos que hão-de ocorrer nessa fase prolongada de expectativa emocionante. Não me aflige a situação porque, nos anaes da República, encontrareis elementos para ajuizar de minhas opiniões sôbre os mais importantes problemas da administração pública. Não devendo vos entreter com a exposição clara dum programa, que seria talvez inoportuno ou insufficiente, poderemos confabular, com a maior cordialidade, sôbre as cousas públicas de nossa pátria.

Não faz ainda 30 anos que foi instituído no Brasil o regime republicano. Nesse período têm-se expandido as fôrças produtoras do país, crescendo a nossa riqueza. Problemas importantes, sociais e administrativos, tiveram solução.

A vida industrial concentrava-se na extensa faixa do litoral, servida por fracos escoadouros, e iniciámos, com bravura e êxito, a penetração por via férrea na vasta zona do interior, procurando as longínquas capitais de Mato-Grosso e Goyaz, levando a Madeira-Mamoré ao centro dos territórios do Acre, ou procurando, em outros Estados, as estâncias freqüentemente assoladas pelas secas. Os portos da República vão-se convertendo, com os processos modernos da engenharia, em núcleos poderosos de actividade comercial e fiscal.

Eliminámos desta capital e do país a febre amarela, libertando-nos dum flagelo que parecia sem remédio. Liquidámos velhas e complicadas questões de limites pelos processos salutaes do acôrdo e do arbitramento. Promulgámos o Código Civil da República.

Não será muito para os impacientes. É pouco, seguramente, para os que



tudo encaram com indiferença ou excessivo rigor e não compreendem quanto é difícil implantar em uma nação trabalhada por antiquados processos de governo instituições novas e radicalmente diferentes.

É bastante para nós. O que temos feito consagra e exalta a energia de uma raça que sabe trabalhar e tem homens competentes para dirigi-la, mas... o que há a fazer, a construir ou remodelar, na esfera política ou administrativa, é considerável.

Para fortalecer o regime republicano deve o governo assegurar e respeitar a autonomia dos Estados; ao cidadão cumpre o dever de concorrer às urnas para exercer, com verdade, o direito de voto. A eficácia deste direito como a segurança do seu exercício, dependerá na honestidade do governo, não lhe negando garantias, e da dignidade e justiça do poder verificador, não o sacrificando.

Minha afirmação é verdadeira. A indiferença pelo exercício do direito de voto desagrega o indivíduo da comunhão social, isola-o dos interesses da colectividade e, pior do que isso, faz nascer a crença de que é inútil pleitear eleições, porque são os governos que as fazem e os centros políticos, ou para me servir duma expressão favorita, as oligarquias, que as resolvem. Vem daí o afastamento do candidato dos centros de vida eleitoral, a paralização da vida política, a deturpação do regime, e, não nos iludamos, o encaminhamento para o despotismo ou a ditadura.

É preciso que o cidadão se aliste para exercer o direito de voto: que os candidatos se aproximem do eleitor: que os dirigentes da vida política, regional ou local, não abandonem a actividade na direcção, honesta e digna, dos pleitos que se sucedem.

Convem, é claro, aos interesses do país que todos os elementos políticos se congreguem em torno do poder central para fortalecerem, com o seu apoio, a acção do governo. Dessa harmonia de vistas provirá uma grande soma de benefícios. E se surgirem divergências ou oposições? Que importa, Senhores, para os governos ou para o regime, a quebra de unanimidade do voto em uma grande Federação, onde os interesses se chocam e se movem diferentemente!

Eu disse ao partido republicano do Estado de S. Paulo por ocasião de deixar o seu governo, e é oportuno repetir:

«Não ofende o regime democrático a situação dum Estado da República, que se declara em divergência com acção política ou administrativa do poder central. As oposições dão força aos governos, quando se mantêm nos limites das normas legais e não visam perturbar a ordem constitucional.

Aos Estados cumpre acatar os princípios da Federação, respeitando as leis da República, escolhendo governos dignos e dando garantias completas para o exercício de todos os direitos no território da sua jurisdição. Se algum deles eleger mal o seu governo, os que divergirem dessa atitude, que se congreguem para combatê-la perante os poderes constitucionais, na imprensa e nas urnas... recursos eficazes quando aproveitados por homens sinceros e capazes. Por se afastarem dessas normas alguns Estados, e por não terem os governos centrais compreendido sempre o seu dever, golpes deploráveis tem sofrido o regime republicano.

Enganam-se os que pensam que não há para combater, nos Estados, os maus governos, senão os processos violentos. Há, sim, as fórmulas legais, sempre salutares e úteis se agirmos, dentro delas, com resolução e ânimo forte. O trabalho poderá ser penoso e prolongado, mas triunfará. Orientada a educação republicana nestas ideas, hão-de diminuir ou desaparecer os casos complicados.

A vida política anula-se ou amesquinha-se com a inercia dos homens e o repouso exclusivo na confiança e amparo de influências oficiais. É nas urnas, em pleitos regulares, que as posições elctivas devem ser disputadas».

Fiéis a estes princípios, a vida política será digna do regime democrático e livre, que adoptámos.

Na ordem administrativa uma multidão de serviços solicita, ininterruptamente, a atenção dos que governam. São felizes os que podem preparar, com ordem e perseverança, elementos úteis de progresso, organizando e disciplinando qualquer dêles. Observemos rápidamentee o quadro, que é vasto.

A instrução primária e profissional. Instruir a mocidade, formar-lhe o carácter, habilitá-la para os trabalhos da vida, que área enorme para a actividade dum administrador! A escola ensina o caminho das urnas e prepara o alicerce das democracias.

São problemas da mais alta relevância, que devem ser examinados com o maior desvêlo por affectarem íntimamente o levantamento moral e intelectual do país, bem como os seus mais vitais interêsses económicos.

A nossa deficiente estatística assinala a exagerada proporção de crianças em idade escolar, que à míngua de elementos, permanecem sem a menor instrução. Em nossos Estados mais adiantados é desoladora a cifra de anal-fabetos: as escolas nos centros populosos são ainda insuficientes, e nas zonas rurais é quasi completa a ausência de meios para criá-las. As circunstâncias especiais do Brasil, a sua enorme extensão territorial, a população esparsa sem comunicações fáceis, podem em parte, explicar o atraso dêste ramo importante do serviço público, que é mester fazer progredir.

Temos de lutar nesse assunto com as maiores dificuldades, mas urge encarar de frente o momentoso problema. Para resolvê-lo, necessário se torna uma acção conjunta entre os poderes estaduais e municipais, amparados firmemente pelo poder central.

As escolas profissionais exercerão na nossa vida económica uma influencia cuja importância é inútil encarecer. Não basta ensinar a criança a ler e escrever: indispensável se torna que se proporcione a cada uma os meios necessários para exercer convenientemente a sua actividade.

Preparar o pessoal competente para toda sorte de mesteres industriais e para a nossa vida agrícola, ainda de processos tão rudimentares, é uma questão que com o maior empenho deve ser encarada pelos poderes públicos, ao lado de outros problemas capitais, como o dos transportes, vias de comunicações e hygiene.

As dificuldades com que lutam os produtores nacionais com a deficiência do crédito agrícola, de braços, de pessoal técnico competente para os mesteres da agricultura, vem juntar-se as tarifas caras dos transportes, cuja

insuficiência tem constituído um dos maiores embaraços ao aumento da produção.

Não raro se vê o lavrador na contingência de perder os seus produtos por não lhe ser possível levá-los aos centros de consumo por preços remuneradores.

A construção das estradas de rodagem contribuirá eficazmente para resolver tão prèmente situação, auxiliando a solução de problema de tão alta magnitude.

Cumpra aos Estados interessar, nesse serviço, os municípios, para que possam facilmente comunicar entre si ou com as estradas de ferro e regiões novas que se forem desenvolvendo.

Ao lado da instrução e dos transportes está a hygiene com os seus processos scientificos para sanear territórios e conservar a saúde das populações. Muito temos feito nesse ramo de administração, combatendo males inveterados e restabelecendo e assegurando as condições de vida e de trabalho em uma grande extensão do país.

Em uma época de reconstituição económica, é preciso ampliar o esforço, levando-o às cidades e às terras mais afastadas do litoral, onde o trabalhador rural e o operário reclamarem a protecção das autoridades sanitárias e providências higiénicas.

Conjuntamente com estes serviços, devemos considerar os interêsses da justiça, do ensino médio e superior, os ques e relacionam com a grande e pequena navegação, com o operariado e a subsistência das populações e, primando sôbre todos, os interêsses orçamentários e financeiros da República.

Deprimidas por causas conhecidas, as nossas finanças não poderão ser reconstituídas e normalizadas em um quadriênio de govêrno, por melhores que sejam os esforços de seus auxiliares. É preciso um trabalho contínuo e incessante. As circunstâncias do país já nos impuseram a necessidade do recurso às emissões de papel-moeda e a experiência nos tem advertido de que, entrando nesse regime, é prudente não abandonar providências que podem moderar a intensidade dos efeitos do remédio fatal. Quando crescia a nossa dívida fundada e aumentava a circulação fiduciária, criámos os fundos de garantia e resgate, que chegaram a possuir somas avultadas. Desapareceram êsses fundos. Foi um êrro deplorável, porque o mal que se pretendia corrigir não cessava de se agravar. São aparelhos de protecção e defesa do meio circulante que devem subsistir.

O papel-moeda cria a ficção da riqueza e afrouxa o sentimento do dever de bem arrecadar e pouco despender, habituando os poderes da República ao conceito errado de que não há mais que economizar.

Devemos, todos que temos responsabilidades na administração, observar atentamente a marcha dos negócios públicos. Pelo lado económico, vemos que comerciantes e industriais estão lucrando com a elevação do preço de seus produtos, que alguns Estados vêm ampliados os recursos de seus orçamentos, mas, quanto à União, a importação vai decrescendo, a arrecadação em ouro enfraquece e o crédito público sofre as conseqüências do mal que afecta o mundo inteiro.

Se, prosseguindo a guerra, não voltarem a seu nível normal as rendas de importação e as de consumo estacionarem após o grande desenvolvimento que têm tido: se houvermos, em consequência dessa situação, de entrar na zona dos grandes sacrifícios para reconstituir o nosso sistema tributário ou para modificar a nossa organização bancária por exigências do meio circulante, não teremos autoridade moral para iniciar êsse grande trabalho se o contribuinte, ou digamos com mais acêrto, a opinião nacional não estiver convencida de que procurámos arrecadar a receita com exactidão e rigor e a despesa não foi aumentada com a criação de serviços, empregos ou encargos que podiam ser adiados.

Todas estas reflexões, Senhores, se subordinam à influência que virá a exercer na vida nacional a grande crise, que, há três anos, abala o mundo. Elas hão-de mesmo concentrar-se em uma fórmula mais expressiva de trabalho para o administrador, como teremos oportunidade de apreciar.

A nossa vida internacional tem-se inspirado sempre nos ideais de liberdade e justiça, e, nas assembleas em que as nações têm sido chamadas para colaborar na defesa dos direitos dos povos, assentando as bases fundamentais da vida universal, as tradições da diplomacia do Brasil afirmam a nobreza e lialdade de seus intuitos, a dignidade constante da sua atitude e honram a capacidade dos estadistas brasileiros. Não têm variado as normas de sua conduta.

A guerra europeia que perturba a vida da humanidade, sacrificando princípios da justiça, liberdade e civilização, que pareciam conquistas realizadas definitivamente pelos povos, teve a sua repercussão no Brasil.

Às nações aliadas prendiam-nos vínculos estreitos de amizade e uma corrente de simpatia pela sua causa generalizava-se em todo o país. Soubemos, sem hesitação, conduzir-nos na evolução dos acontecimentos, como nação soberana e imparcial, seguindo os impulsos do patriotismo, as prescrições rigorosas do direito das gentes e as lições honestas da nossa diplomacia.

Guardámos uma neutralidade exemplar enquanto foram respeitados os princípios do direito internacional e os nossos próprios interesses. Fomos, dos povos da América do Sul, os primeiros a protestar contra o bloqueio, por submarinos, que restringia a liberdade dos mares e ofendia o direito dos neutros, tornando responsável o govêrno alemão pelas violências que se dessem contra cidadãos, mercadorias e navios brasileiros. Declarámos ao govêrno dêsse país que era essencial, para a conservação de nossas relações de amizade, que nenhum navio brasileiro fôsse atacado, e o primeiro torpedeamento, o do *Paraná* determinou o rompimento dessas relações.

Mais tarde o Congresso, informado de novas violências por uma mensagem do poder executivo, declarou sem efeito a neutralidade do Brasil na guerra entre os Estados Unidos e o império alemão, decretando providências sôbre a utilização dos navios mercantes dêsse país, ancorados nos portos do Brasil, autorizando providências de defesa do comércio e navegação e a revogação dos decretos de neutralidade, quando fôsse conveniente.

Com o grande acontecimento da intervenção dos Estados Unidos na guerra europeia, entrou em nova fase a política das nações, adquirindo a causa da civilização e da humanidade elementos poderosos para a luta. O pre-

sidente Wilson, em uma mensagem memorável, deu conhecimento ao mundo dos fundamentos da resolução assumida pelos Estados Unidos, e o princípio de solidariedade continental, que inspirou sempre a política brasileira, assinalou ao Brasil a orientação que lhe cumpria seguir, abrindo, na esfera legítima do direito das nações, margem para justos entendimentos com a República americana e com os seus aliados.

Não recordo estes factos, que vós todos conheceis, senão para ter ocasião de afirmar a minha solidariedade com os poderes públicos de nossa Pátria, que têm sabido compreender os interesses da política continental e os dos países aliados da Europa, nossos velhos amigos.

As nações, como os indivíduos, não podem viver isoladas. O isolamento esgota as energias dos povos e faz o seu progresso lento ou nulo.

Cultivando e honrando antigas amizades não devemos esquecer-nos que os países novos têm interesses que lhes são peculiares e ideais democráticos mais exigentes. A política continental, visando criar a opinião americana e tornar efectiva e real a maior aproximação entre os povos da América, da qual resultem o seu bem-estar, segurança e largos benefícios para o Continente, há-de sempre interessar ao Brasil.

A guerra, Senhores, provoca, no emtanto, reacções salutaras e suscita aos povos bons ensinamentos para combater os seus excessos. Ninguém pode prever a extensão dos males que ela produz, mas os maus dias hão-de passar, e, quando vier o período ambicionado da paz, que fará a actividade dos povos e dos governos para a reconquista do bem-estar e das riquezas perdidas? Virá com a volta ao trabalho de milhões de homens que pelejam nos campos de batalha, com a liberdade dos mares e a segurança dos transportes, com a restauração dos princípios da justiça internacional, — a grande luta económica para a reconstituição das riquezas estragadas e dos orçamentos comprometidos. É preciso estar vigilante à acção dessa concorrência, que há-de agitar os mercados em torno dos interesses industriais e económicos dos capazes e previdentes.

O país inteiro está encarando, com verdade e coragem, a realidade da situação. Havemos de resistir aos efeitos da guerra ou prevenirmo-nos contra a violência de seus choques, se perseverarmos no esforço para a solução dos dois problemas de grande actualidade — o da defesa nacional e o do fortalecimento económico do país. É em torno destes princípios que devem continuar a girar os esforços, os cuidados, as preocupações dos poderes da República.

Aparelhar, desenvolver, prestigiar as fôrças armadas de mar e terra, é dever que os acontecimentos estão impondo ao estudo e ponderação dos que exercem ou podem vir a exercer funções de govêrno. Fortalecendo, estimulando no espírito dos moços o sentimento de amor à nacionalidade, habilitando-os para a sua defesa, teremos o melhor alicerce para aquele trabalho.

Não mereiro, Senhores, — afastai de mim essa idea —, ao *militarismo*, casta que faz a guerra e aplaude as suas violências, que sonha conquistas ou reivindicações, que agita e perturba a vida interna dos povos. Todas as tendências do meu espírito são em favor da ordem e da paz, e é para o fim de assegurar a paz e a ordem que é preciso educar militarmente o cidadão, criando e

avigorando em sua alma essa «virtude política» que um grande filósofo definiu belamente — «o amor das leis e da pátria».

Por fortuna, identificados com o pensamento e acção governamentais, um grupo de homens eminentes e de respeitáveis associações, no intuito patriótico de promoverem os interesses da defesa nacional, têm conseguido despertar o espírito da mocidade, prégando e ensinando as grandes virtudes que hão-de elevar o nível moral da República. Conhecida a rota, sigamos por ela sem desanimar: o cidadão forte fará grande a nossa pátria.

Ao lado da educação militar e cívica há o problema económico, que absorve, neste instante, a atenção do mundo, afectando as condições de existência de todos os povos.

Aproveitemos as lições da guerra. Somos um grande mercado: podemos e devemos ser um elemento de força no decorrer da fase económica que vai surgir. É preciso trabalhar e produzir para assegurar a subsistência da população e atenuar os seus sofrimentos, para nos libertarmos da importação onerosa de géneros que podem ser obtidos no país, em condições mais vantajosas, produzir para exportar, aumentando os valores de nossa balança comercial.

É o problema da força pelo trabalho e pela riqueza e a sua solução dependerá da diligência que empregarmos para desenvolver e ampliar a nossa capacidade produtora.

Todas as correntes de opinião se têm manifestado neste sentido. Os congressos e as conferências repetem-se: renovam-se, com êxito, às exposições de produtos nacionais: as mensagens dos presidentes e governadores dos Estados da República anunciam, contentes, os resultados de suas colheitas e as esperanças de melhores vantagens nos domínios da produção.

É este o outro caminho que temos de percorrer: em sua área imensa há serviços de importância relevante. Na 1.^a conferência nacional de pecuária, realizada nesta capital, foram proficientemente estudadas as questões que se referem à indústria pastoril e oferecidas conclusões que affectam o seu desenvolvimento e são dignas da maior reflexão. Na conferência dos cereais, celebrada em Curitiba, foram proferidos conceitos da mais alta ponderação sobre a conveniência de serem ampliadas as culturas actuais e de nos constituirmos grandes produtores de outras, notadamente do trigo. A exploração das jazidas carboníferas, ainda lenta por causas conhecidas, tem feito meditar na reconstituição das florestas, ou na replantação das árvores, — a «hulha verde» — como lhe chamou um ilustre profissional do meu Estado. Em suma, Senhores, o congresso algodoeiro, o das estradas de rodagem, as exposições industriais que se iniciam, estão-nos avisando que é o trabalho que faz a riqueza, e, com ela, a independência económica das nações.

É lícito confiar na acção individual para resolver problemas desta ordem. Não será atingido, no entanto, o êxito desejado, se a União, os Estados e os municípios não trouxerem, para auxiliar aquela iniciativa, o concurso eficaz de sua acção directora, impulsora e protectora.

De que vale produzir se não houver mercados para a colocação e venda dos produtos, se não houver estradas e navios para o transporte e segurança para o tráfego? E, como produzir, se faltarem braços para o serviço das fábricas e crédito para movimentar o trabalho?

O problema económico, além da dependência em que está dos poderes públicos para a facilidade de sua solução, apresenta faces delicadas, que devem ser observadas pelo administrador para que não surjam complicações no futuro. O produtor ou o industrial não deve, na ânsia do lucro de momento, aventurar-se em culturas ou indústrias que possam ficar sem valor ou o tenham insuficiente para autorizar a luta com a concorrência de produtores mais bem colocados, quando se restabelecer a normalidade dos negócios.

E quanto às culturas actuais, as que constituem o nosso património, como, entre outras, o café e a borracha, é bastante considerar a influência que exercem em nosso crédito e nas finanças públicas para que continuem a ser devidamente amparadas.

Confiemos na resolução destes dois problemas, que nos hão-de dar força e riqueza.

Em poucos anos o Brasil terá de celebrar o centenário de sua independência e a maior homenagem que poderemos prestar à comemoração da grande data nacional há-de consistir no inventário rial dos elementos acumulados pelo nosso esforço para realizar a prosperidade e grandeza da República.

Anunciando o voto da Convenção de 7 de Junho, dissestes que a escolha dos candidatos à presidência e vice-presidência da República no próximo quadriénio — «devia exprimir a união de todos os espíritos, a convergência de todas as vontades para a defesa dos interesses mais sagrados da pátria» — e, acentuando mais o vosso elevado pensamento, acrescentastes — «que essa escolha devia significar a renúncia aos pontos de vista pessoais; a tré-gua às divergências de escolas ou de partidos; o esquecimento das tendências particulares e exclusivismos regionais; a preocupação unicamente de investir na magistratura mais elevada e na mais eminente representação do país homens capazes de se conciliarem o apoio das correntes poderosas da opinião, de se imporem ao respeito e à estima de todos os seus concidadãos, de assegurarem o prestígio do Brasil no exterior».

Estou convencido de que acertastes com relação à escolha do meu preclaro companheiro, o ilustre presidente do Estado de Minas Gerais. Quanto a mim, dou a esta respeitável assemblea o testemunho de que foi definida com sabedoria a acção política que deverá caber ao futuro chefe da nação, afastadas as teses políticas do programa das candidaturas para que se possa criar uma atmosfera de tranqüilidade e tolerância, em que todos colaborem, activa e proficuamente, na defesa dos interesses nacionais.

Quando instituímos o actual regime, soubemos ampará-lo com um aparelho constitucional, onde predominam os mais adiantados princípios democráticos e as melhores noções de govêrno para um povo livre. Ajudêmo-lo a funcionar com acêrto.

Os sistemas políticos consolidam-se pela acção contínua, eficaz, justa e patriótica de todas as fôrças dirigentes da nação, poderes públicos ou cidadãos, elementos civis ou militares, a escola, a imprensa e a tribuna — e só de sua colaboração tenaz e harmónica se pode esperar o máximo de resultados para a firmeza das instituições.

Se falhas têm havido nesse funcionamento, não procuremos responsáveis porque elas devem ser imputadas à insuficiência dos esforços de cada um de

nós. — «Nem sempre, disse com verdade um grande estadista americano, que nos honrou com sua visita, nem sempre os primeiros frutos da democracia se colhem sazonados e agradáveis: muitas vezes ela se engana: muitas vezes tem insucessos parciais: os seus erros não são raros. A capacidade para o govêrno próprio não vem naturalmente aos homens. É uma arte que tem de ser aprendida».

Poderíamos ter caminhado mais no terreno político se os presidentes tivessem uma compreensão igual das normas fundamentais do regime e houvesse um seguimento uniforme na marcha da administração. Obedecendo os chefes de Estado ao seu temperamento pessoal e inspirando-se nos impulsos de sua educação política, não é de estranhar que, em certos períodos da nossa história, algum de nós se tenha transviado abandonando as grandes rotas abertas à sua actividade.

Ajude-mos a funcionar o regime, prestigiando e fazendo respeitar a autoridade dos poderes da República, para que, fortes dentro da lei, possam cumprir os seus deveres constitucionais.

Senhores:

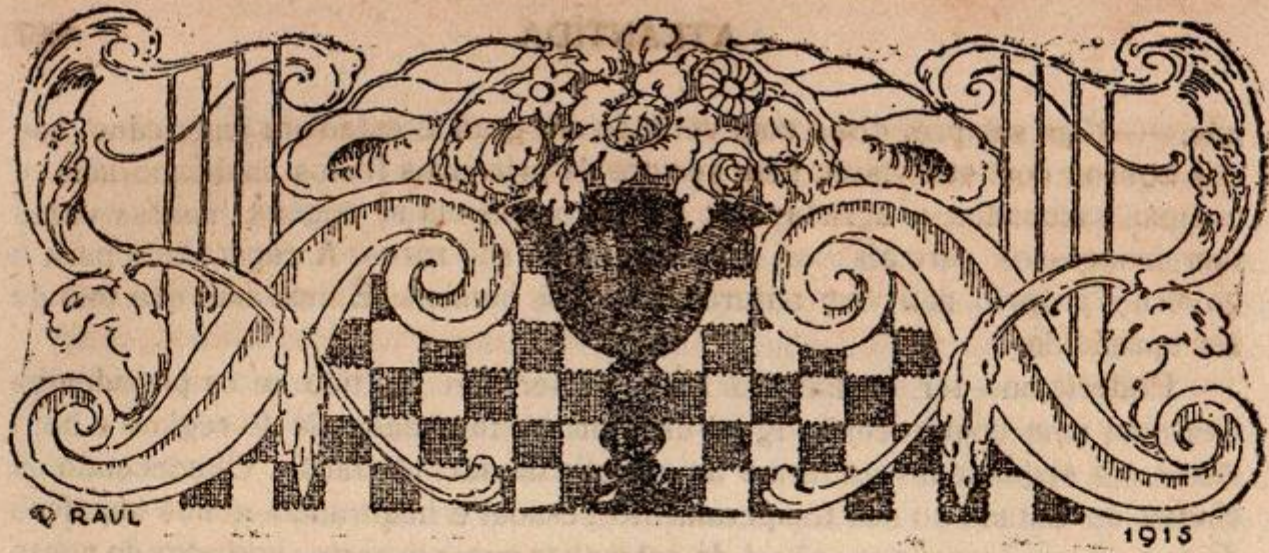
As palavras eloquentes do orador que, com tanto brilho, acaba de falar em nome desta assemblea, produziram em minha alma uma gratíssima emoção. São como eflúvios consoladores que trazem alento a servidores da República que podem definhar. Hei-de me recordar de tão ponderados conceitos para, neles me inspirando, honrar sempre a vossa confiança; mas permiti que não nos separemos sem me referir a um dos belos trechos dessa brilhante oração.

A vasta zona do norte tem nos riquíssimos produtos da sua cultura elementos duma prosperidade irresistível. A do sul se avantajou no desenvolvimento de sua riqueza. Com estradas imperfeitas, sem imigração, privadas de escolas para o ensino, castigadas frequentemente pelo mal das secas, as populações do norte olham, às vezes, para as do sul, parecendo suspeitar que os poderes da República não estão igualmente atentos aos interesses de toda a Federação.

Respeitemos os zelos fraternais da grande família brasileira e façamos o grande pacto de os transformar em sentimentos duma amizade pura, igual e inalterável. Que não haja Estados do Norte ou Estados do Sul, mas o Brasil, fortalecido sempre pela confiança geral de nossos concidadãos.

São estes os meus votos ardentes.

No velho regime, Senhores, militei nas fileiras do partido conservador. Sou conservador na República. Confio nas instituições republicanas e no trabalho e civismo dos brasileiros. Educado na escola da ordem, da disciplina e da justiça, rogo a Deus que jamais abandonemos os seus preceitos. Quero a Pátria grande e unida, unida para sempre, sejam quais forem as evoluções do destino.



Impressões dos Bailados Russos

I

SÍLFIDES

Recortado na folhagem de um bosque nocturno, onde um tempozito lembra a nota clássica, um grande bando de alvas dançarinas: slava grinalda de flores nevadas, a que duas pueris azícolas de prata acentuam o carácter de voantes seres, dêsses seres imaginários que a noite sugere às fantasias como emanações misteriosas do desejo.

Fita-as a meia-noite com multiplicados olhos. Esverdeado, o luar baba-se de enlêvo à graça leve daqueles corpos votados ao culto rítmico da atitude, e em tórno aos quais a música sonhadora de Chopin flutua e se enrola como um nevoeiro harmonioso, em que a razão adormece, mas a sensibilidade se requinta.

As ideas, inúteis, cedem lugar às formas, dominantes, e estas românticamente despertam sentimentalismos pretéritos, emoções abolidas, que levavam à morte por um simples olhar, um platónico sorriso, um beijo a furto por cima da luva.

Reina despótica, ali, e fascinadora, a sedução mulheril, grata ao arquipoder da dança para a revelar: todas as damas da companhia, vestidas irmãmente, de branco vaporoso até abaixo do joelho, com os cabelos, em bandós mussetianos, cercados de rosas de tocar e não-te-esqueças-de-mim.

Lembrada da escola, a imaginação de Fokine cingiu-se nas *Silfides* à corografia tradicional da França e da Itália. É dan-

çando que as suas bailarinas nos deleitam, apenas dançando, dançando numa seqüência feliz de movimentos e combinações que contornam como um festão, como uma renda, como uma moldura, os passos difíceis das solistas, a que, única figura masculina, Gavriloff, de preto e branco, dá, por vezes, a mão de pagem namorado.

II

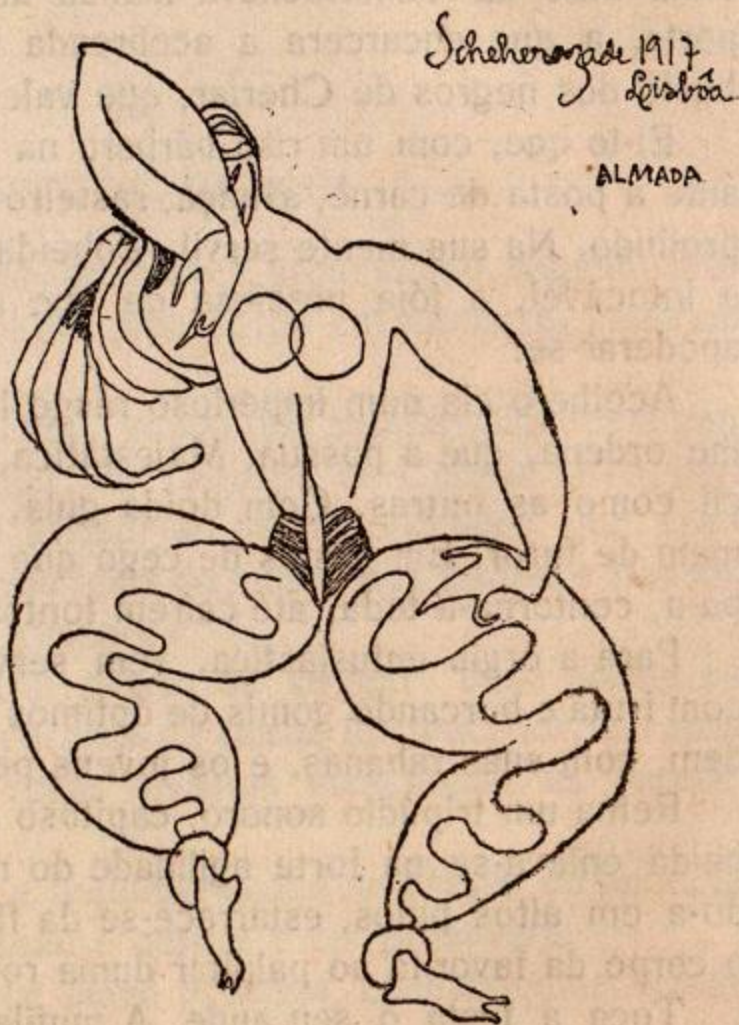
CHÉRAZADE

É na atmosfera lasciva dum harém das *Mil e uma noites*. Vai ausentar-se, para a caça, o sultão Cheriar — um rei de baralho de cartas, barbaramente ideado por Bakst à semelhança dum pavão faustoso — que repousa os últimos instantes ao lado de Zobeida, a favorita, enquanto, para lhe guardar nos olhos a retornadora saúde das carícias que o ficam esperando, três das suas bailadeiras vibram, provocadoras, numa ardente dança de despedida, finda a qual, todas o afagam e cuidam de compor e armar.

Parte o sultão, grotesco e temido.

Abandonadas, as escravas lastimam, não a falta do rei, mas a impresença do homem, que, pançudo e vermelho, o gran-eunuco agrava, com três chaves douradas pendentes do cinturão.

Ao fundo, três portas azuis, mosqueadas de prata, imitam retalhos de céu. Para lá, é o *salemlik*, onde vivem os escravos vigorosos. A malícia das enviuvadas torna-se em galanteio à roda.



do velho claviculário. Faz-se súplica melada, irresistível, até se apoderar do ferro que in viola a entrada.

Manhoso, o figurão só vê o interesse. Quantas jóias êle quiser, com a condição de lhes satisfazer o capricho!

O castrado, acedendo, recolhe os prémios e abre duas das portas.

Como leões irrompendo da cávea, precipitam-se, semi-nus, negros alentados, em cujos cubiçosos olhos arde uma sensual fogueira a que correm, pronto, a aquecer-se mais os doces braços das odaliscas cobiçantes. Sôbre as alcatifas enleiam-se, aos pares, num frémito de voluptuosa emancipação.

Todas estão servidas, contentes todos, quando, fuzilante, o olhar duro da Tchernicheva manda ao servo descerrar terceira porta, a que encarcera a acobreada masculinidade do mais robusto dos negros de Cheriár, que vale ao eunuco um colar rico.

Ei-lo que, com um riso bárbaro na bôca polpuda, riso de fera ante a posta de carne, avança, rasteiro e incrédulo, para o prazer proibido. Na sua mente servil, Zobeida é a preferida do senhor, a intocável, a jóia preciosa de que as suas mãos hesitam em apoderar-se.

Acolhe-o ela num imperioso rasgo lúbrico. Permite-lhe, quasi lhe ordena, que a possua. Majestática, torna-se para êle tão fácil como as outras. Com doida gula, os dentes do negro espumam de furor. Em gestos de cego que quiere sentir a forma, palpa-a, contorna-a toda, até caírem tontos de volúpia.

Para a orgia entusiástica, vem serviçais equilibrando pratos com fruta e borcando gomis de óptimos líquidos. Tangedoras aco-dem, com suas rabanas, e os jovens persas hábeis na dança.

Reina um tripúdio sonoro, capitoso de côres e de ritmos. Zobeida enleva-se na forte agilidade do negro. O negro, celebrando-a em altos pulos, estarrece-se da fléxil ondulação que iguala o corpo da favorita ao palpar duma rosa sob a abelha.

Toca a festa o seu auge. A mutilada *suite* de Rimsky-Korsakoff chega ao tema da tempestade de Sindbad, o marinheiro.

Odaliscas, servas, bailarinos, negros, tocadeiras formam um enorme novêlo movediço e regozijado. Ébria, uma das bailadeiras jaz no proscénio, quando o rei, inesperado e desmancha-prazeres, se lembra de voltar com os soldados.

À luxúria sucede a matança. Há negros degolados, escravas trucidadas, mocinhos assustados. O próprio eunuco — o velho

Cechetti, mestre do rancho — não escapa, de pança para o ar. Tombando de cabeça, o negro que gozou a favorita tem um ar-ranço final de gladiador.

Encolhida a um canto, cheia de pérolas, Zobeida está lívida, de remorso e esgotamento, como o seu araxim emplumado. Quando a avista, o sultão desembriaga-se de sangue, quere perdoar, abre-lhe os braços, mas o fraterno seguidor, indicando-lhe o negro morto, faz-lhe passar pela lembrança a visão ciumenta do amor que ela lhe deu. Zobeida morrerá.

Vão os janízaros descarregar o golpe... Arrancando a um o punhal curto, executa ela mesma a sentença, aos pés do seu senhor, que beija na agonia, tornada, misérrima e luxuosíssima, a cousa dêle.

III

O ESPECTRO DA ROSA

Com o *Convite à valsa*, de Weber, orquestrado, segundo leio, por Berlioz, arranjou Fokine uma scena encantadora, inspirada em Théophile Gautier.

Quanto daria o bom Theo, amigo das sumptuosidades e cantor da arte de Fanny Elssler, da Taglioni, de Carlota Grisi, para resuscitar um instante e assistir ao pequeno quadro, que, comparado com outras vigorosas telas do museu dos Bailados Russos, é uma aguarela cheia de frescura?

Scenário de Bakst. Um quarto de virgem: duas portas escancaradas para a noite, cortinas de cassa, um toucador, um sofá, um bastidor, e grandes rosas alvadias manchando as paredes esverdeadas.

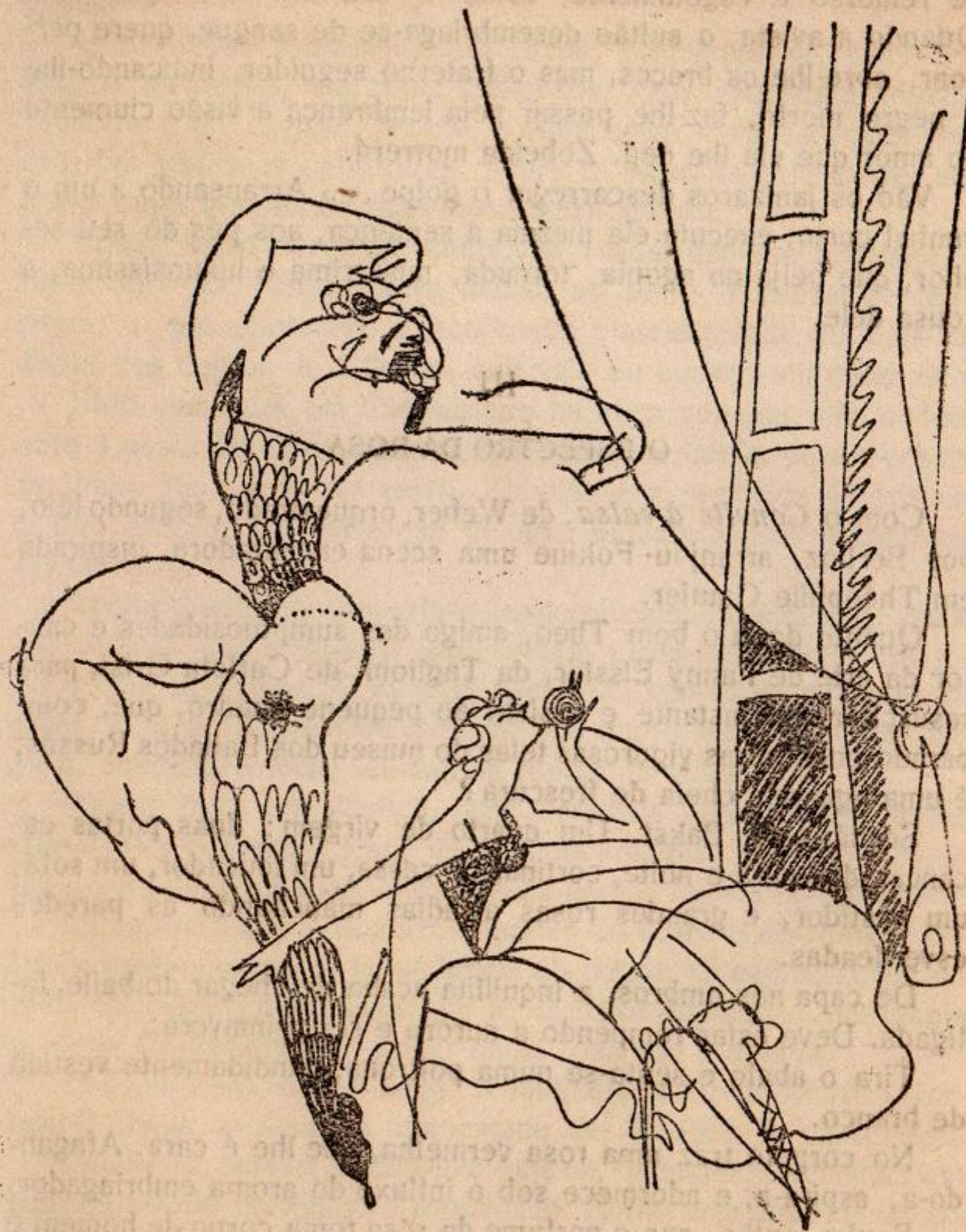
De capa aos ombros, a inquilina acaba de chegar do baile, fatigada. Deve estar rompendo a aurora e ser primavera.

Tira o abafo e senta-se numa poltrona, cândidamente vestida de branco.

No corpete traz uma rosa vermelha, que lhe é cara. Afagando-a, aspira-a, e adormece sob o influxo do aroma embriagador.

Sonha, então, que o perfume da rosa toma corpo de homem e a procura. Por uma das portas, de um salto imprevisto, surge, avermelhado como a corola sugestiva, o bailarino em que o espírito da flor se materializou, e parece exultar com a vida fugitiva que o sono da donzela lhe concedeu.

Não tarda em se lhe aproximar, desafiando-a a segui-lo, ao que ela não resiste. Dançam depois unidos, toma-os o arranco voluptuoso da valsa, e, sem ter acordado, volta a dormir quieta.

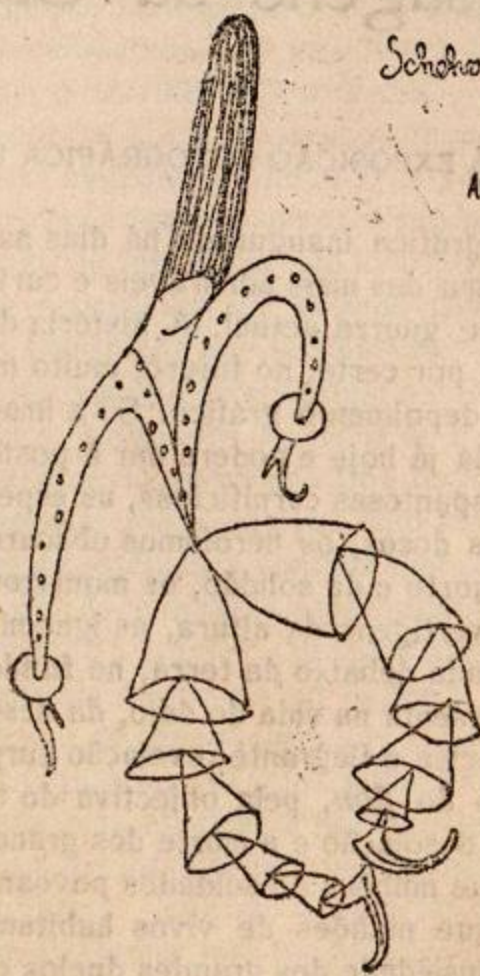


Antes de se sumir noutra salto inesperado, o par beija-a na boca — rosas acasaladas! É talvez manhã. A rapariguinha desperta finalmente, apanha a flor que deixara cair, e, colando-lhe os lá-

bios, em busca de um certo sabor, fica muito triste por já não ver o que vira no sonho.

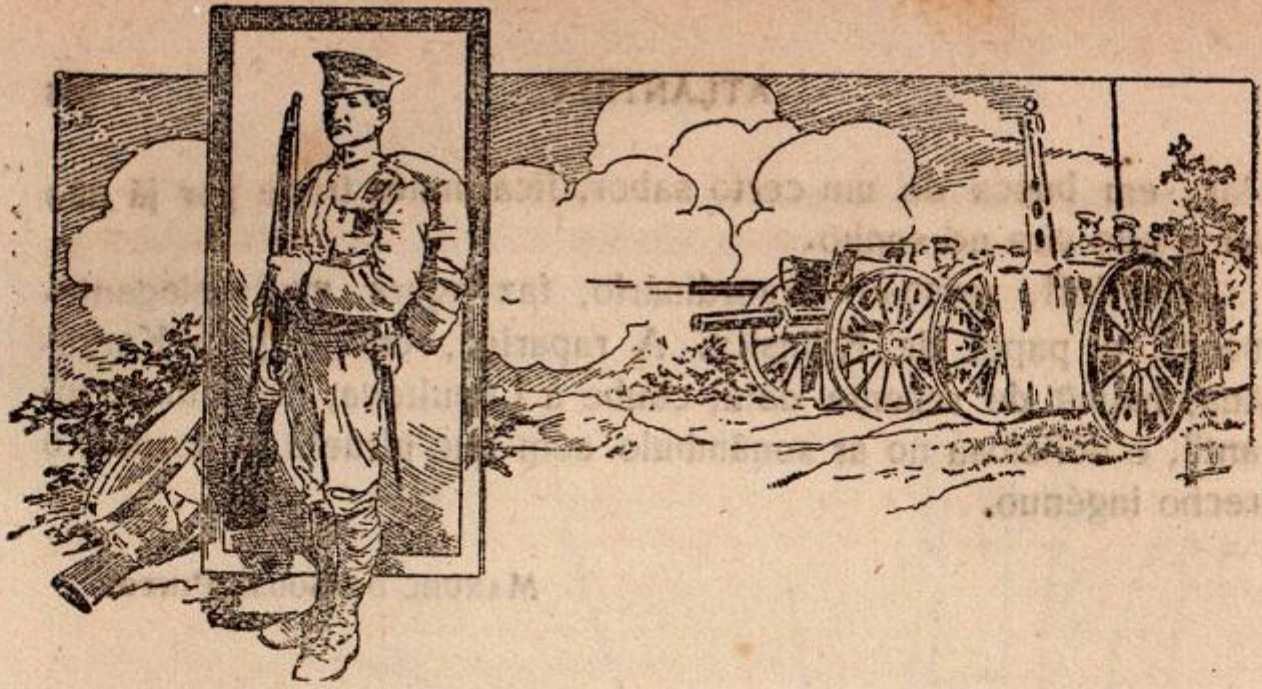
Graviloff, menos extraordinário, faz agora, muito elegantemente, o papel de Nijinsky. A rapariga, criada pela Karzavina, mamã de recente data, coube à Lopukova, pequenina, infantil, e deliciosa no ar sonâmbulo com que pirueta, a dormir, o trecho ingénuo.

MANUEL DE SOUSA PINTO.



Scheherazade 1917
Lisboa

ALMADA



Paisagens da Guerra

(UMA VISITA À EXPOSIÇÃO FOTOGRÁFICA DAS TULHERIAS)

A exposição fotográfica inaugurada há dias na *terrasse* das Tulherias, em Paris, constitui uma das mais admiráveis e curiosas documentações que eu conheço da grande guerra actual. A história do extraordinário conflito que vivemos far-se há por certo, no futuro, muito mais pela reprodução das imagens do que pelo depoimento gráfico. Só a imagem e a imagem fotográfica, sobretudo, nos dá já hoje e poderá dar à posteridade uma ideia aproximada do que são as espantosas carnificinas, as espectativas sublimes, as hecatombes colossais, as dores, os heroísmos obscuros, as tragédias e as ruínas, as paisagens da morte e da solidão, os monstros de extermínio, as escadas na sombra, as vertigens da altura, as ignomínias e as grandezas, que esta imensa luta, travada debaixo da terra, no fundo dos mares e na imensidade do espaço, representa na vida do ódio, da desgraça e da liberdade dos homens. Sem essa precisa e flagrante revelação surpreendida, para o *kodak* ou para o movimento do *film*, pela objectiva do fotógrafo, como fixar, na imaginação humana, a desolação e a morte dos grandes horizontes de batalha — desertos sem fim que milhões de soldados povoam, enterrados na planície, cemitérios colossais que milhões de vivos habitam, sepultados na noite; a estranha e luminosa ansiedade dos grandes duelos do ar, perto das águias e das nuvens; as tempestades de artilharia que destroçam cidades e arrasam colinas e, ao mesmo tempo, todo o anónimo, desconhecido, espantoso esforço das tarefas dos arsenais, a organização formidável dos abastecimentos, as instalações colossais dos serviços militares e hospitalares, tudo o que significa a heroicidade, a crueldade e a riqueza postas ao serviço das imensas, complicadas, maravilhosas e horríveis oficinas de destruição que são os grandes exércitos de hoje?

A fotografia não é apenas a história pela imagem — é a história em acção. A palavra não tem movimento, nem nitidez. A fotografia tem a exactidão —

e a invenção e os aperfeiçoamentos do cinematógrafo deram-lhe o colorido e a mobilidade. Não concebo, por exemplo, página de cronista que tenha, para os homens indiferentes de amanhã, um poder de comoção igual ao que encerra a visão infernal desse impressivo quadro *Verdun debaixo de fogo*, que a secção fotográfica do exército francês colheu nas ruínas da cidade imortal.

A exposição das Tulherias, a que todos os países aliados concorreram, revela-nos, entre outras cousas interessantes, que nenhum povô compreendeu ainda melhor do que o inglês, o valor historiográfico da fotografia da guerra. Basta para isso percorrer, numa rápida hora, as salas do grande mostruário. Ao passo que, na exposição, os franceses procuram evidentemente os grandes efeitos de sugestão e publicidade, os italianos o esplendor das *poses* artísticas, as claridades do luar e os cimos dos gelos, os ingleses organizaram o seu álbum, como se êle fôsse, sóbriamente, um capítulo de história. Os grandes letreiros que ornaram as paredes da sala dão, logo de entrada, essa impressão: «Construção da máquina de guerra da Gran-Bretanha em acção» — «Os sacrifícios que a Gran-Bretanha faz pela liberdade» — «O trabalho das mulheres inglesas na guerra», etc. Passando em revista essas fotografias, encontra-se documentada, por uma forma de inexcedível clareza e com um método exemplar, o enorme esforço inglês — desde a instrução dos seus recrutas e dos seus pilotos até a montagem, inexcedível de rigor e de precisão, de todo o seu forte engenho militar. «*Três poderosos agentes*», diz uma legenda. Por baixo os três grandes quadros reproduzem um canhão em acção, um *tank*, um batalhão de infantaria que avança. Uma das mais impressivas fotografias é a que representa um arsenal naval inglês. Intitula-se: «*Respostas dos operários britânicos aos submarinos alemães*» — e nela se assiste à preparação do lançamento à água dum navio mercante, que acaba de ser construído, enquanto, a algumas centenas de metros, ao fundo, se vê já, à tona de água, um outro navio do mesmo tipo lançado ao mar apenas um quarto de hora antes, segundo diz a legenda. Não me lembro de lição mais convincente da tenacidade, resistência e vontade inabaláveis do génio inglês. A campanha do Oriente é-nos dada em seis reproduções, que são o verdadeiro capítulo dum livro: — a aviação britânica, cruzando as nuvens; a condução da artilharia no deserto; a entrada de tropas em Bagdad; a travessia duma corrente na Palestina; um grupo de prisioneiros turcos guardados por um índio; e um campo de batalha de Oghratina. O fabrico das munições, o trabalho das mulheres, durante a guerra, nas fábricas e nos campos, as esquadrilhas dos aviões, de todos os tipos, os *dreadnoughts* e os *superdreadnoughts*, o transporte de munições, os *hangars* — não são apenas interessantes documentos da potência militar da Gran Bretanha, mas também admiráveis afirmações para a reconstituição e compreensão de todos os instrumentos e acções desta guerra. «*O que a Inglaterra faz pela liberdade*» encerra uma colecção de trechos duma eloquência magnífica. Uma fotografia diz apenas — «os mortos heróicos da Gran-Bretanha». Vê-se uma paisagem extensa, imensa, de tôscas cruces de pau. É um cemitério de soldados. Nem um nome, nem uma data. A simplicidade anónima e dolorosa de quatro braços de madeira que se multiplicam através da planície sem fim. De súbito, a nossa vista detêm-se em três palmas de cartão. Sobre um leito de hospital, mostrando, entre a brancura dos lençóis, um rosto pálido de sofrimento, uns grandes olhos de candura e uma

mancha dourada de cabelos, uma criança de seis anos agoniza. O catálogo diz — «*A guerra alemã às crianças*». *Pequena de seis anos vítima dum raid aéreo sobre a Inglaterra. No mesmo hospital encontra-se seu irmão*». É simples, é pouco—é fulminante. Vale por todos os poemas do ódio, por todas as excomunhões da oratória. Como execução sumária e completa da selvajaria alemã, ainda não vi melhor.



A' grande exposição inter-aliada das Tulherias, Portugal concorre com alguns exemplares de verdadeiro valor, sob todos os pontos de vista. A nossa secção é a quarta. Figura entre a italiana e a americana; e é agradável registrar, como testemunho de merecida consideração, que, estendendo-se a exposição por todo o rés-do-chão do edifício e por um pequeno primeiro andar, a nossa secção foi colocada num verdadeiro lugar de honra, junto das secções da França, da Bélgica, dos Estados Unidos, da Itália e da Inglaterra. Os russos, com os japoneses, os sérvios e os romaios, foram transportados para o andar superior, onde o acesso dos visitantes é mais difícil e menor e onde as instalações são consideravelmente mais acanhadas e desagradáveis.

Além duma colecção magnífica de reproduções da nossa guerra em Africa, exibimos oitenta e tantas grandes fotografias, com aspectos, colhidos em flagrante, da nossa cooperação militar em França. A escolha dos trabalhos expostos, a selecção dos motivos colhidos, foi excelente. Uma bela impressão de sinceridade e simpatia resulta do conjunto. Isto mesmo tive o prazer de ouvir a um agradável e falador tenente-coronel louro, risonho, gaulês, que me foi apresentado na ocasião e que tem a honra de ser o romancista, tão querido das mulheres, que se chama Marcel Prevost. O escritor ilustre das *Demi-Vierges* e das *Lettres à Françoise* dizia-me e a Melo Barreto.

— As duas exposições mais sugestivas são a italiana e a portuguesa.

Através das dezenas de fotografias que ocupam as paredes da sala que nos foi destinada, o nosso soldado, moreno, miúdo, esperto, passa em alguns perfis e em algumas expressões magníficas. Lá o temos a caminhar para o *front*, com o seu capacete de campanha, as suas enormes butifarras enlameadas e o seu rosto vivo, alegre, intrépido. Lá o temos, construindo abrigos, reparando caminhos, esgotando a água das trincheiras, nos exercícios de metralhadoras, nos postos de observação, marchando para as linhas de fogo — em todas as rudes tarefas da guerra. Ao pé dos aspectos graves e militares, os aspectos pitorescos e nacionais do exilado: «*O barbeiro nas trincheiras*», a «*Festa de S. João na frente portuguesa*», etc. E, por toda a parte, o mesmo sorriso meridional, como uma flecha de sol.

Depois de ter percorrido as instalações do rés-do-chão, a maior parte do público dá por finda a sua visita. Eu sou dos mais curiosos e tenazes. Subo ainda ao primeiro andar, para ver de perto uma curiosidade histórica: a exposição russa. São algumas dezenas de quadros que nos dão a fagueira ilusão de que ainda existe a Rússia. Há sobretudo uma fotografia que tem um magnífico interesse retrospectivo e humorístico: representa, nem mais nem menos, do que uma «vaga de assalto do exército russo esperando o sinal de partida». A' espera do sinal da Rússia estamos nós... há mais de três anos — e já agora, que os maximalistas tomaram conta daquilo, à espera ficaremos.

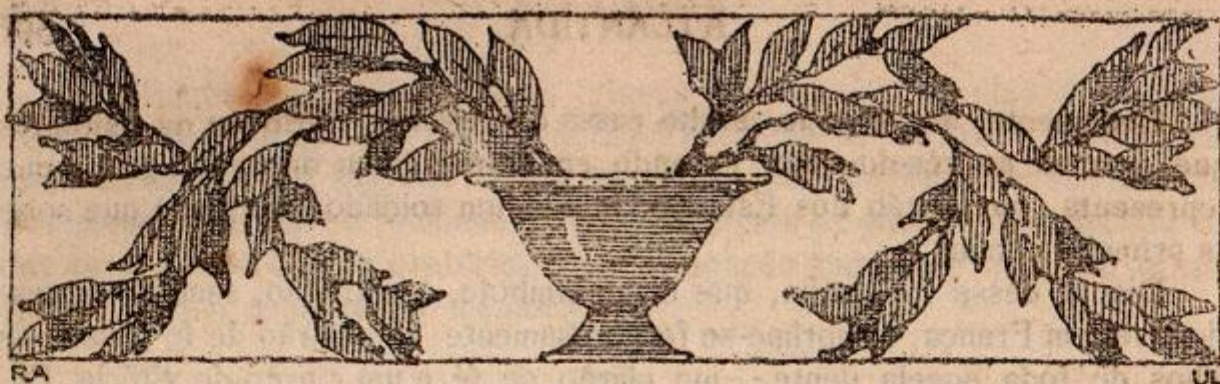
Felizmente, da vaga de assalto russa depressa se consolam os visitantes que descem ao rés-do-chão, parando em frente duma outra fotografia que representa, na secção dos Estados Unidos, um soldado americano que sobe às primeiras linhas.

Diante dessa fotografia, que é um símbolo, a multidão, sempre impressionável em França, comprime-se fervorosamente. Um clarão de fé passa nos olhos de toda aquela gente — um clarão de fé e um clarão de vitória. Eu, próprio, contemplo, por instantes o quadro, que é uma lição de história e de esperança. Uns vão, outros vêm. Por cada defensor, que cai ou deserta, na luta da Liberdade, um outro vem, um outro virá.

— *Nous les aurons!* — diz a meu lado uma voz convencida. Olho: é o tenente-coronel de há pouco — o louro e sorridente gaulês que se chama Marcel Prevost.

Paris, Novembro de 1917.

AUGUSTO DE CASTRO.



A ROTINA E O TRABALHO SCIENTIFICAMENTE ORGANIZADO

O Taylorismo

I. — NECESSIDADE IMPERIOSA DUM MELHOR APROVEITAMENTO DAS ENERGIAS NACIONAIS

O considerável esforço militar pedido a Portugal nesta guerra, o maior que em todos os tempos o país tem tido necessidade de fornecer, exige, como consequência, no momento actual, e exigirá, principalmente, no dia imediato ao da paz militar, um esforço económico que a ninguém é lícito ignorar, e cuja amplitude vai muito acima do que, até há bem pouco, era possível prever.

É que também a espantosa prova tem durado muito além de todas as possíveis previsões, e nada permite ainda anunciar o seu fim para data determinada.

Posta a questão militar, o prolongamento da guerra levou pouco a pouco a questão económica ao primeiro plano, tendo-se quasi resumido o formidável conflito, desde o primeiro dia, a uma constante luta de produção: «produção, em primeiro lugar, dos meios de combate; produção depois, mais simplesmente, dos meios de sustentar o esforço e manter a vida das nações». (Ch. Humbert).

E, amanhã, concluída a guerra, e passada a febre e a agonia de agora, quando a vontade dos povos, passando por cima das conveniências políticas de partido, significar com mais veemência as suas ânsias de que acabe o presente estado de cousas, e venha a paz digna e honrosa que representa a aspiração do maior número, verificar-se há então desoladoramente que, enquanto os beligerantes houveram de dedicar toda a sua potência económica à indústria da guerra, noutras nações, fora do incêndio, cresceram

e desenvolveram-se as respectivas indústrias, que, gozando uma vida próspera, adquiriram situação privilegiada.

Será necessário então aos povos saídos da guerra recobrar, num trabalho extenuante, a posição possuída antes do conflito.

Para o estudo e resolução destes assuntos ligados com a passagem do estado de guerra ao estado de paz, criou a Inglaterra, há pouco mais de quatro meses, um organismo especial, — o Ministério da reconstrução nacional —, tendo a dirigi-lo um dos homens mais eminentes e melhor preparados desse grande país, o Dr. Addison, o qual, a exemplo do que no mesmo sentido se vem preparando na Alemanha, trabalha, desde já, nas grandes questões da desmobilização do exército e sua mobilização civil, e da obtenção e distribuição de matérias primas, precisas para a indústria, dentro dum necessário e bem entendido proteccionismo.

Para Portugal, os problemas que a paz trará consigo demandam solução mais cuidadosa que os da guerra, pois que deles pode resultar uma decadência económica que termine na ruína. E, sabido é, que a independência económica é a base principal para manter a independência política.

Necessário se torna portanto desenvolver os nossos recursos e aumentar o rendimento das energias nacionais, porque a penúria seria a derrota de todas as nossas legítimas aspirações; e só organizando a produção, estimulando a vida económica e criando riqueza, se conseguirá reunir os elementos necessários para a vitória, e consequente libertação do povo contra a ameaça da derrocada económica e financeira que nos espreita, como consequência da terrível crise que assoberba o mundo inteiro.

Forçados a suportar a crise actual, admitimos a necessidade de certas restrições; mas diremos que não é compreensível como, ordenada uma certa limitação, se julga resolvida a dificuldade, quando o bom método consistiria em tomar a tempo as medidas que permitissem pôr fim à restrição imposta. É que a resignação não é remédio bastante para resolver problemas cuja solução necessita inteligência e trabalho, e não os simples expedientes a que em geral recorrem os governos, expedientes que não podem produzir o efeito desejado, e que, simples paliativos, dão uma impressão de timidez, de incerteza e de incoerência, próprias de todas as improvisações.

Assim, impõe-se desde já, e sem tardança, alentar a agricultura para a sementeira dos baldios e intensificação das culturas;

e animar o trabalho das minas e o das fábricas e oficinas, procurando estimular todos os agentes da produção nacional.

A intervenção preponderante da ciência no desenvolvimento da agricultura e da indústria não tem, entre nós, o devido valor. Contudo, sem instrução científica conveniente, o industrial e o agricultor, que se contentam em fazer ciência sem o saber, ou em copiar o que fez um vizinho mais sabedor, ficam longe e para trás dos seus concorrentes mais instruídos.

Das nossas terras não tiramos tudo quanto elas podem e devem produzir, o que se deve em grande parte à deficiência da instrução científica geral e da instrução profissional dos cultivadores. É certamente esta uma das causas porque é escasso o nosso rendimento em cereais, principalmente em trigo, em comparação com o de regiões nossas vizinhas, Estremadura espanhola e Andaluzia.

Lê-se no livro, deveras interessante, do Sr. José Pequito Rebelo — *Novos Métodos de Cultura*:

«É grande ainda o atraso dos processos, apesar de todos os progressos: a cultura é uma integral complicadíssima, cujos termos se vão concatenando e completando pelo desenvolvimento lento, pela tradição; ora esta tradição progressiva não teve tempo ainda de completar-se, para o que mesmo não concorre o carácter nómada, improvisado, empresário da exploração.

«Na cultura do trigo são sobretudo imperfeitos ainda os trabalhos preparatórios, sendo as lavouras superficiais e mal cortadas; as sementeiras são feitas grosseiramente a lanço e sem critério; as adubações consistem em deitar à terra doses maciças de superfosfato, sem se atender à qualidade e às necessidades do solo; finalmente o comércio agrícola está mal organizado, encontrando-se o lavrador nas mãos dos comerciantes especialistas e dos intermediários».

Lembremos que na vinha a produção é superior, e que à testa da viticultura tem estado grande número de proprietários instruídos, sempre atentos aos progressos e prontos a aplicar as descobertas que a ciência e a prática valorizaram devidamente.

O antigo Ministro da Agricultura, M. Fernand David, estabelecendo comparação entre as agriculturas alemã e francesa, ao mostrar que a Alemanha, com uma população rural diminuída de cerca de metade em consequência das exigências requeridas pelo desenvolvimento da indústria, aumentara no emtanto a sua produção

agrícola de um têrço, conclui que em França é possível aos agricultores obterem semelhantes progressos, apesar da diminuição considerável da mão de obra, desde que usem de meios análogos àqueles que permitiram aos alemães realizar tão notáveis progressos.

É claro que conclusão idêntica se deve tirar para Portugal desde que a agricultura passe a fazer-se, como na Alemanha, abandonando o empirismo rotineiro, com base nos progressos da sciência agrícola.

A química foi para a Alemanha o ponto de partida dos progressos da agricultura. «Não obstante ser o seu país medíocrementemente favorecido sob o ponto de vista climatérico, pois que a sua temperatura média, ao norte e ao noroeste, é de 8^o, e de 10^o para as outras regiões, esforçaram-se por impor à natureza transformações totais. Estudaram as leis e os efeitos aos quais são submetidas as grandes operações mecânicas e químicas que dizem respeito à produção ou ao aperfeiçoamento de certas classes de vegetais. Compreenderam que sem a química não poderiam dar um passo.

O exemplo de Lavoisier que, seguindo um sistema baseado na teoria, duplicou em nove anos os produtos das sementes das suas terras, quintuplicando o número das suas cabeças de gado, sem que, no entanto, êsse grande sábio conhecesse os detalhes da prática da lavoura, o exemplo de Lavoisier, dizemos, descobriu um vasto horizonte aos agricultores alemães». (Gaston Sauvage, *France et Allemagne. Les deux agricultures*).

Fundando numerosos institutos e estações agronómicas assim como escolas de agricultura especializadas, os alemães às velhas práticas substituíram os métodos científicos de cultura, levados numa propaganda incessante ao conhecimento dos agricultores de todo o império por técnicos especializados, e a pouco e pouco a mão de obra agrícola foi substituída pelo emprêgo de máquinas aperfeiçoadas.

Efectivamente, todo o progresso colectivo tem por base o largo desenvolvimento do ensino em todos os graus. E, pelo que respeita à agricultura, que indubitavelmente constitui em Portugal o fundamento da riqueza pública, torna-se indispensável o desenvolvimento do ensino científico da agricultura, tendo em vista a intensificação da nossa produção agrícola para o acréscimo dos recursos industriais e alimentares do país.

Neste sentido apresentou Tisserand, antigo director da Agricultura, muito recentemente, uma nota à Academia das Sciências

de Paris, mostrando a necessidade de intensificar a produção agrícola, pela coordenação, para o esforço comum a cumprir, de todas as actividades que, esparsas, sem ligação e sem impulsão, não podem dar os resultados possíveis e desejáveis; e ainda pedindo que o corpo docente da Agricultura faça reconhecer e vulgarize, no mundo agrícola, as descobertas dos sábios e dos práticos, e oriente e mostre as aplicações fecundas a fazer. Ora não sofre dúvida que as deficiências da França, neste campo, são também as nossas, a que se torna necessário desde já atender, levando ainda a propaganda aos campos, onde os nossos engenheiros agrónomos, em palestras instrutivas, poriam os cultivadores ao corrente das leis e das descobertas da Agronomia.

Ninguém desconhece actualmente que a electricidade constitui um dos maiores benefícios sociais, e é um factor incontestável do progresso em todos os ramos da actividade. Mas a electricidade é filha da hulha branca, e é sómente valorizando inúmeras quedas de água que se pode obter energia barata, e numa proporção tal que possa alimentar todos os consumos.

A indústria da hulha branca tem-se desenvolvido e aperfeiçoado prodigiosamente, graças às necessidades da electroquímica e da electrometalurgia que, pelas descobertas sucessivas das suas aplicações, nos dão o espectáculo duma intensa actividade material e o espectáculo bem mais admirável, ainda, dos esforços coordenados, das dedicações sem desfalecimentos e da união no trabalho, que faz a força.

A hulha branca é universal nas suas aplicações, e, em Portugal, país em que se não pode extrair o carvão indispensável à sua actividade, deve ser posta em movimento essa força natural que, por exemplo, pode ajudar poderosamente na obra de renovação da nossa agricultura, não só alimentando adubos, nitratos e cianidas, mas ainda fazendo funcionar os tractores, cujo emprêgo a insuficiência da mão de obra há-de generalizar cada vez mais, e iluminando as herdades, irrigando os prados, accionando as bombas, as batedoras, os diversos aparelhos agrícolas, as mós, corta-palhas, prensas, esterilizadores, aquecendo as chocadeiras e ordenhando as vacas, como se pratica tão felizmente na Dinamarca.

A êste problema estão ligados outros de não menor importância, como o da regularização dos nossos cursos de água e o das irrigações, o do turismo e o da nossa viação, questões para a resolução das quais devemos utilizar todos os nossos recursos e

pôr em acção todas as nossas iniciativas, a fim de que Portugal, modernizado, transformado, renovado, obtenha o máximo de prosperidade.

Mas para que a nossa situação económica seja aquilo a que justamente aspiram todos os bons patriotas exige-se, mais do que nunca, a maior actividade, energia, competência e união nacional no esforço a despendê-lo; que se estabeleçam as bases do programa a elaborar, que é imenso, pois compreende nada menos que a reforma do espírito público do nosso país, a adopção das novas ideias de progresso e renovação, e a reconstituição dum organismo moderno em lugar do antigo, tendo por base o ensino técnico e o aprendizado profissional que com profusão deve ser espalhado nos seus ramos mais especiais.

Criemos competências bem definidas, e respeitemos em seguida as decisões dos homens justamente reputados na matéria que se trate.

Assim, e já hoje, porque não consultar e ouvir as Associações de classe e as Associações científicas, as económicas e as técnicas para os diferentes trabalhos que o país carece realizar para a grandeza do seu futuro no concôrto mundial?

A coordenação de todos os esforços em vista do bem geral deve ser a regra absoluta. Para isso deve a administração, a exemplo de outros países, estabelecer uma série de pontos de contacto cuidadosamente estabelecidos com a sciência, a indústria, o comércio, o mundo dos trabalhadores, etc.

Assim, se se trata de trabalhos públicos, nunca uma empresa de interesse geral deve ser lançada sem que a Associação dos Engenheiros Civis, a quem ela interesse, tenha recebido o respectivo projecto, o tenha estudado, emendado e aprovado, sem que a Imprensa o tenha discutido.

Para obter as competências de que tanto carecemos, embora algumas existam, mas constituindo uma *élite* bem pouco numerosa, é preciso gastar largamente, não recuando perante nenhum sacrificio, para fornecer a todas as classes sociais o ensino teórico e prático abundante e variado que, nos países que têm a hegemonia do mundo, tão felizmente fecunda todos os ramos da actividade nacional.

Que recursos enormes poderíamos nós obter das nossas Beiras, do nosso Ribatejo, e, principalmente, do nosso Alentejo, sem contarmos os imensos e feracíssimos territórios das nossas

colónias, se em vez de os despedirmos aproveitássemos os recursos de cada região, pondo de parte grande número das frioleiras que nos ocupam e fazendo reinar a ordem e o progresso!

II. — A MÃO DE OBRA. ORGANIZAÇÃO

Por fortuna, a guerra há-de concluir um dia; e então ver-se há, nos diferentes países, alterado o equilíbrio do trabalho, pese a quantas leis restritivas se promulguem.

Um dos mais importantes problemas a resolver, por exemplo, nos países beligerantes, será a falta de braços, suprida em parte pela emigração de outros países os quais, por esta forma, se encontrarão com menos trabalhadores que os necessários. Haverá que recorrer com mais intensidade ao trabalho feminino; porê, se não houver a preocupação de o preparar, encaminhar e organizar, suscitar-se hão graves dificuldades, produzindo nova crise.

Para êste e outros assuntos, que assim aparecem com tanta clareza e a breve passo, não é demais chamar a atenção dos competentes e dos políticos, e pedir que sejam estudados, para que nos não colham de improviso e dos causem danos, que fácilmente poderiam trocar-se em prosperidades e vantagens.

Ora, entre os esforços de hora presente, nestes tempos de grandes preocupações nacionais, em que, nos diferentes países, se procura por todos os modos melhorar a organização das diversas actividades, estão, sem contestação, em primeiro lugar, os que respeitam ao trabalho e à bem orientada produção das fábricas e oficinas. Questões capitais neste momento, em que a guerra é cada vez mais uma questão de indústria, necessitando constantemente uma actividade mais intensa das oficinas, a criação de novos fabricos, a produção sempre mais rápida e mais numerosa de mil produtos diferentes. Questões capitais de amanhã, quando depois de paz militar, fôr preciso reorganizar a indústria, preparar o renascimento comercial e retomar a luta económica, que será provavelmente tão dura como a guerra de hoje.

Com a paz, temos de prever grandes mudanças nos nossos hábitos de trabalho, de organização, de direcção das casas de comércio e das fábricas. Amanhã, em presença da crise económica que fatalmente se há-de produzir, quando fôr preciso desenvolver a produção nacional para curar rápidamente todas as chagas da guerra, e reorganizar, nos países em luta, todas as indústrias e o comércio, com uma mão de obra reduzida, rara, custosa,

teremos de verificar que a grande maioria de empregados e de operários, hoje mobilizados, não volta à sua antiga profissão, à sua antiga rotina.

Diz o distinto economista A. Breton («Comment choisir un employé»):

«D'une part, l'employé qui s'est découvert une activité qu'il ignorait, ne reprenne pas sa place de commis, d'expéditionnaire où ses facultés ne peuvent pleinement servir et où son gain sera toujours limité. D'autre part, le commerçant, le chef d'industrie, ayant appris à mieux connaître les hommes, obligé de s'occuper plus activement de ses affaires, d'en accroître le rendement, de limiter les frais de main — d'œuvre au strict nécessaire, cherchera à choisir au mieux son personnel et à en obtenir le travail le plus utile et le mieux approprié».

Continuando, mostra o mesmo economista que os Americanos, que há já muito tempo se encontram em condições comparáveis com aquelas em que vamos achar nos, — o desenvolvimento rápido das suas indústrias coincidindo com a rarefacção da mão de obra —, foram levados à necessidade de preocuparem-se cada vez mais com a organização científica dos seus negócios e com a utilização racional dos meios de trabalho.

Com os Americanos têm, pois, os aliados necessidade de aprender os métodos mais eficazes de selecção de homens e de organização de trabalho, capazes de aumentar o rendimento das diferentes actividades, devendo estudá-los para, conhecendo das suas vantagens, e aplicando-os, os vulgarizar, fazendo desaparecer os receios e prevenções que elles já vieram levantar em parte do mundo operário de alguns países da Europa.

E, porque devemos reflectir no interêsse que estes métodos e processos podem apresentar entre nós, e procurar a sua melhor adaptação às nossas necessidades e ao nosso carácter; e, porque é condição essencial do nosso impulso económico, depois da guerra, proceder com cautela e a tempo: torna-se, sem dúvida, de toda a utilidade examinar o mecanismo dos serviços prestados pela organização científica do trabalho ao desenvolvimento da indústria, cujos princípios apenas conhecidos depressa se espalharam e passaram a aplicar-se no mundo industrial, sob a denominação de «sistema Taylor», do nome do célebre engenheiro americano, cuja fama fica para sempre vincada, na história do progresso industrial, por três grandes descobertas:

Os aços de corte rápido ;

As regras precisas para o trabalho dos metais ;

Os princípios relativos à organização científica do trabalho.

Como se lê na exposição, deveras notável, que M. Henry Le Chatelier, o eminente professor da Sorbonne e da Escola de Minas, faz da obra de Taylor, na introdução ao interessante volume consagrado pela *Revue de Métallurgie* à divulgação das principais publicações consagradas pelo notável engenheiro americano e seus adeptos à organização científica do trabalho (Frédéric W. Taylor, *Organisation scientifique du travail. Principes et applications*. Extrait de la *Revue de Métallurgie*, vol. XII, avril 1915), os aços de corte rápido são assim chamados porque, conservando a sua dureza a quente, suportam velocidades duas ou três vezes maiores que as dos aços ordinários, e cortam ainda quando a sua ponta está ao rubro sombrio, donde resulta um forte aumento de rendimento das máquinas, que os utilizam.

A descoberta destes aços, que durante muito tempo foi considerada, mesmo no público competente, devida à negligência feliz dum operário, e ao acaso, foi, na realidade, obtida como resultado de estudos metódicamente conduzidos por Taylor durante quatro anos, com o concurso doutros engenheiros e contramestres.

Estes aços foram espalhados no mercado, ainda antes de Taylor fazer conhecer o nome do autor, e figuraram na Exposição de Paris, de 1900. O célebre engenheiro americano, porém, só em 1906, falou desta sua invenção, comunicando então que os melhores aços têm a seguinte composição: carbónio (0,7 %) tungsténio (18 %), crómio (6 %) vanádio (0,3 %) e ferro sem impurezas.

À determinação das regras precisas para obter o melhor rendimento das máquinas-ferramentas utilizadas no trabalho dos metais, dedicou Taylor vinte e cinco anos de ininterruptas investigações e a importante soma de duzentos mil escudos. O conjunto dos resultados obtidos constam do célebre trabalho *The art of cutting metals*, que as revistas científicas americanas consagraram. Nele se indicam as condições necessárias para determinar a despesa mínima, em cada espécie de trabalho, obtida pela economia de tempo, de mão de obra e de amortização, e tendo em atenção os factores que influem nesse trabalho, como a natureza do metal trabalhado, a velocidade da ferramenta, sua composição e têmpera, o seu ângulo de corte, a sua fixação, flexibilidade, a profundidade do golpe, etc.

Mas a obra mais importante de Taylor, aquela que, principalmente, merece o estudo e cuidadosa atenção dos engenheiros e dos directores de indústria, é relativa à organização científica do trabalho nas fábricas, cujos princípios, magistralmente expostos no importante volume *Principles of Scientific Management*, têm sido sucessiva e progressivamente aplicados nas fábricas e oficinas dos diferentes países, graças aos propagandistas entusiastas do Taylorismo: Gantt, Barth, Cooke, Dodge, Hathaway, na América; Gilbreth, Sanford Thompson, na Inglaterra; Le Chatelier, Cambon, Négrier, Renold, Régnier, Breton, em França; Wallich, na Alemanha.

Nos *Principles of Scientific Management* Taylor expõe como se formou no seu espírito a necessidade de se observarem novos métodos de trabalho.

Assim, diz-nos que, quando simples encarregado, notou, ao passar um dia diante dum muro em construção, que o pedreiro que nele trabalhava levantava os tejos do chão, colocava-os no muro à altura do estômago, cimentando-os depois com o auxílio da sua colher.

Pensou então: o trabalho mais fatigante para este homem não é cimentar os tejos, mas sim levantar do solo cada um dos tejos, que pesa 5 quilos, pelo menos duas vezes por minuto, e levá-lo a 1^m,30 de altura. Se pois eu achasse, quer por um processo mecânico, quer servindo-me dum aprendiz ou dum negro, um meio de elevar os tejos uns após outros, conseguiria assim duplicar ou quadruplicar o rendimento do pedreiro, cujo officio não é propriamente levantar pesos, mas cimentar materiais de construção com uma trolha.

«O verdadeiro método de trabalho deve consistir na aplicação metódica e ininterrupta do homem no trabalho em que adquiriu competência especial. Por contra, todos os acessórios, todos os preparativos deste trabalho, devem ser executados por meios mecânicos, ou, à falta deles, por uma mão de obra de menor valor que a do operário principal.

«Por este sistema, nunca um torneiro, por exemplo, irá buscar uma ferramenta, um desenho, uma explicação ao escritório do seu chefe; será necessário levar-lhe tudo quanto precise, pois só desta forma a máquina-ferramenta de que elle está encarregado deixará de trabalhar; esse operário não deve nunca ter necessidade de se ocupar das pequenas tarefas estranhas ao fim

do seu trabalho, etc. Assim, o rendimento do homem é o da máquina serão levados sempre ao máximo.

«Além da precaução fundamental de não impor ao operário esforços inúteis, importa também não lhe exigir que faça senão movimentos aos quais esteja *habitado*.

«Os movimentos aos quais se está habituado não cansam o cérebro e fatigam muito pouco o corpo. Estas duas afirmações apoiam-se nas constatações da fisiologia.

«Quando um aprendiz ciclista começa os seus primeiros ensaios, cansa-se enormemente. Porquê? Porque executa movimentos mal coordenados, movimentos nos quais põe em acção *músculos antagonistas*, o que produz a rigidez muscular. A rigidez resulta do facto de se produzirem ao mesmo tempo movimentos no músculo que deve executar o trabalho e num outro músculo que se opõe à acção do primeiro, de modo que para um trabalho dado intervêm músculos inúteis ao movimento e cujos esforços, contrariando-se, determinam rápidamente uma sensação de fadiga.

«O hábito confere a vantagem de não fazer trabalhar senão os músculos necessários à execução dos movimentos prescritos pelo cérebro; os músculos antagonistas não entram mais em acção.

«O hábito, que os fisiologistas definem como sendo a arte de fazer passar o consciente ao inconsciente, além de produzir menos fadiga no corpo, suprime todo o cansaço do cérebro. A partir do momento em que se faz um movimento por hábito, não se pensa mais neste movimento, e pode-se pensar em outra cousa».

Por êste motivo, Taylor preconiza o trabalho em série, isto é, com movimentos sempre idênticos, porque essa maneira de trabalhar dá aos operários toda a liberdade de pensar em aperfeiçoarem a máquina com que trabalham, com o fim de diminuir ainda a soma de esforços necessários à execução dos objectos.

«Mas entre os homens que oferecem os seus serviços numa oficina, do mesmo modo que nem todos têm as mesmas qualidades intellectuais, não têm todos as mesmas aptidões físicas; será preciso então seleccioná-los e adaptá-los aos trabalhos adequados às suas faculdades respectivas. É êste um objecto de estudo para o chefe da oficina, que deve fazer esta selecção das capacidades de trabalho do operário, com o fim de as aproveitar simultâneamente em benefício da indústria e em benefício do operário, o qual, mais produzindo dentro da sua especialidade, deve ganhar um salário superior».

Na aplicação d'êste sistema, tão felizmente concebido e pôsto em execução com o melhor êxito por Taylor, impõem-se não aos operários, mas aos chefes de indústria, trabalho persistente, são juízo e perseverança.

«Necessitam pois os chefes de indústria de fazer primeiro um aprendizado, cuidado e reflectido, antes de applicarem o sistema à sua própria indústria, pois que o método de organização scientifica não se applica só à mão de obra propriamente dita, mas também, e simultâneamente, a todos os ramos da exploração, à direcção commercial, à contabilidade, à classificação e à repartição metódica das encomendas, à cronometragem das operações, à ordem rigorosa dentro dos armazéns, à distribuição de trabalho, primeiro na secção de desenho, depois na officina de execução, e, emfim, no serviço dos caixeiros-viajantes».

Tudo isto, concretizado sob uma forma didática, constitui o Taylorismo, hoje estudado nas Escolas Técnicas e nas Universidades Americanas, formando o *Curso de organização scientifica das fábricas e officinas*.

III—O TAYLORISMO

O sistema Taylor de organização scientifica do trabalho consiste muito simplesmente na applicação dos métodos gerais de organização ao problema essencial da produção industrial: diminuição do preço do custo e melhoria da qualidade dos objectos fabricados. (*Revue Scientifique*, n.º 9, 1917).

E a applicação sistemática d'êste método de trabalho conduziu a certas regras dum alcance mais ou menos geral, em que necessariamente se comprehende:

- 1.º A visão reflectida e bem nítida do fim a prosseguir.
- 2.º O estudo dos meios a empregar para atingir o fim desejado. Assim, e, em especial, antes de principiar um trabalho determinado, é indispensável conhecer: as condições económicas d'êsse trabalho, as exigências da sua execução, o valor da ferramenta a empregar, e, ainda, a psicologia do operário que o ha-de executar, em que tem de se procurar conhecer os seus gostos, aptidões, o seu grau de cultura, o seu passado e occupações anteriores.
- 3.º A realização dos meios de acção reconhecidos como necessários e o emprêgo dos meios de acção assim reúnidos. Nestas condições, para cada espécie de trabalho nas officinas, devem-se escolher os operários de melhores aptidões, e muni-los

da ferramenta melhor adaptada a este género de trabalho; dividir, em seguida, o trabalho do operário em movimentos elementares, notar e classificar a duração conveniente para cada movimento, eliminar todos os movimentos lentos e inúteis, agrupar em série os movimentos mais rápidos e os mais eficazes.

4.º A verificação da conformidade dos resultados obtidos com o fim que se pretende atingir.

Para resolver o problema da organização, Taylor vai buscar o seu método à filosofia, e, aceitando *in continenti* o princípio da causalidade, é francamente determinista.

Como Spinoza, afirma a existência de relações necessárias entre todos os factos de ordem material, intelectual ou moral, e não hesita em aplicar este princípio à indústria.

Toda a produção industrial depende de um número mais ou menos considerável de factores, de «variáveis», como se diz em matemática, independentes umas das outras na aparência, mas tendo, na realidade, as relações mais íntimas.

Pôsto este princípio, Taylor segue com um rigor de método verdadeiramente cartesiano. E, assim, determina primeiramente todos os factores em jôgo; e, para não omitir nenhum destes, divide a questão em partes cada vez mais simples e mais fáceis de resolver, depois do que determina, por experiências e observações tão precisas quanto possível, as relações que existem entre os diferentes factores em presença.

Diz M. Le Chatelier: «O princípio essencial do sistema Taylor é a aplicação sistemática do método científico ao estudo de todos os fenómenos industriais. O seu ponto de partida é a crença no *determinismo*, isto é, na existência de relações necessárias entre todos os factos de ordem material, intelectual ou moral, em jôgo na indústria. Começa-se, pois, neste sistema, pela enumeração o mais completa possível de todos os factores de que depende cada fenómeno, ou operação estudada; em seguida, depois de ter reconhecido todos os factores em jôgo, determina-se, por experiências e observações, tão precisas quanto possível, quais as *relações numéricas* que existem entre os diferentes factos em presença».

Vemos pois que o Taylorismo tem por fim obter, pela determinação de todos os elementos de trabalho, a economia da produção, que deve conduzir ao aumento de rendimento e à diminuição do esforço, para o que exige que sejam estudados minuciosamente todos os factores que influem numa indústria dada: qua-

lidade e rendimento dos maquinismos, rapidez de trabalho, simplificação das manipulações e supressão dos movimentos inúteis, incitamento aos operários por meio de prémios de produção, fixação precisa das tarefas normais, selecção dos operários, organização interna da fábrica e externa das vendas, etc.

É o conjunto de todas as regras assim estabelecidas que constitui o sistema Taylor, ou o Taylorismo, o qual na França e na Inglaterra tem sido estudado e aplicado, principalmente depois que a guerra, eternizando-se, veio demonstrar que a organização e a disciplina, de que a Alemanha tanto se orgulha, valoriza todas as invenções e descobertas; e que, para combater as pretensões alemãs em todos os campos, precisam as civilizações latina e anglo-saxónia, a quem se devem os maiores trabalhos do pensamento científico, e também as precoces aplicações da sciência (Sir William Ramsay), mostrar, aproveitando as lições que a imensa catástrofe lhes veio impor, que a organização não é contrária ao temperamento dos povos aliados em luta.

Como se lê no belo prefácio que M. Paul Deschanel, presidente da Câmara dos Deputados e membro da Academia Francesa, redigiu no interessantíssimo livro — *Les Allemands et la Science* — colaborado pelos mestres e intellectuais mais eminentes da França e da Inglaterra:

«C'est dans l'application et l'organisation que l'Allemagne excelle; c'est là que nous devons profiter de ses leçons et perfectionner nos méthodes».

No livro *Notre Avenir* diz o célebre engenheiro e economista M. Victor Cambon:

«Depois que se começou a estudar em detalhe os métodos de Taylor, verificou-se com admiração que os seus processos são semelhantes aos empregados pelos Alemães no decurso da guerra, não só nos seus exércitos, mas em toda a economia industrial, financeira, agrícola do seu império. Eles tinham estudado o Taylorismo a fundo! E está nisso o segredo da sua preparação intensiva e da sua longa resistência que nos tem surpreendido.

«Tirar o máximo rendimento e proveito dos homens, das cousas e dos acontecimentos, tal é o resultado do método rigorosamente aplicado.

.....

«Nós teríamos salvado centenas de milhares de existências, economizando biliões e terminado, há muito tempo, a luta, se

tivéssemos estudado e aplicado, em tudo, os princípios da organização científica do trabalho.

«Poder-se-iam escrever volumes enumerando os factos quotidianos que provam que nos falta esta noção. Aqueles de entre nós que têm a coragem e as faculdades naturais ou adquiridas para o applicarem, são impedidos de o fazer, pela ignorância e pela desordem que os cercam.

«Quem diz organização dum país, diz medidas de conjunto de que o Poder é necessariamente o iniciador. Ora, onde o Poder mete a desordem ou deixa que ela se manifeste, os particulares são impotentes em fazer reinar a ordem, que de resto o público francês não sabe já que existe.

.....

Desconhecida antes da guerra, mal dirigida durante a luta, indispensável depois da vitória para o renascimento económico da nossa pátria, a organização racional dos recursos nacionais deve ser a preocupação primacial de todos os Franceses; dela dependem não só a nossa prosperidade mas até a nossa existência, o nosso futuro.

«Um exemplo fará imediatamente conhecer a ausência desta mentalidade, mesmo nos meios mais particularmente esclarecidos. Toda a gente conhece a crise do papel, cuja causa provém da falta de matérias primas, e que aumenta lentamente, mas progressivamente, desde o início das hostilidades.

«Ela afecta, entre outros, os jornais com uma gravidade tal que muitos teriam cessado a sua publicação se os directores não se tivessem ligado num *consortium* para assegurar uma parte dos seus aprovisionamentos aos de menores recursos, o que representa um acto de boa confraternidade, mas também uma imposição de restrições bastante incómoda.

«Sendo a procura de papel, como é na realidade, superior à oferta, o que teriam feito os nossos jornalistas se fôsem, por acaso, *Boches*? Procurariam imediatamente encontrar fontes de matéria prima que suprissem a que lhes faltava; e não teriam necessidade de procurar muito tempo.

«Em Paris são lançadas todos os dias, para o entulho, muitas toneladas de papéis velhos, que poderiam ser recolhidos e tratados para produzirem papel novo. Bastaria avisar o público de que os papéis seriam recebidos por um preço *x* num certo número de locais designados; informação que seria dada gratuita-

mente pelos próprios jornais e levada ao conhecimento de toda a gente. Pois bem, passaram dezóito meses antes que nisso se pensasse. E no dia em que se pensou em levar à execução êste propósito, foi o mesmo achado tão oportuno, apesar da organização deveras rudimentar que se lhe deu, que os jornais declararam, menos de três semanas depois, com satisfação, que graças a esta iniciativa a crise estava conjurada.

«A colheita de papéis velhos feita por esta forma está longe de ter o alcance que podia ainda obter se fôsse acompanhada de outras medidas complementares, dando-se ao público facilidades e indicações que contribuíssem para o seu completo êxito.

«Se os alemães tivessem procedido como nós, para obterem o cobre, cereais, ou outros géneros, há muito tempo que a sua resistência teria tido fim.

«Nós saberemos mais tarde que prodígios a sua disciplina realizou para tirar partido dos menores recursos, e retardar a hora em que a penúria das subsistências ou dos outros produtos há-de pôr fim à sua resistência,

«É lamentável, sob êste aspecto, que a entrada de todas as publicações alemãs seja interdita em França; esta medida tem mais inconvenientes que vantagens. Teríamos assim recolhido nas suas revistas muitas informações que nos seriam proveitosas.

«¿ Porque privar-nos, por exemplo, da leitura das suas obras científicas em que acharíamos preciosos documentos podendo aplicar-se à técnica dos nossos fabricos de armas e de explosivos?

«A ignorância nunca foi boa conselheira».

Numa conferência realizada no dia 25 de Junho de 1915, na Associação dos Engenheiros Civis de França, M. V. Cambon, analisando os factores que produziram os progressos económicos da Alemanha, durante a paz, dizia:

«A potência e a prosperidade da sua indústria não se baseavam em vantagens particulares ou méritos isolados, mas num feixe de fôrças paralelas e do mesmo sentido que de ano para ano engrossava, a ponto de se tornar irresistível.

«O ardor no trabalho, a orientação metódica do esforço, a profusão e a diversidade do ensino teórico e prático, o estudo reflectido dos problemas que a produção deve resolver, a aplicação da sciência a todos os ramos das especulações humanas e conseqüentemente a abolição do empirismo e da tradição, o cál-

culo incessante, em todas as operações, do rendimento máximo, e o emprêgo imediato dos métodos de trabalho e dos aparelhos capazes de o obter, a pesquisa constante de produtos novos destinados a destruir a concorrência entre os consumidores do mundo inteiro, o conceito de que a indústria não é um imóvel em que alguém se instala, nem uma estação de paragem, mas um comboio em marcha com aceleração ininterrompida do movimento; a generalização desta mentalidade em todos os cérebros, entre os funcionários e entre os particulares, entre os sábios universitários e entre os operários das fábricas e oficinas, nas escolas e na imprensa, no interior do país e nas fronteiras mais afastadas, a coordenação disciplinada dos elementos que concorrem para o fim designado ao esforço nacional: tais foram os meios empregados».

Pela minha parte, porque creio mais do que nunca no *poder da organização*, e fortalecido pelo exemplo e pela autoridade dos mais competentes, permito-me chamar a atenção dos industriais e a dos engenheiros, contramestres e operários, para um estudo tão interessante como o do Taylorismo, cujos métodos de trabalho e organização procurarei resumir dando uma idea succinta do que é este método em exemplos colhidos em Le Chatelier, Cambon, Renold, Breton, Volta, Paul Négrier, Boutaric, Pierre Régner, Fréminville e outros, que, com um fim de vulgarização, e à falta de observações pessoais próprias, me limitarei quasi que a transcrever.

Absolutamente certos de que este sistema diminui enormemente a inferioridade das indústrias médias, em relação às grandes indústrias, os Americanos usam-no e propagam-no com tal intensidade que, na hora actual, como dissemos, o Taylorismo é ensinado em todas as Universidades e Escolas Técnicas americanas, sob o nome de *Curso de organização das fábricas e oficinas*.

O Taylorismo applica-se e adapta-se a tudo que exige a organização; à contabilidade, ao comércio, à técnica, etc.

(*Continua*).

FERNANDO DE VASCONCELOS.



COMENTARIOS AO ESTUDO
DO SR. JOSÉ VIANA DA MOTA

SÔBRE

“O Ensino da Música em Portugal,”

Un peu libre est la melodie,
Seigneur fourgueux !
Cela fâche la confrerie
De nos bons vieux.

HANS SACHS.

No órgão da Renascença Portuguesa do Porto, na Águia, n.º 70, publicou o sr. José Viana da Mota, um estudo sôbre o ensino da música em Portugal, no qual mais uma vez faz valer o seu alto valor pedagógico conquistado, na observação de muitos anos de reflexão nos grandes meios artísticos europeus, na camaradagem sempre proveitosa dos grandes «virtuosos» e dos artistas, e sobretudo na sua grande experiência prática profissional.



E certamente que os seus conselhos serão observados pelas entidades que neste momento estudam as bases em que deve ser elaborado o Novo Regulamento do Conservatório do Pôrto, para que de algum modo

o ensino da música em Portugal seja resolvido pelos processos hoje acreditados nas escolas similares do estrangeiro, tendo-se no emtanto em vista, na minha opinião, uma constante direcção

nacionalista, como acontece na Alemanha, na França, na Rússia, para que um dia tenhamos também a «Nossa Música» já que temos a nossa História.

Na verdade, que se fez de útil e prático, depois do veemente e simpático protesto do meu Mestre Alexandre Rey Colaço, quando abandonou em 1915 o Conservatório, por não concordar de nenhuma maneira com o seu espírito pedagógico, protesto publicado no jornal a *Capital*, de Lisboa, em 1 de Outubro de 1915, e no qual o ilustre artista explica nos seguintes termos as razões fundamentais? «Incompatibilidades estéticas me obrigam a afastar-me duma escola cujo espírito pedagógico, rotineiro e encolhido e cuja concepção da cultura musical, raquítica e paralisante me mantêm num constante estado de irritação». «A minha acção naquela casa, desde 1897 até o dia de hoje, tem-se visto limitada a sublinhar os três números pianísticos que constituem a exigida prova final do curso chamado superior (!) prova que torna surpéfluo no espírito do discípulo qualquer outro trabalho que se não relacione com ela, e prova, finalmente, que, ostentando apenas o resultado dum martelamento de três anos consecutivos sôbre o mesmo prego... ou tecla, acaba por não provar cousa nenhuma». Que se fez de útil e de prático? Muito simplesmente isto: O Mestre não foi ouvido, safu, e desde então, particularmente, em sua casa, vem exercendo uma acção educativa esplêndida, formando artistas com que hoje o país já conta, como a talentosa Irene Gomes Teixeira, tão conhecida do público dos concertos do Politeama.

O Conservatório entretanto tentava pela primeira vez a audição duma obra sinfónica, como exemplo prático educativo da sinfonia. E essa obra, anunciada publicamente como consta largamente dos jornais da época, não era uma sinfonia de Mozart, ou uma das primeiras de Beethoven, de proporções mais limitadas, mais acessíveis à inexperiência dos estudantes. Não. Era a sinfonia de Beethoven, n.º 9, a Nona. É claro que para esta obra, nem mesmo fora do Conservatório, ainda hoje, se podem obter os respectivos elementos executivos. De maneira que nada se conseguiu, evidentemente, ficando êste caso a atentar quanto os nossos grandes Mestres, Viana da Mota e Rey Colaço, têm razão em estar desgostosos com a atenção indiferente que a Escola de Música em Lisboa merece «de quem manda, do govêrno». «Oxalá que essa indiferença agora cesse, que se reconheça emfim

a importância capital que tem para a nação inteira, e não só para uma classe pouco numerosa, a educação musical», diz Viana da Mota, e desejamo-lo todos nós.

Os erros do actual Regulamento do Conservatório aponta-os Viana da Mota, e são, na opinião deste abalizado crítico, os mesmos que apontou Rey Colaço. Um dos mais nocivos professores e alunos. Rey Colaço, em 31 de Dezembro de 1914, na *Arte Musical*, aponta o número de 50 alunos por professor a leccionar numa hora, num artigo crítico muito curioso de ironia.

A maneira de limitar o número de alunos é simples.

Basta fazer o que se faz no Conservatório de Paris e de Berlim, suprimir os cursos elementares, e admitir mediante concurso os mais talentosos, tornando-se o Conservatório uma escola superior.

Porque se não observa este princípio defendido por Rey Colaço e Viana da Mota, sem dúvida dois dos nossos mais experientes profissionais e pedagogos?

Outros erros apontados por esses Mestres e que não podem persistir numa organização inteligente são: exames de fora, constituição do júri com elementos da própria escola, falta de audição metodizada, ensino teórico do som musical desde os rudimentos até ao contraponto e à composição, pianolismo, programa dos estudos, preponderância da Ópera sobre a literatura do Concerto na classe de canto e na classe de composição, carta de empenho, desconhecimento do momento contemporâneo, falta de cultura geral.

Oxalá pois «o quem manda, o govêrno» junte quanto antes estas duas individualidades, que com tão juvenil entusiasmo e sabedoria têm estudado a questão, ainda não resolvida, do ensino da música em Portugal, e lhes dê o encargo patriótico de realizar uma organização urgente do Conservatório de Lisboa para que duma vez para todas se saia daquela rotina preguiçosa, estéril, que até hoje ainda nada produziu de real e prático, com é do conhecimento descuidado de todo o país.

E para estes dois Mestres estas minhas palavras, que são cheias do grande desejo de ver o nosso país integrado com-



pletamente em todas as correntes da civilização contemporânea.

— Pode continuar dirigindo a classe de realização de baixo cifrado e leituras analíticas da literatura de piano e orquestral, quem não toca piano?

— Pode continuar dirigindo classes «técnica» de piano quem não possui nenhuma «técnica» pianística?

— Pode continuar dirigindo classes superiores de piano quem não conhece praticamente êste instrumento?

— Pode continuar dirigindo classes de composição musical quem não toma como base de toda a construção architectónica a Sonata clássica, e como base de toda a polifonia a Fuga?

— Pode continuar dirigindo classes de composição musical quem nunca escreveu uma Sonata, um Lied, uma sinfonia?

— Pode continuar dirigindo classes de empostação de voz, quem nunca cantou?

— Pode existir a classe de «regência de orquestra» dirigida por alguém que não possa «explicar» na leitura do piano a obra em estudo, analisando-a sob os vários aspectos técnicos e expressivos, antes da sua efectivação na regência definitiva na orquestra?

— Pode a prova para «Pensionista de composição no estrangeiro» limitar-se a um simples exercício teórico, julgado sómente à vista, constituindo por isso uma prova morta?

— Não deve ser, como o Grand Prix de Roma, uma importante prova prática e definitiva, julgando-a antes pela audição, por isso que essa prova deve ser, não um exercício escolar, mas sim uma verdadeira obra de arte?

— É possível qualquer esforço sério e profícuo sem a emenda dêstes erros fundamentais?

— E não vale a pena dar uma finalidade nacionalista à acção educativa do Conservatório?

— Não vale a pena ter fé na criação da «tonalidade lusa»?

— Não se deve provocar o milagre, desejando-o ardentemente, tomando conhecimento de toda a nossa tradição musical para o que seria necessário criar a Biblioteca Nacional do Conservatório, aonde se fôsem classificando as obras que porventura se fôsem coleccionando, sob as designações gerais de Música Erudita e Música Popular?

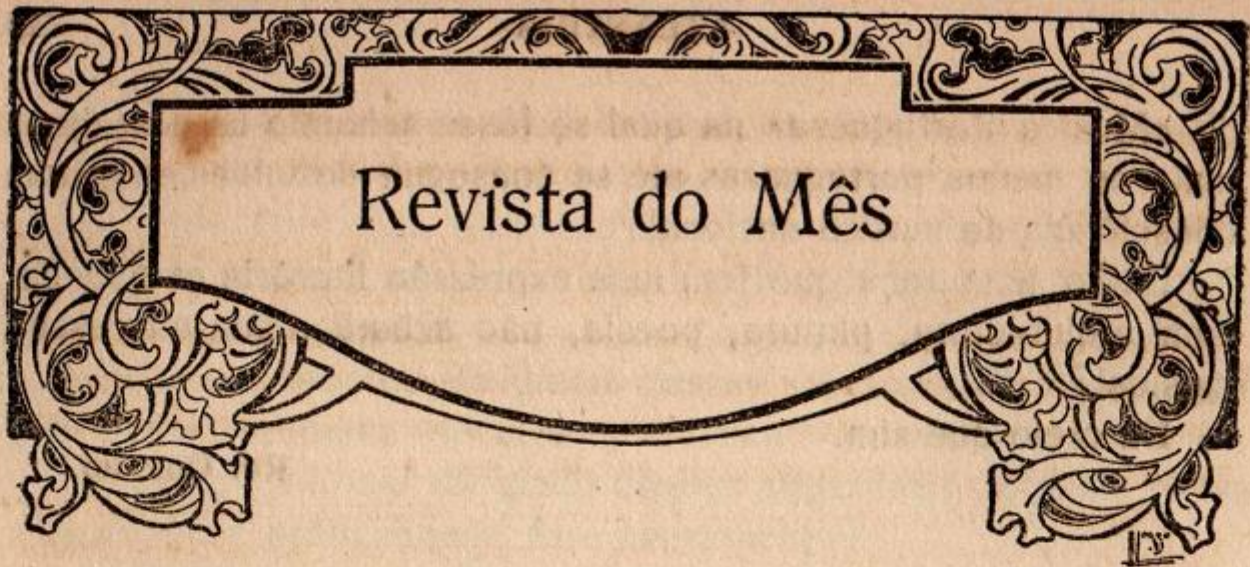
E para isto não seria necessário criar uma cadeira especial

de «Música Portuguesa» na qual se fôsse achando as passagens mais ou menos portuguesas até se conseguir definitivamente uma consciência da música nacional?

Então uma raça que tem uma expressão literária estupenda, uma arquitectura, pintura, poesia, não achará a sua expressão musical?

Eu creio que sim.

RUI COELHO.



CRÓNICA LITERÁRIA

O prazer com que se toma das mãos do correio um livro novo, só tem igual na alegria que se sente ao constatar que é dum amigo que nos vem e que êle escreveu um belo livro. Pois êsse prazer e essa alegria me tomaram com os três volumes — *Emquanto a vida passa* (poemas), de Joaquim Costa; *Maria do Céu* (cartas), de Júlio Brandão; e *Outro Mundo*, de Hipólito Raposo. E, cousa curiosa, a arte dêstes três escritores, que uma velha amizade prende na mesma admiração afectuosa, tem para a vida intranquã que estamos vivendo um próximo parentesco de serenidade e recolhimento que sagram êsses livros e os erigem em refúgios da alma perturbada.

O poeta do *Emquanto a vida passa*, cuja alma amorável lhe abriu entre os artistas largos créditos de simpatia, mercê duma excelente camaradagem de espírito, vivida na crítica de jornal, fez um livro sereno em cujo pórtico bem pudera inscrever-se qualquer legenda do melancólico Musset.

O sentimento do poeta, que vem desde o *Rosal em Flor* a abrir em suas poesias, demanda para a sua realização simbólica um corpo de musa admirável, de linhas firmes e perfeitas, em cujos olhos tristes uma visão distante de amor se apague e cujas mãos esquecidas desfolham, no regaço, as flores do último sonho.

Ouçam o poeta :

«Uma mentira? Uma quimera? Um nada?
Fôsse eu um cego a caminhar na estrada
Pudesses tu levar-me pela mão!»

E a sua arte é assim: Sonho vago, ternura esparsa, melancolia enchendo uma forma procurada com a nobre preocupação do estatuário cujo cinzel só o mármore trabalhasse: — a pura alma portuguesa religiosa e comovida, que adora Deus na paisagem e na mulher, vibra com todas as delicadezas, e assume perante a vida todas as atitudes que a Emoção lhe ensina; o brando lirismo lusitano em que o amor e a saúde pairam sobre a alma como sobre a nossa linda terra de Portugal, a poeira luminosa do sol na primavera.

— Júlio Brandão, mestre de poetas e de contistas, publicou em segunda edição a *Maria do Céu*, cujo vigor simbólico não tem igual no drama amo-

roso português. A crítica definiu-se há muito já em frente dêste livro, que deu ao autor ilustre do *Jardim da Morte* e da *Farmácia Pires* mais um título de glória.

—Hipólito Raposo atou em volume alguns contos e narrativas que da tradição regional colheu, e pôs em arte *Outro Mundo*, «Lembranças da terra e dos homens», conforme o sub-título representa na vida do autor que um caminho de obsessão nacionalista vem absorvendo, intenções diversas embora subordinando-se todas ao amor da terra e da grei em cuja integração o escritor encontra o seu mais caro modo de ver artístico.

Aparte as palavras eloquentes de louvor à «Montanha» contidas num nobre ritmo de himnário religioso, as páginas hieráticas como os baixos relevos dos sarcófagos em que se evocam os «Funerais do Viriato» e essa bela «Oração à Trebaruna», grande como a bárbara liturgia em que se enquadra e o culto que a criou, as outras narrativas são duma arte simples mas nobre, como uma *Légende Dorée* regional em que se recolheram, para motivos de arte, os miraculosos feitos que a imaginação do povo foi transmitindo, com essa feição de maravilha, de geração em geração e fazem parte ainda do substractum encantado da alma da raça, religiosa e imaginosa, ingénua e cavalheiresca quasi sempre.

Creio que o petrechal literário de Hipólito Raposo se enriqueceu com êste livro que, como os dois a que acabo de referir-me, a minha amizade recebeu com muito aprêço. Mas esta referência alheia se da crítica e não quere ser mais do que um bilhete de agradecimento a quem se não esqueceu dum camarada, obscuro e desterrado da vida do espírito, que de longe, aliás, o continua tratando como uma miragem.

N. S.

CRÓNICA ARTÍSTICA

RODIN

Morreu Rodin. Não sei, mas devia ter falecido no seu palácio à beira do Sena, por uma destas tardes de outono em que do céu de Paris parecem chover violetas, um violal desfeito envolver casas, os boquinistas que no cais se debruçam sonolentos sôbre a poeira intelectual dos séculos, os faunos e ninfas em pedra mareada, que nas Tulherias aconselham a amar. Mais melancólicos, os evangelhistas no tímpano de Notre-Dame, mais severos os varões assinalados nas balaustradas do Louvre deviam olhar o entardecer em que se finou o semi-deus.

Rodin era um semi-deus, no génio, na filúcia, na vida das relações. O Estado cedeu-lhe um palácio para sua residência; neste e naquele entêrro de personalidade célebre, cinematografado, para o mundo, vê-lo heis marchar só, uma linha inteira de frente para êle, sem ao seu ombro tolerar grã-cruzes, generais emplumados, imortais. Dos contemporâneos só consentiria marchar par a par com Anatole France. Não há literatura que não lhe tenha consagrado uma monografia; não há artista pelo mundo que não lhe tenha invejado o talento e admirado. A Alemanha disputava a pêso de ouro as suas

BEBAM AGUA DO ALARDO

obras; Paris não o mostrava à América, à Ásia, ao gentio e não o anunciava no Baedeker, como um super-homem, porque Rodin era muito senhor de si para se mostrar. Salvo a sua obra genial, era um bonzo. Mais vaidoso que Victor Hugo, que dizia a Magalhães de Lima, que fôra até êle em romagem: *Prenez, prenez une petite feuille, comme souvenir, dans mon jardin!* era exclusivista em suas relações como um rei persa. O seu palácio era, ao mesmo tempo, uma galeria de arte. Rodin colecionava. E o artista do renascimento em estatuária, o mago da beleza, descia a adaptar estilo contra estilo, a combinar um torso de atleta romano, encontrado no Lácio, com uma cabeça acentuadamente grega, vinda da Hêlade. Na ânsia de perfeição só tolerava o truncado e imperfeito nele mesmo; o resto, tanto o moderno como o antigo, deviam ser a encarnação acabada dum pensamento.

Era, no entanto, um semi-deus. A estatuária, que sua essência mesma tem condenada à imobilidade, com êle avançou. De Miguel Angelo para cá que outro passo se vê?

Emquanto que Puvis de Chavannes socorria dum ideal a forma que os impressionistas tinham encontrado, Rodin revolucionava a escultura, quer na técnica, quer na idea, alterando as regras do modelado, impondo-lhe temas grandiosos, a dor dos homens, a mais divina, os sentimentos dos deuses, os mais humanos, crispações surdas da natureza, piedades, cóleras que transportam para lá dêste vale de lágrimas.

Na obra de Rodin, sentem-se duas fases colossais como idades. A primeira, quando êle era muito homem, e as impressões no barro partiam directamente das impressões da carne das suas loucuras, voluptuosidades e rebeldias. Põe então a rugir todas as paixões, desde a mais cervical à mais santa, a cantar beijos que não cabem na terra, piedades que não magoam, desafios ao infinito. É a *âge d'airain*, as *Danaïdes*, os *Baisers*, os *Bourgeois de Calais*, grupos de faunos, de amantes, de cariátides, irradiando todos a mais universal vida.

A segunda fase é quando o artista se cansa de ser homem como os mais artistas e o seu espírito entrevê o mundo fora da zona vibratória das paixões. Tendo esgotado o círculo finito da arte, segundo os moldes seguidos, Rodin deixa vogar as concepções até o informe, o que se enxerga na desordem dos elementos, e nos monstruosos sonhos de febre.

Le Penseur e *Balzac* amassa-os atrás duma vitalidade, duma energia, duma expressão que esmaguem. Para isso exagera sistematicamente no sentido do movimento e da intenção a membratura dos modelos. Como os colossos de Serapeum, assim os submete a uma ampliação nacional. E ao modelar enterra os dedos, escalavrando os dorsos, abrindo à luz uma epiderme rugosa e engelhada. Dócil, a atmosfera enroscou-se em suas estátuas, vestiu-lhas, dando-lhes como que uma vida sobrenatural, um sôpro animado de criaturas estranhas doutro planeta. Dir-se-ia que Rodin talhou nelas as proporções orgânicas, supostamente adquiridas por evolução ao serviço duma idea. No *Balzac*, que sentiu pela humanidade inteira, a cabeça é tudo; cabeça irregular que foi, de elemento disse Lamartine. O resto do corpo desaparece na hupelanda, vago, a contas com a atrofia.

Veza há porêem em que Rodin não imprime o pensamento, que deseja, em seus trabalhos, ou que o deixa nublado.

Le *Penseur* é um primor de estatuária com aquela linha dorsal para sustentar um Olimpo, aqueles ombros de esmagamento, aqueles pés que ferem o planeta; mas pensa? Aquele braço torcido em curva forçada, linha que representa sempre um jôgo de fôrças e ali imprime dor, afasta a ideia de pensamento. Poderá ser um símbolo, mas só com muito boa vontade nos sugere a ideia que ostenta no rótulo.

Rembrandt figurava os seus pensadores em obscuras e solitárias salas, bem refastelados, sem gymnásticas corporais que lhes estorvassem o jôgo do cérebro. Perante êles, sim, há a sensação de graves problemas traduzindo-se em laboriosas fórmulas.

A meu ver o *Pensador* é no título um caso possivelmente patológico. Rodin ultrapassou os Puget, os Rude, Coisevox, Donatelo; mas ao alto, tropeçou no grande, no divino Miguel Angelo. Miguel Angelo foi o pesadelo de Rodin; vê-se quando fazia arte, falava de arte ou escrevia de arte. Surda, mas perceptivelmente, todos os seus esforços visavam ao rival.

E o *Pensador* do Panthéon pode muito bem ser a réplica ao «Pensador» do túmulo dos Médicis.

O *Saint Jeant Baptiste* pertence à época transitiva na arte de Rodin. É bem o precursor que acena ao infinito, o próprio estatuário tentando captar uma forma de beleza, vislumbrada. E então que transe em seus músculos retesados? que ânsia no olhar? Os bustos *Victor Hugo*, *Mirabeau*, *Rochefort* são estranhas produções, pedaços monolíticos, parece que banhados duma luz assombrosa de Sinai.

Rodin não é apenas, o épico das angústias humanas, o revolucionário de técnica e de princípios em estatuária, é também um dos sonhadores da infinita perfeição. Não se abandonando a um tema-ideal como Chavannes, ou o forte e genial Constantin Meunier, a sua obra não carece de unidade. Bastaria a técnica, caracteristicamente uma, para a marcar.

Por sentimento, Rodin é um grande filósofo; por empirismo, mais que por teorias, um assombroso artista. Por conhecimento objectivo não cremos que seja um sábio, um psicólogo, um esteta. Os artistas dispõem do instinto e do raciocínio informulável da visão e basta-lhes. Não ouvem, e andam bem, os mil conselhos dos mil e um Ruskin, Hegel, Cherbuliez, etc.; são estes a dissonância e seriam no artista prosélito o estonteamento. Geralmente não sabem o alemão, para decifrar todas as teorias que vêm periodicamente da Alemanha fecunda, que se dobram como as dobradiças *Einfühlung*, *Aufühlung*, *Nachgefühl*, *Zufühlung*, graus de projecção da vida afectiva na arte. A estrêla de oriente dos artistas não é outra que o sentimento. Ao fim da obra, olhos alheios lhes revelam o alcance e profundidade. Se fôssem sinceros poderiam dizer: não tive tal pensamento. . .

Rodin é destes que inconsciente ou subconscientemente produziram obras portentosas que outros interpretaram e baptizaram. Por vaidade, presunção de sábio, fiel aos lisonjeiros, mais duma vez terá caído em desacôrdo entre o sentido legítimo e o sentido atribuído às suas estátuas. Esta circunstância

BEBAM AGUA DO ALARDO

foi mesmo levada para os *ateliers*, numa mordente e fina anedota, que todo o *rapin* de Paris sabe.

Rodin, um belo dia, tinha acabado de esboçar em barro uma teoria de figuras femininas.

— Sublime — exclamou um crítico. — ¿Que nome lhes põe, querido mestre ?

Rodin não sabia ainda, palavra! — mas um título está indicado a matar : *As nove musas*.

Rodin concordou. Um *yankee* levou duas estátuas e desfez-se a teoria. E agora ?

— É simples : *Os sete pecados capitais*.

O Estado adquiriu mais duas estátuas e Rodin ficou perplexo, — mas *Os cinco sentidos*.

Com a quinta estátua que sai do *atelier* vem o crisma :

— *Quatro estações*.

Dizimada novamente a obra, apelida-se :

— *As três graças*.

Finalmente uma só resta, olímpica, esbelta, e Rodin escreve-lhe no pedestal :

— *Soledade!*

AQUILINO RIBEIRO.

OS TEATROS

A época teatral de inverno iniciou-se, em quâsi todos os palcos lisboetas, segundo o deplorável costume que consiste em reaparecerem as companhias com peças conhecidas, geralmente do repertório estrangeiro, porque as peças novas e os originais portugueses ou se não sabe ainda quais serão ou não se distribuíram sequer entre os seus futuros intérpretes . . . Os dois originais estreados pouco depois de se iniciar a época foram um insucesso, a despeito de ambos pertencerem a géneros que têm as predilecções invencíveis do público: a revista *Az de Oiros*, no Eden; a opereta *Rosita*, em três actos, no Avenida. Á primeira, firmada por Alberto Barbosa e por um pseudónimo que encobria o nome de Pereira Coelho, sobrava em luxo de scenário e em riqueza de guarda-roupa o que escasseava em invenção, em graça e em crítica; a segunda, com suas pretensões de obra bem portuguesa, não possuía originalidade nem carácter e não a salvou o contar entre os artistas que a interpretaram as figuras prestigiosas de Palmira Bastos e José Ricardo. *Rosita* não acrescenta um ápice de glória à reputação dos seus autores, já experimentados em interessantes trabalhos teatraes; mas há o direito de esperar que Chagas Roquete e Bento Faria, em novas produções do género, mereçam o caloroso aplauso que desta vez lhes foi justamente regateado, e que Assis Pacheco, que compôs a partitura, tenha também ensejo de revelar, noutras circunstâncias, a inspiração do seu estro . . .

As companhias de declamação dominam em número e o facto de serem numerosas impede naturalmente que sejam homogéneas e completas, pois que os artistas de valor andam dispersos por todas elas. Chaby Pinheiro e Aura Abranches são as vedetas da que mais recentemente se constituiu e que explora o Politeama, com um repertório adequado aos méritos particulares dêsses

talentosos comediantes. Inaugurou-se com uma adaptação da comédia italiana *Adeus Mocidade*, feita por Chaby Pinheiro, e organiza, segundo consta, repertório para uma larga excursão pelo Brasil. No Nacional, têm-se passado em revista as peças de mais legítimo sucesso e recorrido ao repertório estrangeiro—fonte inesgotável—porque de originais portugueses não se falava com precisão em fins de dezembro. No Apolo, reapareceu Adelina Abranches com numerosa companhia, representando uma adaptação de Eduardo Garrido, em verso, intitulada *O Mártir do Calvário*, que caiu decididamente no agrado popular. Os espectadores enternecem-se com os episódios do divino drama evangélico, e, se a maior parte dêles porventura não frequenta a igreja, o certo é que, com a sua presença no velho teatro da rua da Palma, aonde têm afluído, em muitas semanas sucessivas, milhares de pessoas, sobretudo das classes menos cultas, quasi justificam a opinião daqueles que supõem haver um rejuvenescimento do espírito religioso, embora vago e incerto . . .

O início da época, no entanto, a despeito da estranha organização dos nossos teatros que, neste conturbado período, se não podem queixar da ausência do público, porque êle concorre com mais interesse do que nunca aos espectáculos, teve a assinalá-lo um facto que encheu de júbilo os que sinceramente amam a arte scénica: no República, e confirmando rumores que, havia muito, eram correntes em pontos de palestra que têm preocupações de arte e mundanismo, estreou-se uma menina da melhor sociedade, atraída ao tablado por uma vocação irresistível. Amélia Rey Colaço, uma das filhas gentilísimas e tão prendadas do pianista notável que é Alexandre Rey Colaço, aplaudida já em récitas de amadores pelo seu talento original e scintilante, decidiu-se, contrariando preconceitos de classe e de família, a abraçar uma carreira que para ela, se a perseverança fôr sua norma, indefectível, virá a ser gloriosa, e que não podia ter-se encetado por certo mais auspiciosamente . . . Dispõe Amélia Rey Colaço de predicados que raras vezes se conjugam na mesma individualidade. A' sua juventude, às suas graças naturais, à chama sagrada que ilumina e a impulsiona, ela reúne uma educação e uma cultura primorosas. A sua ânsia de acertar manifestando a mais escrupulosa probidade, o modo como pormenorizou e viveu a personagem em que nos surgiu no palco do República, ganharam-lhe os aplausos ruídosos e sentidos de quantos tiveram a ventura de acompanhar os primeiros, seguros, decisivos passos da estreante.

Incumbiu-se Amélia Rey Colaço do curioso, complexo e difficilmente realizável papel da protagonista do drama que os irmãos Quintero extraíram da novela galdosiana que se intitula *Marianela*, título que é também, como não podia deixar de ser, o da encantadora, delicada peça que em Espanha alcançou um triunfo com a interpretação superior de Margarida Xirgu. E como se safu a juvenil, quasi inexperiente comediante da temerosa tarefa? Com uma galhardia, uma correcção, uma arte que podem igualar-se mas não exceder-se. Afeando o rosto e torcendo a figura, vestindo farrapos, caminhando descalça, suja, desgrenhada, vivendo e acabando na miséria, com um realismo pungente tão verdadeiro, Amélia Rey Colaço sacrificou os múltiplos dotes que mais facilmente a poderiam impor apenas para nos mostrar o seu raro poder de exteriorizar uma alma de criança, amorosa e rude, que morre quando reconhece impossível a sua permanência junto daquele a quem consagrara os

ardentes affectos do seu pobre e simples coração . . . Quem incarna, como a nova, admirável ingénua, que hoje honra o nosso teatro, a alma de Nela, transbordante de candura e de fantasia, alma «cheia de preciosos tesouros» no dizer de Paulo, o cego a quem ela diz «estoy en el mundo para ser tu lazarrillo» e por quem morre quando se convence de que lhe não pode ser a terna companheira de sempre, — quem assim começa uma carreira, que tantas desilusões amiúde reserva, elegendo para estreia essa personagem em que a vida interior, a luz espiritual tudo domina, sem dúvida está destinada a cumprir altos destinos e a ocupar na scena portugueza um lugar inconfundível! Oxalá Amélia Rey Colaço persevere na sua grande vocação . . .

A. DE A.

A SOCIEDADE NACIONAL DE BELAS ARTES E O BRASIL

Devido à carinhosa e patriótica interferência de nosso querido amigo e ilustre pintor Navarro da Costa, a Sociedade Nacional de Belas Artes acaba de decidir que às suas exposições possam concorrer, em igualdade de circunstâncias com os artistas portuguezes, os artistas brasileiros. Na mesma sessão a Sociedade elegeu como sócios honorários o Presidente da República Brasileira, Sr. Dr. Venceslau Brás, o Dr. Gastão da Cunha, eminente Embaixador do Brasil em Lisboa, e o Presidente da Sociedade de Belas Artes, João Baptista da Costa, pintor consagrado e dos mais altos merecimentos. No próximo número nos referiremos mais de espaço a esta bela attitude de Sociedade Nacional de Belas Artes, tão importante para o estreitamento das relações artísticas brasileiras.

CRÓNICA MUSICAL

A partir do próximo número, por se ter ausentado para Macau o nosso distinto colaborador Humberto de Avelar, assinará a crónica musical o ilustre escritor e velho amigo da *Atlântida*, António Joyce, cujo talento e probidade crítica de há muito lhe marcaram um lugar de destaque nos meios musicais portuguezes.

*
* *

No próximo número: uma notável tradução de poesia chinesa do eminente poeta Camilo Pessanha, acompanhada dum estudo da Senhora D. Ana de Castro Osório; e a colaboração de Jaime de Magalhães Lima, Bento Mântua, Raúl Proença, Eugénio Vieira, Vicente Arnoso, Nuno Simões, Afonso Duarte, etc.

*
* *

NUNES RIBEIRO — Um êrro de revisão mudou para Alves Ribeiro, no sub-título do artigo *Confederação Brasileira*, o nome dêste nosso ilustre colaborador.

BEBAM AGUA DO ALARDO

SUMÁRIO DO NÚMERO 25

	PÁG.		PÁG.
<i>Portugal e a guerra</i> (Palavras do Presidente da República).....	3	<i>Le Portugal et la guerre</i> (Paroles prononcées par le Président de la République).....	5
<i>Portugal e os Aliados</i>	7	<i>Le Portugal et les Alliés</i>	11
<i>Manhã heróica</i>	15	<i>Journée héroïque</i>	17
<i>O povo português é que fez o seu exército</i> (Palavras do Sr. Ministro da Guerra).	19	<i>C'est le peuple portugais qui a fait son armée</i> (Paroles de Mr. le Ministre de la Guerre).....	22
<i>A marinha de guerra portuguesa e a Alemanha</i> (Entrevista com o Sr. Leote do Régo, comandante da Divisão Naval).....	25	<i>La marine de guerre portugaise et l'Allemagne</i> (Entrevue avec Mr. Leote do Régo, commandant de la Division Navale).....	31
<i>Augusto Soares, Ministro dos Negocios Estrangeiros</i>	37	<i>Augusto Soares, Ministre des Affaires Étrangères</i> .	39
<i>A Instrução Pública em Portugal</i>	41	<i>L'Instruction Publique en Portugal</i>	59
<i>António José d'Almeida e Afonso Costa</i>	78	<i>Antonio José d'Almeida et Afonso Costa</i>	82
<i>Portugal heróico</i>	86	<i>Le Portugal héroïque</i>	103
<i>O Domínio Colonial Português</i>	123	<i>Le Domaine Colonial Portugais</i>	125
<i>Letras de Portugal</i>	127	<i>Les lettres au Portugal</i>	137
<i>Três monumentos de Portugal</i>	148	<i>Trois monuments du Portugal</i>	183
<i>O Brasil e a guerra</i>	186	<i>Le Brésil et la guerre</i>	162
<i>A missão latina de Portugal</i>	167	<i>La mission latine du Portugal</i>	176
<i>A música em Portugal</i>	186	195
<i>Portugal et Brésil</i>	199	207
<i>A mulher Portuguesa</i>	214	<i>La femme portugaise</i>	219
<i>A Aliança Inglesa</i>	224	<i>L'Alliance Anglaise</i>	227
<i>A poesia e a filosofia moderna em Portugal</i>	224	<i>La poésie et la philosophie moderne au Portugal</i>	227

NOTÍCIAS & COMENTARIOS

Reproduções de: Columbano e António Carneiro.

Desenhos de: Roque Gameiro, Alberto de Sousa, Manoel Gustavo, Raul Lino, Santos Silva e Morais.

AGÊNCIA NO SUL DO BRASIL BRAZ LAURIA

Rua Gonçalves Dias, 78

RIO DE JANEIRO

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

Um ano (12 numeros)..... 12\$000

Semestre..... 7\$000

Número avulso 1\$500

